

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

Parecer

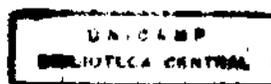
Este exemplar corresponde a redação final da dissertação de Mestrado defendida por Adalberto da Costa Monteiro e aprovada pela Comissão Julgadora em 20 de novembro de 1996. Campinas, 14 de fevereiro de 1997

Prof. Dr. Bergamasco
Presidente da Banca

O COOPERATIVISMO COLETIVIZADO NO ASSENTAMENTO
RURAL DE PROMISSÃO-SP:
UM ESTUDO DE CASO.

Por: Adalberto da Costa Monteiro
Orientadora: Prof. Dra. Sônia Maria
Pessoa Pereira Bergamasco

CAMPINAS
Estado de São Paulo
BRASIL
1996



UNIDADE	78C
N.º CHAMADA:	
Unicamp	
M 764c	
V. EX.	
TOMADO DE	31800
PREC.	281/97
	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	17/10/97
N.º CPD	

CM-00101432-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA - BAE - UNICAMP

M764c Monteiro, Adalberto da Costa
O cooperativismo coletivizado no assentamento rural de
Promissão-SP: um estudo de caso / Adalberto da Costa
Monteiro.--Campinas, SP: [s.n.], 1996.

Orientador: Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Cooperativismo. 2. Cooperativas agrícolas. 3.
Projeto de assentamento conjunto. I. Bergamasco, Sônia
Maria Pessoa Pereira. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

O COOPERATIVISMO COLETIVIZADO NO ASSENTAMENTO
RURAL DE PROMISSÃO-SP: UM ESTUDO DE CASO.

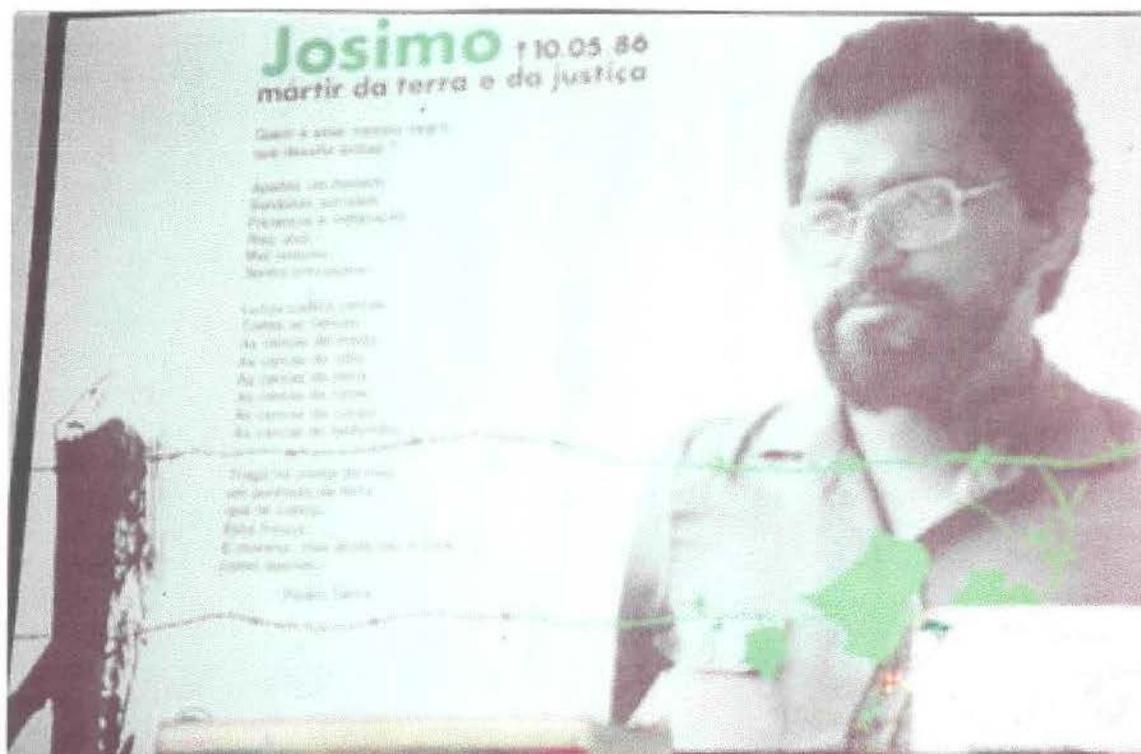
Dissertação apresentada à Faculdade de Engenharia
Agrícola da UNICAMP, como parte dos requisitos
necessários a obtenção do título de Mestre em Engenharia
Agrícola. Área de concentração: Planejamento e Produção
Agropecuária.

Por: Adalberto da Costa Monteiro.

CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL
1996

SUMÁRIO

SUMÁRIO	iii
RESUMO	vi
ABSTRACT	viii
AGRADECIMENTOS	
I- INTRODUÇÃO	01
II- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	08
1. Histórico do Cooperativismo	10
2. Doutrina Cooperativista e seus Objetivos	13
3. O Cooperativismo no Brasil	16
3.1 Origem	16
3.2 Os Rumos do Cooperativismo	19
3.3 O Cooperativismo na atualidade	20
4.O Cooperativismo na Sociedade Capitalista	22
5.Associativismo nos Assentamentos de Ref.Agrária	26
6.A questão do Cooperativismo Coletivizado	31
III- OBJETIVOS	36
IV - MATERIAL E MÉTODOS	37
1.Caracterização	37
2.Caminhos Metodológicos	39
2.1 Fases da Pesquisa	39
2.2 História de Vida	44
V RESULTADOS	53
1.Unidade Diversidade	53
2.A COPAJOTA e os Assentados/Associados	68
3.O Trabalho da Mulher na COPAJOTA.	82
4. O Momento Atual Requer Atenção	97
VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
VII-BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	123



JOSIMO

Pedro Tierra

Mártir da terra e da justiça
 Quem é esse menino negro que desafia limites?
 Apenas um homem.
 Sandálias Surradas.
 Paciência e indignação.
 Riso alvo
 Mel noturno
 Sonho irrecusável.
 Lutou contra cercas
 Todas as cercas
 As cercas do medo
 As cercas do ódio
 As cercas da terra
 As cercas da fome
 As cercas do corpo
 As cercas do latifúndio.
 Trago na palma da mão um punhado de terra, que te cobriu.
 Está fresca.
 É morena, mas não é livre como querias

Dedicatória

Ao nos lembrarmos de onde partimos, sentimos o quanto fomos ajudados em cada etapa da nossa vida.

Mas, a maior alegria que sentimos pelas conquistas alcançadas, somente poderá ser avaliada através da representação que tal ato desempenhará em nossas vidas a partir de então. Quando sentimos que foram muitas pessoas diferentes que contribuíram para que nossa estrada fosse aberta e, a partir deste primeiro passo, constatarmos como é bonito quando a gente pisa firme nos caminhos onde bate bem mais forte o coração, naquele ponto onde somente o nosso Pai e a nossa Mãe sabem preenchê-lo. Foram eles que souberam conduzir o Menino-Moleque que mora no centro do meu coração, e foram eles também que prepararam-me para um dia encontrar o nosso Grande Mestre Juramidam, ao qual sou eternamente grato pela Luz do Pai e da Mãe, que no mesmo se encerra e a quem dedico este meu trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa teve por finalidade aprofundar o entendimento da questão da **organização da produção e do trabalho, através da proposta do cooperativismo coletivizado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, em assentamentos rurais.** Trata-se de movimentos comunitários que se estabelecem no interior dos assentamentos, objetivando a melhor qualidade de vida dos assentados.

O trabalho foi desenvolvido junto ao Grupo IV do Assentamento da Fazenda Reunidas, no município de Promissão-SP, local onde a proposta cooperativa/coletivista, encontrou respaldo. Através da iniciativa de 40 famílias de assentados, que se associaram, criou-se a **COPAJOTA-Cooperativa Agropecuária Padre Josimo Tavares**, objetivando, segundo estes trabalhadores, principalmente, o término da sua exploração por grupos de atravessadores que normalmente atuam nestas instâncias da produção agropecuária.

Através de um trabalho realmente participativo, os produtores rurais ali assentados almejam não apenas o aumento da produção e produtividade agropecuária, mas também a participação nas riquezas sociais por eles geradas, o que lhes garantirá, com certeza, a melhoria do nível de vida, em termos de alimentação, habitação, educação, lazer, cultura e saúde.

No aprofundamento da questão da organização, analisamos os aspectos históricos anteriores à criação da cooperativa, bem como a evolução das famílias já assentadas e as formas de organização do processo produtivo escolhido e, finalmente, a questão da **participação** nestas organizações.

ABSTRACT

The subject of this study is to understand the work and production organisation in rural settlements (assentamentos rurais) through the **cooperative/collectivist proposal**, i. e., the community movements established within the settlements for better quality life for the settlers based on the **Landless Rural Workers Movement (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)**

The study was developed together with Group IV of the Fazenda Reunidas Settlement, Promissão - SP, where the cooperative/collectivist proposal found support. The initiative of 40 settlers families resulted in the creation of **COPAJOTA - Padre Josimo Tavares Agricultural Cooperative**, whose objective is to finish workers exploitation.

Through participative work the rural settlers not only hope for an initiative in production and productivity but for the participation in the social wealth generated by them, which will guarantee better life in terms of food, housing, education, health, culture and so on.

The historical aspects before the cooperative creation as well as the evolution of the families already settled, this organisation of the choosen productive process and the **participation** in this organisation were analysed in this study.

AGRADECIMENTOS

Ao concluirmos um trabalho, percebemos o quanto do mesmo foi responsável pela desenvoltura de novos valores em nossa vida, do crescimento enquanto seres humanos que atingimos e, sobretudo, qual o sentido novo que o mesmo possa ter causado à sociedade na qual vivemos, enquanto elemento multiplicador do aprendizado por nós assumido.

Porém, em cada etapa, houve a mão cuidadosa dos nossos pais, irmãos e amigos e, principalmente, daqueles que não mediram esforços para apresentarem suas contribuições tão valiosas, a ponto de ficarem gravadas em nossos corações como uma partícula especial que preencheu o espaço somente dimensionado pelos que fazem parte de uma mesma missão. Para estes, qualquer forma de agradecimento estará incompleta, pois eles foram inefáveis.

No entanto, ocorreram participações tão verdadeiras e que nos marcaram profundamente, principalmente por tratar-se de seres humanos munidos de uma autenticidade no falar e no fazer suficiente para o encorajamento chegar até nós em momentos onde as sobrecargas do dia-a-dia se fizeram notadas. A estes, os quais apresentaram amor suficiente para que o nosso trabalho fosse concluído, apresentamos o merecido agradecimento. Portanto, além dos meus pais que facultaram a trajetória até aqui vivenciada e à Prof. e Amiga Sônia Bergamasco, que soube com dignidade tolerar os momentos onde fraqueza e desânimo se fizeram presentes, e principalmente, orientar-me com estímulos e colaborações valiosíssimas, gostaria também de expressar minha gratidão a dois grandes amigos Luís Fernando Costa Dias e Regina Bilulinha, os quais ensinaram-me que a cooperação somente se efetivará quando os que nos acompanham puderem ser vistos como irmãos. Irmãos que essa nossa amizade ensinou-me a reconhecer.

A toda irmandade do Santo Daime e em especial aos membros do Núcleo Flor das Águas por tudo que juntos vivemos.

À Tanda e ao Beto, pelo carinho e compreensão e aos demais familiares por serem exatamente como são.

Ao Prof. Edgar Alencar da Universidade Federal de Lavras o qual motivou-me à retomada da missão abandonada, com palavras tão verdadeiras que haverão de ser lembradas em outros momentos de desafio desta existência.

Aos Magistrais Luiz Guedes Pinto, João Luiz Cardoso, Maria Stela do Carmo, Dalcio Caron, João Meyer(John) e Julieta Salles pelas sugestões e pelo apoio.

A todos os colegas do curso de pós-graduação, pela amizade, contribuições e motivação, que tornaram esta caminhada mais agradável.

A Andréia e Lagrotti pelos toques perfeitos e companheirismo durante o levantamento e análise dos dados e, sobretudo, pelo aprendizado mútuo.

Aos amigos Sérgio, Cláudio e Vanessa, os quais num gesto de verdadeiros irmãos, abriram além das portas do Sossego, as portas do coração, quando as dificuldades e a dor se fizeram presentes.

À Cidinha e Silvinha do DPLPAG/FEAGRI por terem ensinado, com ações extremamente simpáticas, que precisaremos sempre de bons aliados para que um trabalho comunitário possa ser concluído.

Aos professores e funcionários da FEAGRI pela convivência harmoniosa e pelo aprendizado.

A todos os assentados da Fazenda Reunidas, com os quais foi possível manter contato, e em especial à Maria José Bezerra e Dona Divina e Seu Sebastião, que souberam com a diplomacia que Deus parece ter presenteado a poucos neste mundo, apresentar parte de suas histórias de vida e seus sonhos, suficientes para que nosso trabalho fosse ainda mais completo e pudéssemos sentir a grandeza de estarmos entre amigos

Ao CNPq pelo apoio financeiro com a concessão da bolsa de estudos.

I-INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos a nossa análise a respeito da organização do trabalho e da produção vivida por um grupo, sob a ótica do cooperativismo coletivizado, em um assentamento de trabalhadores rurais, optamos por esclarecer, que, tanto nos despertou atenção as informações existentes na literatura e que ajudaram-nos na formulação de novas idéias a respeito do tema, como fundamentais também foram aquelas que nos chegavam como complementação das conversas de fim de noite, ou nas credices que cada pessoa demonstrava ao interpretar as doenças e os chamados castigos que os molestam.

Um sentimento de ajuda mútua pode ser constatado desde os primórdios da história da humanidade, nos momentos em que, despojados do sentimento egóico que tanto priva a humanidade da beleza de vivermos em união, passamos a realizar de forma grupal, inúmeras tarefas que têm existência caracterizada por necessidades prementes em certas instâncias ou até mesmo pelo simples prazer de trabalhar em cooperação com os que participam de uma mesma aventura.

A escolha deste tema de pesquisa para elaboração da dissertação conclusiva em um curso de mestrado, com área de concentração em Sociologia e Extensão Rural, tem

um caráter reforçante no propósito de aceitar estas mãos que cooperam, ao mesmo tempo que oportunizamos a extensão de nossas próprias mãos.

Na sociedade moderna, torna-se cada vez mais difícil a sobrevivência e a solução de problemas, quando a busca se baseia no individualismo, ainda que saibamos de grandes avanços tecnológicos e científicos devidos a alguns indivíduos que, isoladamente, realizaram obras magníficas e de grande contribuição para a humanidade.

No entanto, com a dominação do capitalismo, a iniciativa de pessoas com grande capacidade criativa foi tolhida. Hoje, muito mais do que em um período anterior, as pessoas têm necessidade formal ou informal de unirem-se em busca dos seus objetivos.

Em nossas experiências como profissionais da agricultura, tanto na produção como na comercialização dos frutos deste trabalho, deparamo-nos com sérios obstáculos. Estes, normalmente, são de ordem as mais diversas possíveis, desde a obtenção de insumos, serviços e bens de consumo. Enfim, todas as vezes onde o profissionalismo é exigido como base de sustentação das tarefas extensionistas no meio rural, o elemento primordial tem sido a união de esforços formais ou informais dos participantes o que tem contribuído para que venhamos a formar uma opinião a respeito da importância e necessidade da cooperação entre os pequenos produtores, principalmente entre os assentados rurais.

Destacamos, portanto, a importância do estudo do movimento cooperativista, objetivando, sobretudo, o encontro de soluções ou do encaminhamento das mesmas, em especial, no tocante aos aspectos sócio-econômicos.

Grande parte da vivência com o cooperativismo fora obtido em nossos trabalhos de extensão junto aos produtores rurais de subsistência nos estados de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais e também em trabalhos realizados na região geo-econômica de

Brasília, quando a tônica principal de investigação foi a questão da organização do trabalho e da produção.

Na produção familiar rural, onde a maioria muito mal consegue produzir para subsistência, a questão da organização, com o intuito de defender-se do capital comercial e daqueles que avançam sobre suas terras, é de fundamental importância.

A questão da organização passou a despertar grande interesse para o público por nós escolhido, cuja composição está restrita às famílias dos assentados rurais, afim de viabilizar-se política, social e economicamente em seus lotes.

As pesquisas realizadas em assentamentos rurais têm demonstrado que a orientação do M.S.T. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) aos seus associados, têm sido no sentido de adotarem formas grupais de organização da produção, variando das mais simples às mais complexas, denominadas "cooperação agrícola", sendo que o aprendizado econômico, social e político obtido nessa interação entre as famílias, sem dúvida alguma, representa importante avanço da consciência crítica indispensável para a integração das lutas sociais.

A cooperação agrícola é a aplicação da divisão do trabalho entre os agricultores, para que possam organizar melhor a sua forma de trabalho e produzir mais. Conceção esta que o comando do M.S.T., sem dúvida, abraça para fortalecer seus propósitos de manter cada vez mais firme a união entre os assentados. "Este trabalho pode ser o que já está acumulado na forma de bens de capital ou benfeitorias. Mas também pode ser o trabalho vivo, ou mão-de-obra, que o agricultor aplica a cada dia nas atividades da produção." (M.S.T., 1993).

A cooperação pode ser aplicada em uma área agrícola, nas seguintes formas: a) no uso da terra; b) no trabalho; c) nos meios de produção; d) nas benfeitorias; e) no comércio; f) na indústria; g) nas atividades sociais e culturais.

Na experiência coletivizada da COPAJOTA (Cooperativa Agropecuária Padre Josimo Tavares) no assentamento de Promissão, cada família dispõe de 20,0 hectares, dos quais 15,0 deles foram destinados à produção da cooperativa.

A partir desta realidade, qual seja a do Grupo IV do Assentamento da Fazenda Reunidas, cujas dimensões atingem 18.130 ha, poder-se-á pensar nas transformações das estruturas de produção e de poder deste segmento, ou seja, com a posse da terra os indivíduos passam a pensar em produzir e viver na mesma, como verdadeiros cidadãos.

Nossos objetivos, ao avaliarmos a proposta da fundação de uma cooperativa coletivizada, a COPAJOTA (Cooperativa Agropecuária Padre Josimo Tavares), se situam, principalmente, na análise dos mecanismos de ordem interna e externa que possam ter influenciado como facilitadores ou inibidores da proposta de cooperação agrícola, especificamente no Grupo IV, onde vivem cento e vinte (120) famílias de produtores rurais, das quais quarenta (40) delas optaram, inicialmente, por este modelo de cooperativismo. Com o desenrolar do processo, no entanto, algumas delas desistiram, restando hoje apenas dezesseis (16) famílias.

Através da utilização da História de Vida dos Assentados do Grupo IV da Fazenda Reunidas, esperamos poder ter atingido um nível de detalhamento na pesquisa que seja suficiente para podermos avançar nesta temática e até mesmo colaborar para minimizar a imagem discursiva, nos níveis políticos, de que Reforma Agrária, em um sistema econômico como o nosso, não será possível.

“Durante séculos, perdura uma situação em que uma classe dirigente, às vezes sem identificação real com os problemas de uma produção equilibrada no meio rural, e desatenta aos potenciais energéticos e recursos naturais que envolvem tal atividade, permanece igual a si mesma, exercendo sua interminável hegemonia.” (RIBEIRO, 1995). Ou seja, nesta classe se encontram os responsáveis por uma ordem social fundamentada no latifúndio e no direito implícito de ter e manter a terra improdutiva.

Este direito fica cada vez mais implícito quando percebemos que o desencadeamento do processo de apropriação de terra com o propósito de se aumentar o poderio econômico, ou seja, a manutenção dos latifúndios, tem variado deste instâncias globalizantes como os grandes latifundiários do norte do país até uma família como a Ribas, a qual, no final do século passado assumiu a posse de terras devolutas daquela região onde constituiu seu vasto patrimônio, de aproximadamente 125.000 hectares.

De forma que a própria história de ocupação destas terras pela família Ribas, segundo informações obtidas do D.A.F.(Departamento de Assentamento Fundiário) de Promissão, já nos mostra o quanto este processo vem ocorrendo desordenadamente nas mãos dos latifundiários. Este clã assumiu ilegalmente toda esta área e a explorou até exaurir suas potencialidades agropecuárias. E ainda se sentem no direito de acionarem o Estado pela indenização das benfeitorias ali desenvolvidas.

O conhecimento histórico dos mecanismos de viabilização e entraves ao sucesso da produção agropecuária, quando analisada sob a ótica da pequena produção familiar rural, leva-nos a um estudo da importância do processo de crescimento e desenvolvimento do cooperativismo, que parece ser um dos mecanismos menos perversos de capitalização.

Os dados sobre o tema indicam que em termos econômicos, a participação das cooperativas atinge elevados percentuais na produção agropecuária nacional, com

destaque para soja, trigo, carne e leite. Diante disto, passamos a questionar as causas que dificultam a existência desta mesma participação em modelos de produção mais simples, tal como se dá entre os produtores familiares rurais nos assentamentos de Reforma Agrária.

Sabe-se que vivemos uma crise sócio-econômica e política onde não há respostas condizentes, por parte das autoridades governamentais, à grande maioria dos problemas que nos envolvem.

A realidade nos mostra que, dos 300.000 títulos de terra viabilizados até hoje pelo INCRA, em verdade, poucos poderão ser considerados como tendo atingido seu objetivo principal, que se caracteriza na emancipação do pequeno produtor rural.

Em virtude de perspectivas tão pessimistas como estas, a cúpula do M.S.T. tem trabalhado no sentido de atingir um nível de organização capaz de inverter tal quadro, onde a orientação básica se situa na adoção de formas grupais de organização da produção.

Nossa opção de estudo também foi influenciada pela necessidade que sentimos em analisarmos como realmente estava sendo organizado o trabalho e a produção coletivizada na COPAJOTA, quando o discurso do M.S.T. aponta tal opção como a saída ideal para o desenvolvimento da vida sócio-econômica nos assentamentos. Isto é, para a direção do movimento, a resolução de quaisquer que sejam os problemas, quando efetivada de forma individual, não levará à transformação social, uma vez que as necessidades têm que ser percebidas e analisadas pelos assentados de forma participativa e organizada, e não percebida e analisada apenas por elementos externos ao grupo, para

quem a realidade estará sob uma falsa ótica, e por assim se dar, podem levar ao paternalismo, e, conseqüentemente, a outras formas de dominação.

Face a tal proposta, colocamos a importância de uma reflexão sobre a verdadeira relação entre a viabilidade de reprodução sócio-econômica das famílias dos assentados rurais e a organização dos mesmos, além dos aspectos que envolveram e envolvem tais experiências. Até porque, na proposta apresentada pelo M.S.T. a terra estará sob controle do coletivo (associados da cooperativa); os meios de produção fazem parte também do patrimônio social; o trabalho está organizado num processo produtivo socialmente dividido e a produção está voltada para a subsistência e para o mercado, onde num processo reeducativo, espera-se que estes associados possam manter uma consciência organizativa.

II- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta revisão bibliográfica trabalharemos a questão do cooperativismo para entendermos a proposta do cooperativismo coletivizado realizado no interior de um assentamento de trabalhadores rurais sem terra. Ou seja, mesmo diante da reconhecida complexidade envolvendo esta temática, estaremos com a atenção voltada, principalmente, para as relações existentes não apenas entre a administração da COPAJOTA e seus associados, mas, sobretudo entre o grupo por nós escolhido e as suas práticas diárias, afim de identificar no cotidiano destas pessoas, até que ponto ou nível, a autonomia das mesmas está vigorando, assim como, qual o grau de comprometimento entre os agentes envolvidos no processo e os próprios assentados. E por fim, como se processa o exercício da liberdade que as partes requerem para que possam atingir a condição de cidadãos a que todos almejam.

O cooperativismo é um tema sempre atual e para que se possa situá-lo é preciso estarmos atentos às questões relacionadas com os conflitos sociais no campo, os quais em sua maioria foram os responsáveis pelo estágio atual de organização dos grupos e, conseqüentemente, pelo despertar da necessidade de efetuarem um trabalho associativo.

O movimento dos trabalhadores sem terra é analisado por **GRZYBOWSKI (1987)**, como “aquele que apresenta maior grau de articulação interna entre os movimentos de luta pela terra e, por isto revela maior homogeneidade nas formas de luta em seus vários conflitos particulares”.

Exatamente a partir do enfoque da articulação que estes movimentos promovem no campo e a expansão dos mesmos, intencionamos analisar como o processo social tem se dado e que propostas estão surgindo, a fim de solidificar uma aliança entre os vários segmentos rurais e as diferentes forças políticas de nossa sociedade. Assim sendo, poder-se-á pensar na criação de alternativas de participação econômica e política, como é o caso do cooperativismo no Brasil, ainda que suas propostas de alianças sejam, historicamente, bastante frágeis diante da luta atual por Reforma Agrária.

Assim, a possibilidade de construir uma Reforma Agrária que unifique as reivindicações e interesses do conjunto da classe trabalhadora existe, “desde que ela seja colocada, não como uma proposta meramente setorial, mas numa perspectiva mais ampla, como alternativa para o modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro. (MARTINS, 1994)

E, numa perspectiva mais ampla, acreditamos ser possível dizer que, à medida do empenho dos indivíduos na discussão do propósito de batalhar pela posse da terra, conforme encontramos num texto de **FERRAZ (1994)** “é preciso se ter certeza de que aqueles que se propõem às alianças com a missão de reformar agrariamente este país, dêem garantias de que não estão envolvidos no processo para esvaziá-lo”. Exatamente porque, o discurso pró-Reforma Agrária é bastante conhecido. No entanto, poucos são os que têm coragem de assumir com dedicação e com propósitos claros a iniciativa de produzir e se estabelecer na terra, quando apenas recebem um lote sem benfeitoria alguma e ainda mais com o agravante da falta de recursos para iniciar uma exploração agrícola, ou sem condições de obter financiamentos bancários.

Segundo **BERGAMASCO et al, (1990)**, há momentos em que as pessoas envolvidas na proposta de discutir os assentamentos rurais passam a percebê-los como parte de um movimento interminável, “como parte de uma história de distintos

tempos, vivida por múltiplos atores sociais que têm as fronteiras de seu mundo demarcadas por *pressões*, atritos e, conseqüentemente lutas. Cabe, portanto, a afirmação de um princípio analítico: os assentamentos de trabalhadores rurais no Estado de São Paulo não são, ao longo dessas reflexões, analisados em si mesmos, como expressão de uma política perversa ou benéfica, mas discutidos no circuito histórico de lutas pela terra, nas idas e vindas dessas lutas, no contexto das migrações e dos movimentos sociais”.

O que se verifica na maioria dos estudos a respeito da atuação dos assentados, quando da liberação do espaço físico na terra para nesta produzir, é que a luta para permanecer ou entrar na terra pode ser um momento novo ou a volta a uma situação passada, daí que esse processo não pode, decisivamente, ser pensado homogeneamente, como se essa disputa garantisse, por si só, identidade política aos trabalhadores rurais. **(BERGAMASCO, op cit.)**

1. Histórico do Cooperativismo

Apesar de historicamente encontrarmos anotações relativas a formas de cooperativismos, desde a idade média, e, em alguns casos, de cooperativismo agrícola sendo praticado sob critérios organizativos dignos de serem copiados por muitas das propostas de organização do trabalho e produção em áreas comprovadamente moderna em agricultura, têm-se assegurado que o modelo vigente de cooperativismo surgiu na Europa no século passado, como proposta de superação de um grande número de problemas evidenciados no desenvolvimento do capitalismo.

O tema cooperativismo é importante não apenas para os trabalhadores e pequenos produtores rurais (evidentemente os mais diretamente interessados), como para todos

aqueles que buscam aprofundar seus conhecimentos acerca do mundo rural, e segundo **BERGAMASCO (1989)**, “parece não ser exagerado apontar que o mesmo tem interesse amplo para todos aqueles que não se acomodam em posições passivas e individuais, mas, pelo contrário, procuram conhecer a realidade na qual vivem, e inserir-se no esforço para sua transformação”.

Posicionar com precisão as origens de iniciativas de cooperação fica muito difícil, até porque as ações de cooperação se encontram assinaladas nas mais remotas relações humanas. Onde esteja ocorrendo a liberdade de trabalhar em comunidade com trabalhos livres e grupais, por certo ter-se-á oportunidade da vivência do cooperativismo.

É importante assinalarmos que, no momento do desenvolvimento do capitalismo desestruturando as antigas relações sociais, foi que o cooperativismo surgiu.

Era o próprio capitalismo o responsável também por uma série de fenômenos: expropriação de pequenos produtores, êxodo rural, desenvolvimento da indústria e da mecanização, processo de formação da classe operária urbana e rural. Diante do que se apresentava, surgiram propostas para explicar e enfrentar a nova realidade, o novo modo de produção

Foi em 1844, que os tecelões de Rochdale, na Inglaterra, numa tentativa de resolverem problemas que lhes apareceram em decorrência do capitalismo, formularam os princípios básicos do cooperativismo.

É preciso acrescentar a existência de várias posições contrárias a estes princípios, principalmente ao se considerar que não será com os princípios Rochdaleanos que se organizará cooperativas que possam fazer frente às empresas privadas, sobretudo, “em

virtude dos danos que o modelo rochdaleano tem causado às cooperativas que o tem como base”(PINHO 1982).

O cooperativismo apresenta maior expansão no meio rural e este é um campo de investigação interessante, uma vez que, a expropriação dos pequenos produtores rurais pôr ser uma prática comum, faz com que os desfavorecidos se unam e resistam.

É necessário, antes da análise do desenvolvimento cooperativista no meio rural, reter um pouco da história e do contexto inicial em que surge o projeto cooperativista, afim de se conhecer também o essencial de suas proposições, princípios e declarações. Para sermos mais precisos a respeito das origens do movimento cooperativista, devemos remontar, à fase dos chamados precursores.

De forma sucinta, as idéias cooperativistas começam a aparecer com mais intensidade nos países europeus, especialmente na Inglaterra, onde fora criado. Robert Owen, considerado o pai do cooperativismo moderno, contribuiu para que o movimento tivesse os seus primeiros impulsos. Ele utilizou o termo cooperação mútua em oposição à concorrência individual. Afinal, para Owen o maior mal da espécie humana seria a pretensão ao lucro.

Além de Owen, e em várias partes da Europa, tal como Alemanha e Itália, por exemplo, desenvolveram-se novos modelos de cooperação.

Os ideólogos do movimento cooperativista tal como Robert Owen e outros foram aos poucos considerados utópicos diante da realidade.

É preciso acrescentarmos que, embora Owen seja considerado o “pai do cooperativismo” foi William King o que mais se aproximou da moderna concepção da empresa cooperativa, principalmente pelas inúmeras falhas que o mesmo identificou

em sua própria maneira de praticar o cooperativismo. No entanto, ele afirmava que não era a falta de forças, nem a falta de meios que impedia o trabalhador de progredir e emancipar-se, mas sim a falta de compreensão do papel da cooperativa e do esforço para economizar por si mesmo o capital necessário ao desenvolvimento da sociedade.

Pode se dizer que o cooperativismo evoluiu da idéia de um socialismo utópico, pois afinal, o modelo criado não se defrontava com o modo de produção dominante. Isto é, não havia proposta de destruir a relação proprietários dos meios de produção x proletariado. E foi exatamente com estas características que o cooperativismo se espalhou pelo mundo, e chegou ao Brasil, através de imigrantes europeus, e, na seqüência, foi sendo ampliado e também remodelado pelas próprias características do nosso povo, sendo os imigrantes japoneses¹ os responsáveis por inovações de grande significância nas organizações cooperativas atualmente existentes. Inovações estas que favoreceram em muito o cooperativismo brasileiro, embora o próprio modelo Japonês tenha mostrado deficiências organizativas diante das restrições impostas no governo do presidente Collor.

2. Doutrina cooperativista e seus objetivos.

Seja na produção, ou visando a assistência técnica, enfim movidos por fatores de ordem econômica, social ou cultural que os objetivos do cooperativismo foram se estabelecendo.

Os objetivos de uma cooperativa deveriam representar, principalmente, os objetivos individuais de cada componente. Tanto é que foram por motivos de identificação com a natureza de seu trabalho e operações necessárias ao mesmo, que as pessoas se associaram a uma cooperativa.

¹ Em 1927 um grupo de 83 lavradores japoneses iniciaram em Moinho Velho-SP, o primeiro empreendimento cooperativo de destaque neste país, o que viria a se constituir na Cooperativa Agrícola de Cotia-CAC.

As noções de democracia, associação de pessoas, auto-ajuda, capital a serviço do homem, eliminação ou diminuição do lucro e crítica ao paternalismo estatal, foram os fatores que nortearam a ação dos 28 tecelões de Rochdale, que, em 1844, decidiram criar uma associação cuja base doutrinária constituiu os princípios fundamentais do cooperativismo internacional, ainda hoje vigentes:

a) Livre adesão; também chamado princípio da porta aberta, uma vez que toda pessoa pode ingressar numa cooperativa ou dela sair voluntariamente, sem nenhuma restrição.

b) Gestão e participação democrática; ou administração realizada pelos próprios associados, através de representantes eleitos em assembleias gerais, nas quais cada associado tem direito a apenas um voto, independente de suas quotas-partes.

c) Distribuição das sobras aos associados ou retorno proporcional às operações: "pro-rata" das compras efetuadas nas cooperativas de consumo.

d) Juros limitados ao capital ou remuneração limitada a esse fator da produção, característica fundamental que distingue as cooperativas das sociedades mercantis em geral.

e) Fundo de educação ou desenvolvimento do ensino em todos os seus graus, pois visa tornar o associado mais apto e conseqüentemente, membro ativo da cooperativa.

f) Cooperação entre cooperativas.

A gestão democrática é considerada, por muitos estudiosos sobre o cooperativismo, o mais importante dos princípios que regem o mesmo.

O que se percebe também é que a maioria dos autores apresentam preocupação excessiva quanto aos aspectos doutrinários do cooperativismo, fator este que tem contribuído, recentemente, para as mais diversas contestações quanto ao tema.

“O cooperativismo, na sua realização prática, através das sociedades cooperativistas, reúne pessoas com atividades produtivas semelhantes, presumindo-se que suas necessidades sejam também semelhantes”. Neste sentido, **MEIRELLES (1981)** considera a cooperativa como uma extensão das unidades produtivas. E no caso das cooperativas rurais, os proprietários ao se associarem, o fazem movidos por fatores de ordem econômica, social e cultural, reafirmando, portanto, o princípio onde os objetivos da cooperativa representará os objetivos de cada um dos seus componentes (associados), motivo de sua associação, evidentemente.

Neste sentido, é preciso confrontar os objetivos básicos do cooperativismo através de sua doutrina, com os objetivos do S.C.A.(Sistema Cooperativista dos Assentados) que buscam através desta prática, a resolução dos problemas de ordem econômica, social e orgânica, sendo os econômicos relacionados com a economia das famílias assentadas, no sentido de desenvolver a cooperação agrícola tal qual uma empresa econômica, com produção efetiva de “sobras”, com aumento da produtividade no trabalho e acumulação de capital; os sociais com a criação de um modelo organizativo da produção agropecuária capaz de desenvolver um padrão tecnológico adequado à realidade dos assentamentos, e que seja suficientemente motivador para que a luta econômica se transforme em luta política e ideológica, enquanto os orgânicos, referem-se à liberação de mão de obra para participar de organizações populares, além de servir como retaguarda econômica do movimento pró-Reforma Agrária, através, principalmente, do desenvolvimento da consciência social, ao acumularem forças para a transformação da sociedade da qual fazem parte ativa (**M.S.T., 1993**).

3. O Cooperativismo no Brasil

3.1-Origem

No início deste século ocorreram no sul do Brasil, junto às comunidades de imigrantes, o que poderia ser caracterizado como as primeiras experiências do cooperativismo agropecuário, o qual se deu graças às práticas associativistas vivenciadas pelos imigrantes em seus lugares de origem e transplantadas ao nosso solo.

Na década de 1930, estas experiências receberam muitos estímulos do Estado e posteriormente, por volta de 1950, este mesmo Estado criou as condições para o surgimento de um tipo especial de cooperativismo que vinculasse a necessária capacidade empresarial com o “espírito cooperativo”.

O cooperativismo do início do século, resultante da iniciativa dos pequenos produtores rurais, em sua maioria de origem alemã e italiana no estado do Rio Grande do Sul, “constituiu-se numa tentativa abortiva de efetivação da via “farmer” de desenvolvimento do capitalismo no setor rural”, e isto nos parece que se deu em função do contexto específico da época e da insuficiência estrutural e concorrencial das cooperativas coloniais então existentes (DUARTE, 1988).

Dentro de um contexto histórico do cooperativismo visando a pormenorização das bases do mesmo, tanto no aspecto de sua importância ao processo de desenvolvimento da nossa sociedade, quanto na questão da organização, o trabalho de **RIOS (1976)** faz um retrato muitíssimo importante que tem servido de base para grande parte dos investigadores do tema.

O cooperativismo no Brasil somente passou a ter uma legislação a partir de 1932 quando foi promulgado decreto-lei versando sobre a constituição e funcionamento das cooperativas, facilitando e simplificando a sua fundação e isentando-as de uma série de impostos. E, a partir desta data, o Estado não só passou a regulamentar a constituição de cooperativas, como procurou incentivar ao máximo a sua criação.

Para **ZURITA (1994)** o advento daquela que é considerada a primeira Lei Orgânica das sociedades cooperativas através da promulgação do **Decreto Federal nº22.239 de 19.12.1932**, normatizou a verdadeira natureza jurídica das sociedades, caracterizando-as, disciplinando-as, distinguindo os seus diversos tipos, bem como absorvendo as experiências anteriores e inovando em matéria fiscal.

O trabalho desenvolvido por **LOUREIRO (1981)** ressalta que “a perspectiva teórica que orienta tal estudo é aquela que percebe o desenvolvimento do capitalismo no campo não como um processo exclusivo de proletarização ou assalariamento crescente de trabalhadores, mas também, como um processo de subordinação crescente de camponeses ao capital industrial e financeiro”. A não generalização da empresa capitalista e do trabalho assalariado no campo e a manutenção de unidades camponesas, podem ser explicadas pela necessidade de desenvolvimento desequilibrado ou desigual do capitalismo, que impede a formação de lucro na agricultura e a subordina ao capital industrial e financeiro.

LOUREIRO (op. cit.), afirma que “torna-se necessário deixar explícito, portanto, que esta perspectiva teórica contraria o discurso exaltador do cooperativismo contido em ampla literatura acadêmica e oficial, não só no Brasil, como em vários outros países, definindo-o como instrumento de solução do problema camponês. Contraria também a concepção que procura explicar o freqüente fracasso da prática

cooperativista nos países subdesenvolvidos pela imaturidade da população e pela falta de preparo e educação cooperativista".

A autora resume este segmento de seu trabalho, dizendo que a cooperativa além de usufruir benefícios políticos atribuídos pelo Estado, além de ter, do ponto de vista econômico, clientes cativos dos quais recebe produtos agrícolas e clientes preferenciais para quem vende insumos, não corre os riscos do processo de comercialização, qual um capitalista comercial comum. Isto evidentemente, sem assumir tampouco os riscos do processo de produção, que correm juntamente com os da comercialização por conta do cooperado.

É importante lembrarmos que, o cooperativismo atravessou várias fases de crises econômicas, principalmente a de 1929, porém, vencidas as crises as preocupações têm sido a ampliação de serviços prestados por estas organizações, o que tem ocorrido com bastante intensidade no país, principalmente no meio rural.

Portanto, hoje quando um grupo como o da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), indiscutivelmente referenciado como um dos mais estáveis no setor cooperativo do país, esteve às portas da falência, o cooperativismo então passa a conviver com a desconfiança daqueles que se esqueceram de que, a decretação do Plano Collor, em março de 1990, atingiu mais uma vez a comercialização da safra agrícola. "De um lado, o sequestro dos recursos financeiros deixou a maioria dos agricultores com dificuldade para dar continuidade até mesmo às atividades da colheita. De outro, a correção dos financiamentos rurais (pela variação do IPC de março de 84%) muito acima dos preços mínimos (pela variação da BTN de março de 42%) impediu que os agricultores saldassem suas dívidas com os cruzados bloqueados"(SILVA, 1996). Com isso, o Grupo CAC teve problemas em saldar os empréstimos contraídos, principalmente, junto ao Banco do Estado de São Paulo-BANESPA o que o levou ao caos financeiro a partir de 1991.

3.2-Os Rumos do Cooperativismo

O cooperativismo inicial entre os pequenos produtores rurais do sul do país, com todo o bucolismo que lhe era peculiar, acabou cedendo lugar a um cooperativismo empresarial, ligado principalmente às culturas da soja e trigo, graças à iniciativa da burguesia rural já consolidada e do Estado.

Este novo modelo cooperativista se encaixou perfeitamente à dinâmica do capitalismo mais desenvolvido, consolidando-se como vias mercantil e contratual de desenvolvimento do campo, a partir dos subsídios creditícios de que desfrutou e do conseqüente crescimento empresarial das cooperativas (DUARTE, 1991).

Porém, quanto ao incentivo estatal conjuntamente ao controle daí decorrente, tem-se dois aspectos a considerar: de um lado, o potencial que as cooperativas possuem de organizar milhares de produtores rurais dentro dos padrões exigidos pelo mercado, facilitando portanto sua integração ao sistema agroalimentar e, por outro lado, o potencial que estas organizações detém tanto de amenizar, através da doutrina e do discurso da cooperação, as tensões e as contradições existentes, quanto de divulgar, através de um processo educativo, um novo padrão produtivo e um novo padrão de valores e de orientações utópicas.

O cooperativismo agrícola, em seus processos fundamentais de crescimento, centralização e acumulação, em muito está identificado às formas de organização tipicamente capitalistas.

As cooperativas que não alcançaram os imperativos de estrutura empresarial e racionalidade econômica, requeridos no momento, foram gradualmente desaparecendo ou sendo incorporadas por aqueles que melhor responderam às exigências da dinâmica do modelo. Subseqüente e complementarmente, foi observada uma articulação

“funcional” da pequena produção familiar e de outras formas de relação de produção e processos produtivos rurais com as cooperativas empresarialmente desenvolvidas e, através dessas, com o capital industrial e financeiro, estatal e ou privado.

3.3 - O cooperativismo na atualidade

Evidencia-se, portanto, um cooperativismo artificial no Brasil, uma vez que, normalmente, a comunicação existente entre a direção de uma cooperativa e os seus cooperados se limita, apenas, à entrega de produtos e recebimento do pagamento correspondente aos mesmos.

Ao se proceder uma análise da atuação das cooperativas, a sua presença e suas propostas, teremos de reconhecer que elas fazem parte de um projeto de consolidação econômica de um setor empresarial na agricultura e de expansão de seus interesses.

Por outro lado, as cooperativas não são apenas empresas e sim formas de organização com participação político-corporativas de todos os seus associados.

O cooperativismo representa uma das poucas alternativas para a concretização dos paradigmas que objetivam equacionar a contradição que se estabeleceu no mundo atual, afim de manter o desenvolvimento com os devidos cuidados às condições de meio ambiente, e, que do ponto de vista de **DUARTE (op.cit.)**, poderá também transformar a utopia em um projeto histórico em realização, ocasionando efetivas mudanças na sociedade, a médio e a longo prazo.

“O cooperativismo tem seguido, de modo geral, duas tendências distintas. Uma de caráter mais apologético, fundamentada na doutrina cooperativista e que faz apelos aos ideais de união, solidariedade no estilo ‘juntos venceremos’, . e outra de caráter mais crítico, resvala muitas vezes para um reducionismo economicista, igualando as

cooperativas a qualquer outro tipo de empresa” (FLEURY, 1983). Daí que as cooperativas são instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista e constituem uma produção socializada em miniatura, que é acompanhada por uma troca capitalista. Como na economia capitalista a troca domina a produção (em virtude da concorrência) e, para que a empresa possa viver, ela exige uma exploração implacável da força de trabalho, quer dizer, o completo domínio do processo de produção pelos interesses capitalistas. Neste mesmo trabalho, FLEURY (op cit), acrescenta que tais previsões não ocorreram, haja vista a persistência de produtores familiares, assim como de cooperativas que não se transformaram em empresas, em países onde o capitalismo é plenamente desenvolvido.

Para KAUTSKY (1968), dificilmente as cooperativas agrícolas de crédito e comercialização ou industrialização de produtos agro-pecuários constituiriam um meio de viabilizar a pequena produção camponesa. Essa idéia passa a ser defendida em virtude de um fato bastante comum, em que o capital termina por estruturar a cooperativa, destruindo neste processo, aqueles elementos que lhe conferiram um caráter específico. Evidentemente, que a análise feita tem bastante a ver com um cooperativismo vivido em uma outra época e onde a visão de campesinato é sustentada muito mais pelo comprometimento dos seus atores com um bucolismo rural do que com uma organização que prioriza os conhecimentos de seus associados, através da união de saberes que se complementam.

As cooperativas possuem uma especificidade própria que as distingue da empresa privada. Especificidade esta gerada por seu objetivo e por seu modelo organizacional e que propiciaria assim as condições necessárias para que os produtores e ela associados se articulassem de forma a realizar seus objetivos individuais (FLEURY, 1983). “À medida que, não sendo o conjunto de produtores associados a uma cooperativa, homogêneo, eles tenderiam a se articular em grupos que expressassem seus interesses

(em relação à cooperativa) gerando neste processo contradições que colocariam em cheque a própria essência do cooperativismo”.

Neste momento, uma dupla origem das cooperativas agrícolas brasileiras passa a existir. Isto porque umas surgiram por necessidade e iniciativa de produtores, enquanto que outras foram criadas em resposta aos incentivos estatais e, não correspondendo a uma real demanda por parte dos produtores, tiveram vida curta.

Dentro de um enfoque crítico mais recentemente elaborado, “...o segmento do cooperativismo agropecuário é tido como um dos principais agentes de expansão e consolidação do capitalismo no setor rural brasileiro, além de ser reconhecido também como responsável pela manutenção de contingente considerável de produtores, especialmente pequenos e médios, para quem as cooperativas representam talvez a única possibilidade de manutenção e de inclusão nos padrões produtivos e de consumo” (DUARTE, 1994). Este fato tem contribuído para que seja dificultada a liberação de recursos financeiros para formação do capital social das pequenas cooperativas.

4. O Cooperativismo na Sociedade Capitalista

Considerando o estudo a respeito do cooperativismo como uma atividade inserida em um sistema de produção capitalista, neste capítulo estaremos, à luz de diferentes autores, analisando, principalmente, os fatores que o sistema beneficiará, e, em que nível poderemos lhe atribuir o papel de alternativa às práticas já existentes, sob a ótica da organização do trabalho e da produção.

Encontramos no trabalho de **BERGAMASCO et al. (1984)** que o cooperativismo parece vincular-se a um sentido de transformação da sociedade, princípio que passa posteriormente a segundo plano, ou mesmo, deixando de existir. A possibilidade de

ação das cooperativas, como elemento de transformação social, fica assim bastante restrita, ou mesmo inexistente, sem essa concepção mais ampla. Ainda no mesmo trabalho, os autores apontam para uma outra linha de análise acerca da definição do cooperativismo e de suas relações com a sociedade global, que se bifurca na ênfase sobre a função-consumo ou na função-produção. No primeiro sentido, o cooperativismo é visto como um instrumento para a reforma da sociedade, via organização do consumo: parte-se do pressuposto de uma igualdade de interesses dos consumidores.

Contudo, cabe apontarmos para o fato de que os consumidores não podem ser considerados de forma homogênea. Isto porque, com esta visão, encobriria-se a diversidade de interesses das classes sociais, e a diversidade de situação econômica, social e política entre os indivíduos. Uma perspectiva de mudança da sociedade, nesse sentido, pressuporia que o cooperativismo se estendesse e se estruturasse num movimento de amplitude nacional para a massa dos trabalhadores, os quais só assim teriam chance de contrapor-se às pressões em sentido contrário por parte dos proprietários da terra e do capital.

No segundo caso, da ênfase na função-produção, as experiências são mais numerosas valendo, no entanto, os mesmos argumentos para a função consumo.

Em um quadro analítico da questão do cooperativismo agrícola enquanto movimento social organizado, este representa uma forma específica de organização e manifestação de parcela significativa da sociedade civil e que se apresenta com duas características básicas: a) o desempenho econômico que se relaciona aos aspectos organizacionais e empresariais das unidades cooperativas. Estas unidades têm desempenhado um papel fundamental no processo de desenvolvimento e modernização da agricultura, apesar de ocuparem espaços secundários e subordinados no sistema agroalimentar b) a segunda característica engloba a função de legitimação e

relaciona-se à concretização ou não do cooperativismo enquanto movimento social, que emerge da sociedade civil como forma de salvaguardar uma unidade de interesses e representações das classes produtoras rurais.

“As cooperativas se encontram na impossibilidade de desempenhar um papel dinâmico nas reformas políticas, mesmo aonde tais reformas seriam mais do que desejáveis” (LIDLAW, 1980). Seu campo de ação principal é o econômico e não o político. É fato que se funcionarem de modo realmente democrático constituir-se-ão em vetores indiretos de mudanças favoráveis à democracia, sendo que este tipo de influência tende mais a ter efeitos a longo, do que a curto prazo.

Ao analisarmos o que de fato está acontecendo no momento presente onde, em quaisquer que sejam as instituições, o nível de participação de seus integrantes está cada vez mais elevado, poder-se-ia registrar uma contradição entre os autores anteriormente mencionados, uma vez que a organização de uma cooperativa não deixará de ser um momento político super representativo na vida dos seus associados e será através da mesma também que no mínimo estes associados poderão ter difundidas as suas ações, quer seja no meio rural ou não. Segundo FERREIRA (1988), “desde a sua primeira fase de desenvolvimento (período pós anos trinta), as cooperativas contaram com mecanismos de apoio oficial, o que culmina, principalmente, em apoio financeiro. Ou seja, as cooperativas encontram-se amplamente dependentes da atuação governamental, diante da enorme dificuldade de se constituírem como uma unidade autônoma, no que diz respeito à geração de seus próprios recursos financeiros ou, mesmo, de recorrer aos recursos do sistema financeiro em geral.” Mesmo que as demais empresas do complexo agro-industrial brasileiro tenham se desenvolvido também à custa de fortes incentivos governamentais, estas não são fundadas sobre os mesmos princípios das cooperativas que, teoricamente, não visam ao lucro. Ou seja, para que se dê a acumulação pela cooperativa, esta tem que articular interesses

diversos dentro dela própria, já que se encontram no seu interior as mais diferentes categorias sociais do meio rural.

Assim, o argumento principal é de que a cooperativa tende a revelar sua natureza contraditória, à medida em que ela acelera o seu processo de crescimento, tende a fazer aquilo que se propôs a combater no início de sua formação, isto é, a retenção de parte da renda do produtor. Em outras palavras, para crescer a cooperativa tem de empreender um processo contínuo de expropriação dos seus próprios cooperados.

“Para superar suas contradições internas, acelerar o desenvolvimento econômico e atuar de forma mais dinâmica na cadeia agro-alimentar, o cooperativismo está fadado a caminhar rumo à integração do sistema, o que significa, entre outras coisas, a utilização comum e eficaz das condições de infra-estrutura já existentes em alguns setores, bem como à diversificação de atividades e criação de infra-estrutura sólida de comercialização, voltada para o mercado interno e externo” (DUARTE, 1992). O que significa ainda atuar mais efetivamente no sistema de crédito, de prestação de serviços, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; enfim naqueles setores que permitam ocupar de forma integrada, novos espaços da cadeia agro-alimentar e lhes garantam um maior poder de barganha frente aos concorrentes e de pressão junto ao poder público.

“As tentativas empreendidas por um contingente de trabalhadores rurais deste país, contra as opressões provenientes do capitalismo selvagem e no afã de resolver seus problemas sócio-econômicos, através de associações de caráter mutualista, quase sempre, esbarram com a realidade de produções agrícolas organizadas segundo tradições específicas de cada povo ou de cada região, que se defrontam com propostas cooperativistas inspiradas sobretudo na corrente liberal dos socialistas utópicos franceses e ingleses do século passado” (PINHO, 1982).

Não foi questionado no trabalho realizado por **PINHO (op cit.)**, a significância das pequenas cooperativas que evidentemente estarão muito mais interessadas em preços justos na efetivação dos pagamentos de seus produtos do que nos avanços tecnológicos. Esclarecemos, no entanto, que os avanços tecnológicos são encarados como necessários, porém o acesso aos mesmos para uma grande parte dos produtores rurais, ainda é bastante precário.

Evidencia-se neste ponto, portanto, uma mistificação desenvolvimentista, **GONZALEZ (1982)** reconhecida como “subdesenvolvimento cultural², onde o reconhecimento dos saberes populares não ocorre, dando-se o mesmo com as ações desenvolvimentistas que poderiam advir das trocas dos mesmos.”

Portanto, são processos sociais que traduzem o capitalismo em realidades pobres, arcaicas e com componentes culturais contraditórios entre si, e contraditórios com as formas modernas de exploração da força de trabalho.

Em síntese, num cálculo econômico exercitado empiricamente pelos associados de uma cooperativa em um assentamento rural, a expectativa de lucro não deverá ocorrer segundo critérios empresariais normais, mas sim nas suas simplificações necessárias e adequadas à forma como se dá a organização da produção e dos gastos ocorridos no interior de cada família assentada.

5. Associativismo nos Assentamentos de Reforma Agrária

A dinâmica de vida num assentamento, em si, já se caracteriza em uma objetivação do projeto de associativismo, embora outro desafio passará a fazer parte das metas dos assentados que é a produção agrícola. Porém, é preciso ressaltarmos que

“...apenas quando os grupos com um grau de consciência crítica experimentam durante muitos anos a ineficácia de suas formas simples de organização, ou ainda quando recebem dos operários das grandes empresas a consciência organizativa, é que eles conseguem criar estruturas orgânicas eficientes e capazes de responder aos objetivos do grupo” (MORAIS, 1986).

“As relações sociais travadas no interior do campo de disputa pela terra mostra, ao longo da história de lutas rurais, uma renovada batalha pelo reconhecimento do que os trabalhadores rurais consideram como legítimo em suas aspirações” (ZIMMERMANN, 1989). E, por outro lado, revela também o sério questionamento da base de sustentação da legitimidade proveniente da *ortodoxia* do campo, colocando igualmente em cheque o seu capital específico, ou seja, um dos princípios básicos da estrutura deste espaço de relações, caminho para a obtenção de modificações substanciais no mesmo.

Este caminho nos confirma que quando acontece a fase de redimensionamento da luta, com a efetivação do assentamento pretendido, ocorre uma desmobilização como resultado do longo e tenso processo de enfrentamento que os colonos sem-terra empreenderam.

Os assentamentos são reconhecidos pelo M.S.T.³ como uma força adicional ao movimento reformista não apenas no sentido de viabilizar a produção ou mesmo resolver o problema dos que não possuem a terra, mas, principalmente em função da estrutura básica que se torna possível criar e a partir da mesma, defini-los como importante vitória alcançada na luta pela conquista da terra, porém sendo necessário que se constituam numa *trincheira de luta* por uma política agrícola condizente com a realidade do assentado e do pequeno produtor, bem como pela conquista da real

² O subdesenvolvimento cultural se caracteriza por idéias fora do lugar, obtidas de realidade extemporâneas e trazidas a outras realidades, segundo Gonzalez.

³ Segundo declarações da Direção Política do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, reafirmadas nos encontros nacionais e congressos.

Reforma Agrária, a qual somente será viabilizada com uma mudança estrutural da sociedade.

"Com esta perspectiva o M.S.T. orienta e estimula a adoção de formas modelares de organização da produção, que deverão constituir nas *ferramentas pedagógicas* para o crescimento da consciência crítica que foi sendo desenvolvida nas etapas anteriores de luta. É neste espaço de relações sociais que as especificidades configuradas pelas diferentes origens étnicas, trajetórias de vida e trabalho ressurgem, porém em bases novas, explicitando as contradições do modelo de organização social e produtiva proposto, para famílias com perspectivas de viabilizar um modo de vida considerado autônomo e o mais possível auto-suficiente" (ZIMMERMANN, *op cit.*).

Uma discussão bastante interessante versa sobre a questão da inter e multidisciplinaridade. Segundo **ABRAMOVAY (1994)**, deverá ser descartado qualquer possibilidade de trabalhos eficazes nos assentamentos de Reforma Agrária, sem que estejamos embuídos deste necessário estudo interdisciplinar.

Tal proposição é perfeitamente aceitável, uma vez que no debate acadêmico originado muitas das vezes nas próprias salas de aula, é ressaltado a polêmica questão da conversão social dos recursos investidos numa dada sociedade, e a energia dispendida em todo o processo. Porém, o perceptível em verdade, é a constatação de um norteamento da questão real dos assentamentos rurais, conjuntamente à problemática da pequena produção rural, relegadas a estratificações sociais ou a trabalhos, às vezes, bastante isolados ou pouco expressivos em relação ao universo da agricultura brasileira. Resta nos um questionamento muitas vezes sem fundamento do que seja sucesso e insucesso.

"A questão do sucesso e insucesso dos assentamentos rurais é vista como uma utopia que desaba, exatamente no momento em que o problema é enfatizado sob a

ótica da organização.”, onde o mundo das relações econômicas que se implanta com o assentamento, é uma espécie de continuidade, de reprodução do mundo encantado da luta que se estabelecia no momento da ocupação da terra. “Os movimentos sociais, de certa forma, tentam permanecer no mundo encantado da luta por uma utopia, no mundo da igualdade, etc. A gente fatalmente vai ter de falar sobre reforma agrária com os empresários, com o governo, com os militares, enfim...Nós vamos ter que falar sobre reforma agrária com pessoas que não têm uma linguagem como a nossa e que não fazem parte também da nossa comunidade” (ABRAMOVAY, *op cit.*).

Em estudo efetuado com famílias assentadas no estado do Rio Grande do Sul, ZIMMERMANN (1994), evidencia os mecanismos sociais internos associativos e dissociativos, os quais interferem na consolidação do projeto de *ser colono* cultivado pelas famílias dos sem terra e na expectativa do M.S.T. tornar o assentamento um exemplo de viabilidade econômica e política de reestruturação fundiária.

O que se denota por ocasião do estudo de campo num assentamento rural, são os rearranjos grupais, onde a busca da homogeneidade de características se constitui no motor da ação organizativa. No exemplo em pauta, foi possível verificar que as famílias que assumiram formas grupais codificadas no sistema de classificação do M.S.T. (coletivo, semi-coletivo e associação de máquinas), conseguem permanecer num desenvolvimento satisfatório, em muito possibilitado pelo apoio que a organização lhes concede e também por terem procurado características de similaridade que lhes permitissem a funcionalidade. “A adoção de formas mais complexas, comprovadamente mais eficazes à potencialização da produtividade do trabalho e aumento dos investimentos produtivos, terá de se dar em meio à prática democrática do autofazer-se na diversidade de formas associativas que as especificidades das famílias determinam” (ZIMMERMANN, *op cit.*).

Principalmente, porque *há questões* objetivas a serem discutidas e vivenciadas, tais como a integração ou não do setor reformado com os segmentos, a importância de conquistarem tecnologias e políticas apropriadas à escala de produção dos pequenos produtores, bem como assistência técnica compatível com suas especificidades, além de mercado para seus produtos.

Muitas vezes, as expectativas dos assentados são identificadas como resultado do trabalho eficaz ou não dos organismos com os quais eles estão trabalhando. Segundo **BERGAMASCO (1994)**, fica evidenciado que a perspectiva de construção de uma coletividade rural de produtores em cooperação, “não é necessariamente produto da vontade dos trabalhadores, mas resposta a uma decisão de modelo cooperativo forjado nas instâncias do poder.”

No mesmo trabalho, **BERGAMASCO** aponta para as análises das experiências concretas vivenciadas nos assentamentos do Estado de São Paulo, que sinalizam positivamente no sentido de se buscarem e de se consolidarem novas estratégias de produção e reprodução dos assentados na terra.

Enfim, no panorama histórico dos assentamentos ou da vida dos assentados rurais, cabe ainda uma análise sobre as experiências acumuladas. **PAULILO (1992)**, afirma que “uma vez que deixaram de ser *sem-terra*, já que foram assentados, esses camponeses trazem em seu comportamento características que são condicionadas pelo passado. Sem dúvida, a experiência de luta trouxe mudanças significativas, mas vê-los somente do ponto de vista do **novo** tem trazido um certo menosprezo pelo considerado **velho**, mesmo que esse **velho** tenha sido uma estratégia de sobrevivência válida por décadas. Tem levado também, a um superinvestimento ideológico que faz arrefecer o apoio às reivindicações dos *sem-terra* ou dos assentados quando esses não se comportam como esperam os mediadores, as lideranças e a opinião pública.”

No Brasil, há uma longa tradição de organização de pequenos produtores rurais no estado do Rio Grande do Sul, que apresentam inúmeros avanços, tanto pelo trabalho das cooperativas (enquanto portadoras de projetos modernizantes e mediadoras entre o Estado e os agricultores), como pela organização dos trabalhadores **sem terra**.

Surge, portanto, segundo **MARTINS (1994)**, uma nova perspectiva do "tempo da fartura" em que, "os trabalhadores, enquanto produtores de bens materiais, vão resgatando sua condição humana e deixando de ser objetos (mercadorias) para se tornarem sujeitos da história, atores conscientes de um processo maior: a luta de classes que marca o confronto entre a opressão e a liberdade." Liberdade pela qual os assentados hoje têm demonstrado verdadeiro empenho, principalmente porque a fase de fartura ainda está bem longe do alcance dos mesmos, que lutam contra a opressão efetuada por outras classes da sociedade que manipulam as ferramentas necessárias para se produzir na terra, dificultando cada vez mais o almejado posto de cidadãos com produção digna, razão pela qual todo agricultor aspira

6.A Questão do Cooperativismo Coletivizado

A coletivização durante os últimos cinquenta anos, foi considerada, ou pelo menos assim declarada, como a forma natural de organização da agricultura sob o socialismo (**SHANIM, 1990**).

Estava relacionada aos conceitos básicos da pressuposta economia socialista: produção em grande escala, planejamento e alta tecnologia, e industrialização planejada. O objetivo era garantir modernidade e alta eficiência para a agricultura, embora, segundo o autor isto não tenha acontecido.

Acrescentando-se que tal posição é bastante questionada, uma vez que já se conhece sistemas capitalistas nos quais a coletivização foi implantada, como no Irã ou na Tunísia, portanto, não havendo uma relação necessária entre o socialismo e a coletivização, e também por se conhecer regimes socialistas como o da Polônia, onde a coletivização não foi implantada ou que após sua implantação esta foi abandonada.

A agricultura de forma coletivizada foi considerada eficiente na extinta União Soviética, embora existindo a necessidade de comprovação dos dados, uma vez que a referida nação importa alimentos há mais de uma década. E, mesmo a proposta de manter uma agricultura coletivizada para pelo menos sustentar a indústria, também já não é mais aceita (**SHANIM, op.cit.**).

No entanto, a coletivização na agricultura como alguns países implantaram, e a Hungria é um caso específico destes, que o fez em 1968, realmente funcionou, com produtividade alta, a ponto de haver exportação de alimentos.

No Brasil, quanto ao cooperativismo até então vivido não há registros de coletivização em grandes áreas a não ser de experiências de associações realizadas em nível familiar. E, a respeito do cooperativismo coletivizado realizado no interior dos assentamentos os registros anunciam ainda poucas experiências destas, todas elas com pouco tempo de vida.

No caso específico da Fazenda Reunidas , onde o Grupo de associados da COPAJOTA optou por este modelo de cooperativismo, a base de sustentação teórica do movimento foram os trabalhos publicados por **MORAIS (1986)** e o laboratório prático sobre cooperativismo, adotado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

Quando estamos tratando de coletivização no meio rural, segundo **SHANIM (1990)**, a questão da observância apenas de melhores resultados econômicos não é suficiente para avaliarmos uma proposta. “Em verdade, torna-se necessário a permanência dos mestres da terra; aquelas pessoas que realmente querem viver em suas aldeias, e se preocupam com a ecologia e com a permanência no campo”. Observações estas que durante o tempo de planejamento, implantação e avaliação de um projeto devem ser extremamente observadas, principalmente no tocante à tipificação do corpo administrativo que compõe tal empreendimento.

Em verdade, não podemos olvidar que o cooperativismo, muito embora já vivendo seus dias de bastante distanciamento da fase pueril dos pequenos agricultores de Rochdale, parece, em certos momentos do seu desenvolvimento, destinado a morrer sob os golpes dos inimigos individualistas.

No processo de organização de uma comunidade de assentados no meio rural devemos ressaltar a dinâmica que ali se estabelece, enquanto espaço de relações, uma vez que, “...as características heterogêneas individuais, que anteriormente estiveram homogêneas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas.”, **ZIMMERMANN (1989)**. E estas características terão papel fundamental na criação e recriação de diferentes formas organizativas voltadas para a produção, num contexto rico de situações, impasses e enfrentamentos.

As opções de exploração produtiva nos projetos de assentamento, segundo formas modelares concebidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-M.S.T. são:

- a) Coletiva - caracterizada pelo espaço físico produtivo e doméstico de domínio e responsabilidade da coletividade;
- b) Semi-coletiva - organiza coletivamente as relações econômicas, sendo individualizado o espaço doméstico e parte do produtivo;

c) Associação de máquinas - reúne interessados na otimização da capacidade produtiva das famílias e da terra;

d) Associação de vizinhança que reúne o trabalho de famílias para a realização de mutirões, na fase de colheita, plantio e outras ações produtivas.

ZIMMERMANN (op.cit.), aponta que “a forma coletiva é a de mais alta valoração e, por conseguinte, detentora de privilégios e da confiança política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -M.S.T.” No estudo de caso feito pela autora, excetuando-se o grupo coletivo e semi-coletivo, que já chegaram ao assentamento de forma consolidada, é possível dizer que as famílias se buscaram independentemente de origem étnica. São os elementos estruturais das famílias (capacidade produtiva, parentesco) e conjunturais (trajetória de vida, de trabalho e as condições naturais do lote recebido no assentamento) que explicam a efetivação e viabilidade dos arranjos grupais. As famílias que assumiram as formas grupais codificadas no sistema de classificação do M.S.T. (Coletivo, Semi-coletivo e Associação de Máquinas), conseguem permanecer num desenvolvimento satisfatório, em muito possibilitado pelo apoio que a organização lhes concede e também por terem procurado características de similaridade que lhes permitissem a funcionalidade. Analiticamente, a autora diz que o direcionamento político que o M.S.T. imprimiu ao assentamento, estudado por ela⁴, tornou a liberação do pessoal num elemento de destaque, reforçando a importância do trabalho conjunto e fornecendo mais insumo ao antagonismo reinante. E a condução política do processo, centrada nas lideranças, deixa para a base somente as atividades práticas, onde o primado do coletivo e de outras formas modelares, acaba por desrespeitar o ritmo de aprendizagem e a conduta democrática de convivência que, juntamente com o trabalho de formação teórica, atuam como sustentáculos do crescimento conjunto da consciência política. Situação semelhante, embora caracterizada pela preocupação política com o tema, foi identificada no trabalho realizado por **D’INCAO & ROY (1995)**, quando pesquisavam sobre as bases

⁴Neusa Zimmermann trabalhou com assentados produtores de trigo e soja no Estado do Rio Grande do Sul.

do cooperativismo em um assentamento rural do Estado de São Paulo, e onde a questão da coletivização é bastante criticada, não em função das dificuldades de implantação do modelo, mas, sobretudo, pelo delineamento que os autores fazem dos participantes daquele projeto e da oportunidade de expansão da consciência como grupo que a experiência lhes possibilitou.

Em relação à coletivização do cooperativismo vivido e analisado, neste momento, nos assentamentos, fica evidenciado a necessidade do amadurecimento da consciência organizativa afim de que as alianças possam ser fortalecidas não apenas com os grupos e instituições ligados a questão da Reforma Agrária, mas também com os chamados novos adeptos, isto é, aquela camada da sociedade que se sente diferenciada o suficiente da “massa”. Basta, porém, um pouco mais de transparência por parte dos projetos desenvolvidos no interior dos assentamentos, para que abandonem o seu falso separatismo, assumindo o papel de aliados da causa .

III- OBJETIVOS

A presente pesquisa teve por objetivo aprofundar o entendimento da questão da organização da produção e do trabalho, através da proposta cooperativista/coletivizada em assentamentos rurais, Especificamente pretendeu-se:

1- Analisar a proposta cooperativa coletivista do M.S.T. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e sua implantação no Assentamento Rural da Fazenda Reunidas.

2- Verificar quais as condições que levaram o grupo IV da Fazenda Reunidas em Promissão a optar por tal proposta.

3-Verificar o nível de aceitação da proposta pelos assentados.

4-Verificar que fatores têm contribuído para a maior ou menor participação dos assentados na cooperativa.

5- Identificar mudanças sócio-econômicas e culturais ocorridas entre os assentados após a criação e o ingresso na COPAJOTA.

IV - MATERIAL E MÉTODOS

1. Caracterização da área de estudo

Essa pesquisa foi desenvolvida junto ao Grupo IV do Assentamento da Fazenda Reunidas, também chamado “Grupo de Campinas”, onde está instalada a COPAJOTA-Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares, a qual apresenta uma proposta de produção coletivizada, motivo de nosso estudo.

A Fazenda Reunidas, que outrora pertenceu à família Ribas, foi desapropriada pelo governo federal em junho de 1986, por constituir-se em latifúndio por exploração, não respeitando a função social da terra. Está localizada no município de Promissão, noroeste do estado de São Paulo. Com uma área total de 18.130 ha tem hoje 624 famílias assentadas, com diferentes tamanhos de lotes. Na área por nós estudada, isto é o Grupo IV, todos os lotes possuem 19,2 hectares, 14,4 dos quais são destinados ao trabalho coletivo no caso dos associados da COPAJOTA, restando 3,6 hectares¹ para o lote de quintal, onde cultivam horta, pomar e criam alguns pequenos animais.

Esta região é caracterizada por sua tradição em conflitos de terras, causados principalmente, pela expulsão de pequenos produtores e pela exploração desse contingente de trabalhadores por grandes proprietários de terra.

¹ Em virtude de um acordo firmado no início dos trabalhos deste grupo para beneficiar os companheiros que iniciaram a luta com aquelas famílias, mas eram

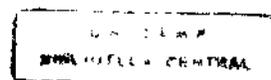
Quanto às condições edafo-climáticas da região, registra-se a predominância de solos profundos, permeáveis, com textura média, ácidos, de baixa fertilidade, inseridos em relevo plano e levemente ondulado, características claras de Pln (Podzolizados de Lins e Marília com variação Lins) e Pv(Podzólico Vermelho Amarelo-Orto), **(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1960)**, o que diminui o potencial de erodibilidade existente. O clima é tropical úmido com verão chuvoso de outubro a março e inverno seco de abril a setembro, com precipitação média anual de 1200mm e temperatura média anual de 22°, com pequenos riscos de geadas, de maio a agosto

O Grupo IV, que inicialmente totalizava 312 famílias e posteriormente reduzido a 150, tem sua história de luta pela posse da terra marcada por dificuldades inúmeras. São originários de 16 estados da Federação, sendo que entre os titulares selecionados, aproximadamente 62% pertencem a região Sudeste. E, em sua maioria, são trabalhadores da região, assalariados permanentes e temporários, sendo que 84% trabalham em atividades agrícolas há mais de 20 anos. Alguns como bóia frias na cultura de café, cana e laranja **(D'AQUINO, 1994)**.

Uma parte do grupo optou por construir suas residências próximas ao centro comunitário, na agrovila. O assentamento possui posto de saúde e para os que vivem na agrovila é possível utilizar a creche infantil, construída pelos associados da COPAJOTA. Contam ainda com terminais de rede elétrica servindo todas as famílias e com ótimos recursos hídricos, onde a pesca é complementação assegurada na questão alimentar. Desde a safra de 90 que os assentados têm conseguido obter financiamentos de custeio no Banco do Brasil.

Os trabalhadores rurais deste assentamento já passaram por várias fases de organização, desde a formação de grupos de tratores, fundação de associações, até a fundação da COPAJOTA-Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares,

solteiros, cada família cedeu 1,2 hectares do seu lote que veio a completar o



em março de 1992, a qual foi formada nos moldes das cooperativas de assentamentos existentes nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conforme metodologia do M.S.T.- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O M.S.T. realizou um treinamento, denominado "Laboratório", com duração de aproximadamente 40 dias consecutivos, cujo objetivo foi capacitar os trabalhadores para se organizarem de forma cooperada e administrarem os trabalhos da cooperativa que estava sendo fundada pelos mesmos.

A COPAJOTA é administrada por uma diretoria, um conselho de chefes de setores e a Assembléia Geral, nesta ordem de instância de poder. Os setores compreendem os seguintes trabalhos: Maquinários, Agricultura, Infra-estrutura (construção e manutenção das benfeitorias), Alimentação, Educação, Administrativo (Financeiro) e Pecuária Leiteira.

Seu número de sócios integrantes inicialmente era de 85 associados, representando 40 famílias e 160 pessoas, as quais alcançaram uma renda per capita de 1,08 salários mensais na safra de 92/93 e 2,62 salários mensais de renda familiar em 93/94. Posteriormente, houve uma ruptura no corpo administrativo da cooperativa, o que levou alguns associados a acompanharem a antiga diretoria, tendo apenas 17 famílias continuado como associados. A partir de outubro de 1995, este número passou a 16 famílias.

2. Caminhos metodológicos

2.1 Fases da Pesquisa

No momento em que se fez presente nossa opção de pesquisa sobre a importância da organização do trabalho e produção no cooperativismo coletivizado praticado no interior dos assentamentos rurais e diante da necessidade de interagirmos com aqueles que se encontram na luta pela efetivação da Reforma Agrária com produção de alimentos

e condições dignas, constatamos nosso pouco conhecimento do que era a vida em um assentamento.

Portanto, a opção em trabalhar com um assentamento no Estado de São Paulo, causou-nos certa curiosidade, e, ao mesmo tempo aceitamos o desafio, principalmente por termos travado conhecimento com outros trabalhos de pesquisa realizados naquela área de Reforma Agrária.

De forma que, sentimos a necessidade de utilizarmos uma metodologia capaz de caracterizar as fases do processo de aproximação, aceitação e por fim de execução do nosso projeto de pesquisa, quando então ser-nos-ia possibilitado levantar informações suficientes que permitissem o cruzamento dos dados observados no cotidiano daquele grupo, através da história de vida de alguns grupos familiares pertencentes ao mesmo, no tocante a forma que se organizavam para as práticas laboriais, e para as outras atividades, a partir da realidade da experiência de uma produção através da cooperação coletivizada. Assim, a metodologia empregada foi marcada por 3 fases.

A primeira fase, ou período de aproximação teve início em 1993, quando começamos a levantar os primeiros dados a respeito deste assentamento, considerado como o maior do Estado de São Paulo, com uma área de 18.130 hectares.

Diante do propósito inicial utilizamos dados secundários através de levantamentos e análises bibliográficas relativos à temática em pauta, assim como dados censitários provenientes dos Censos Agropecuários, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (FIBGE), dos levantamentos do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e do Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, além de informações de boa precisão, encontradas nos trabalhos de **(FERNANDES, 1994)** e **(ANDRADE, 1993)**.

No entanto, o primeiro contato real com o Grupo IV, aconteceu em maio de 1994, durante o 1º Grito da Terra quando da ocupação do prédio da Receita Federal em São Paulo, como instrumento de protesto pelo descaso com que a questão do crédito de custeio, assistência técnica e conservação do solo², além da liberação de outros créditos, tais como FEAP (Fundo Especial de apoio à Agropecuária) e PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - linha de crédito do Banco do Brasil) da produção rural, vinham sendo tratados em nível do governo estadual. Importante lembrar também que as primeiras questões a serem refletidas neste trabalho, chegou-nos através da orientação dada pela administração estadual do M.S.T..

Passada a primeira fase de aproximação com o objeto de estudo, iniciamos a fase experimental propriamente dita, ou seja, a segunda fase metodológica, que poderia ser caracterizada como o momento da aceitação, na qual tomamos por base os levantamentos de dados primários³ junto às famílias dos assentados do grupo IV do assentamento da Fazenda Reunidas, com o intuito de averiguarmos os progressos alcançados em níveis sócio-econômicos, através de técnicas condizentes com a história de vida dos mesmos. Em seguida, partimos para os depoimentos orais, através de entrevistas com os membros da comunidade, com os técnicos do DAF e também com pessoas envolvidas e comprometidas com a problemática da fixação e consolidação daquele núcleo.

Importante lembrar também, que, desde o princípio, os contatos, tanto em nível de associados da COPAJOTA como com os não associados, tornaram possíveis contar com ferramentas indispensáveis do ponto de vista da organização, as quais poderiam nos levar ao propósito de resgatar a memória da luta pela terra ao longo da trajetória de vida dos trabalhadores hoje assentados, que vêm fazendo parte de prioridades instrumentais no

² As horas máquinas que o governo tem concedido como ajuda na construção de terraceamentos tem sido insuficientes.

³ Foram considerados primários os dados referentes ao número de associados, tipos de culturas exploradas, benfeitorias e maquinários existentes na área do grupo .

trato com a população rural que, segundo **CHAULOULT (1983)**, poderão ter a durabilidade de nossa permanência no meio rural

Objetivando o aprofundamento do entendimento da questão da organização da produção e do trabalho, onde a proposta cooperativista coletivizada foi analisada sob a ótica da ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, recorreremos ao desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa que utilizasse o material já existente, acoplado às novas informações.

Considerando o fato de estarmos pesquisando um segmento da vida familiar rural onde o trabalho básico não era apenas a memória histórica, mas a memória coletiva, a partir de então, poderíamos tecer uma trama, cujo caráter principal, no tocante à pesquisa científica, seria promover a construção do próprio caminho dos envolvidos no processo, sem nos esquecermos, no entanto, que nesta trama deveria constar a nossa participação. Afinal, conforme encontramos em **RIBEIRO (1995)**, vivemos em uma sociedade que poderia ser comparada a um caldeirão de raças em apuração, onde cada um é inspirado, na maioria das vezes, pelos inúmeros valores que compreendem a formação profissional assim como pela carga genética que trazemos, em função destas tantas raças. De modo que, se não nos impusermos como participantes deste movimento, acabamos enquadrando-nos como expectadores do mesmo, cientes de que esta questão do resgate da participação, leva-nos a uma concepção que significa ter como ponto de partida os interesses da maioria e, com base nos mesmos, aí sim poder-se-á pensar em se resgatar também todo e qualquer tipo de saber afim de se viabilizar a produção de conhecimentos significativos ao cotidiano da maioria. Saberes estes, popular-técnico-acadêmico, que, mesmo diferenciados, passam a ser canais de informação para formularmos um saber integrador de vontades coletivas.

Mas, foi em **BRANDÃO (wazzu 1984)** que localizamos um apoio a este propósito, a partir do momento que o autor justifica a necessidade de observarmos os

segredos que se ocultam na teoria, atribuindo ao pesquisador o ofício de “pensar sobre a prática pessoal”. Ou seja, “durante anos aprendemos que boa parte de uma metodologia científica adequada serve para proteger o sujeito de si próprio, de sua própria pessoa, ou seja: de sua subjetividade; que entre quem pesquisa e quem é pesquisado não existe senão uma proximidade policiada entre o método (o sujeito dissolvido em ciência) e o objeto (o outro sujeito dissolvido em dado).” De forma que, fora do domínio de qualquer interesse que não o da própria ciência, tudo se resolve com boa teoria no princípio, uma objetiva neutralidade no meio e uma rigorosa articulação de ambas as coisas com os dados obtidos, isto é quando de posse do ramallete colhido através de todas as histórias de vida, concluímos a etapa a que nos propusemos.

Evidentemente que o novo modo de vida na terra apresenta alguns contrastes, uma vez que parte dos agricultores envolvidos no processo têm optado por formas modernas e racionais de organização, enquanto outros são conduzidos às saídas que se assemelham às experiências vividas por seus antepassados, em sua maioria delineadas por velhas formas de organização.

Contrastes estes que configuram um cenário onde a busca da terra para plantar, colher, viver na mesma, torna-se a principal aspiração das pessoas envolvidas no processo, ou seja, os ex-parceiros, ex-arrendatários, ex-pequenos proprietários, bóias-frias, desempregados tanto do meio rural como do urbano, e até mesmo famílias sem nenhuma afinidade com a produção agropecuária ou com a luta pela terra, mas que se beneficiaram via “inscrição do governo”.

De posse destes dados, iniciamos a 3ª fase, isto é, a montagem do que poderíamos chamar de quadro geral da experiência cooperativista no grupo IV da Fazenda Reunidas. Assim sendo, criamos um questionário com perguntas que nos facultaram a percepção sobre os impactos ocorridos naquele grupo, assim como uma avaliação sobre os motivos que levaram cada família a optar por este modelo de trabalho coletivizado e quais os

benefícios causados até a presente fase. Estes questionários facultaram a execução propriamente dita de nossa pesquisa, uma vez que dos mesmos retiramos as informações de caráter qualitativo ao propósito da análise da história de vida destes assentados.

Os questionários foram aplicados para 3 grupos assim constituídos:

-1º Grupo- Assentados que mantiveram a opção do trabalho cooperativo coletivizado.

-2º Grupo- Assentados que não se associaram à COPAJOTA .

-3º Grupo- Assentados que optaram pelo trabalho em cooperativa, mas em seguida deixaram a COPAJOTA.

Entre as famílias do 1º Grupo foram aplicados 13 questionários em cada núcleo familiar. Para as famílias do 2º e 3º Grupos aplicamos 10 questionários por grupo.

O critério utilizado para o 1º Grupo, constituído das 16 famílias associadas à COPAJOTA, foi aplicar os questionários aos 13 primeiros núcleos familiares com os quais mantivéssemos contato nas viagens efetuadas até o assentamento. E, para o 2º e 3º grupo efetuamos um sorteio afim de evitarmos algum tipo de privilégio em função, principalmente, da amizade que, normalmente nos é facultada em um grupo, através da convivência.

2.2 - História de Vida

No momento em que a história de vida das pessoas é vista e revista com o propósito de reconstituí-la e, possivelmente, se entender os porquês de determinados procederes, passa-se, automaticamente a um campo que desperta muitos interesses com resultados importantíssimos na área da pesquisa social. Trata-se de um campo onde, necessariamente, haverá a reordenação de um quadro artisticamente produzido por inúmeros participantes durante a caminhada efetivada pelos mesmos.

O quadro estará sendo produzido em todos os instantes de nossas vidas e na dimensão do alcance de cada um, onde a percepção de certo e errado, ou os valores morais e até mesmo a capacidade de criatividade dos observadores, com certeza influenciarão sobremaneira na forma que tais histórias chegarão ao público meta.

Tomando-se a história de vida como um dos eixos de análise, defrontamos com uma questão no tocante à diversidade de origens sociais dos trabalhadores assentados e a importância de suas trajetórias de vida e trabalho. Trata-se, no entanto, de trabalharmos com a determinação dos mecanismos sociais internos do assentamento, onde as questões embora norteadoras deste estudo, deverão ser estudadas somente após um levantamento mais criterioso de algumas premissas, tais como: a) A diferenciação entre os trabalhadores quanto à origem e mesmo sobre a capacidade de cada um produzir o seu próprio sustento, no momento em que o lote foi adquirido. Principalmente porque, as avaliações, normalmente são feitas em função das melhorias que ocorreram no lote, quando em alguns casos, estas somente foram possibilitadas em função da relação de força que o titular do lote tenha conseguido manter com outros membros de sua família, não residentes no lote.

b) Na próxima etapa, quando morando em seus lotes, então as diferenças começam a aparecer, e algumas delas são recrudescidas.

A partir deste momento algumas questões passam a existir, tais como: as condições em que ocorre homogeneização no encaminhamento de propostas para continuarem produzindo este ou aquele produto, o aprendizado obtido durante a fase de acampamento e a importância do mesmo e a organização da cooperativa para os assentados e as formas de efetivá-la.

O que normalmente ocorre com os sujeitos investigados, definidos pela contradição de nem ser o que eram antes, nem ser o que desejariam, nos leva a apontar a

necessidade de não se trabalhar com categorias analíticas fechadas e consagradas. Portanto, uma das opções, apontadas por **BERGAMASCO et al (1990)** seria “...acompanhar o fazer-se dos assentados e dos assentamentos, revendo percursos, enfrentando o desejo de buscar compreender novos cenários e novos atores; afinal a história de suas vidas é comprovadamente diferenciada, e, quando reconstruída nos depoimentos colhidos, aponta para um mapa desenhado por múltiplas flechas a indicar um longo e exaustivo processo migratório”.

Reconstruir esse processo, entendê-lo em toda sua complexidade é o nosso objetivo, embora, em princípio, pareça uma missão impossível. Até porque só poderemos analisar o testemunho dos protagonistas que insistiram na luta pela obtenção de terra. Enquanto, aos que tombaram por terra ou desistiram de mais esta jornada, engrossando portanto a fila dos derrotados, nos são desconhecidos.

No estudo da história de vida dos povos, algumas perguntas do tipo: “Quem somos nós? Existimos para quê? Por quê? Na maioria das vezes, apenas confirma que somos o povo dos heróis assinalados, mas somos mesmos é o povo dessas multidões medonhas de gentes enganadas e gastadas” (**RIBEIRO, 1978**).

Ao depararmos com esta realidade, nas mais diversas instâncias de observação no campo social, e, considerando também o fato de os indivíduos não obedecerem a determinações exclusivas suas, então a utilização da história de vida passa a ser uma técnica importante, pelo fato de propiciar-nos a obtenção de informações valiosas sobre o que eventualmente poderá estar ocorrendo na encruzilhada da vida individual com a social. Isto é, naquele momento em que, de posse das informações ou da própria memória dos fatos que lhes foram acontecendo durante o caminhar juntos, cada assentado, quer seja associado ou não à COPAJOTA, terá registrado o cotidiano da vida comunitária e a partir destes arquivos, cada um poderá estruturar as suas relações.

Segundo **FERNANDES (1971)** a técnica da história de vida tem encontrado larga aplicação no campo da investigação sociológica. Hoje, critérios mais rigorosos se associam à combinação da técnica de história de vida ao uso da entrevista, do questionário e de formulários.

Esta prática, quando executada nas pesquisas de **CAMARGO (1984)** permitiu-lhe criar condições propícias à in-/vestigação social em várias situações. Situações estas em que as histórias de vida aparecem como instrumentos de grande utilidade para atingir, sob a gama dos modelos de pensamento e de ação mais recentes, adquiridos no contato com a realidade sócio-cultural cotidiana, as estruturas mentais mais antigas. De forma que esta técnica contribuiu para o norteamento de uma das fases de nossas pesquisas, além de ter propiciado embasamento suficiente para não incorrerem em erros considerados primários no campo da investigação social, ao subestimarmos informações provenientes do cotidiano das pessoas.

Trabalhando com histórias de vida no Brasil e Itália, **SIMSON (1988)** mostra como esta técnica vem sendo usada na pesquisa sociológica brasileira, tanto no meio urbano como no rural, argumentando que as histórias de vida poderiam constituir ferramentas valiosas para a intensificação de estudos sociológicos, uma vez que se colocam justamente no ponto de intersecção das relações entre o que é exterior ao indivíduo e o que ele traz em seu íntimo. Tais argumentos levaram-nos ao estudo da importância que o subjetivismo alcançou, na atualidade, baseado em Teorias Jungianas⁴ sobre a semelhança nas estruturas mentais dos indivíduos que gerariam “representações similares banhadas sempre numa dominante de tonalidade afetiva” (**GAWAIN, 1986**).

No capítulo sobre a participação das mulheres na COPAJOTA adentramos nos aspectos intuitivos e na subjetividade necessária para que valores existentes no interior

⁴A importância do Subjetivismo discutido por Carl Jung, pode ser encontrado na obra de CAPRA, (1989), principalmente no capítulo sobre concepção sistêmica da vida.

das pessoas possam ser avaliados através das manifestações expressadas pelas mesmas, no momento em que passam a participar de uma coletividade, considerando o fato de não se poder caracterizar a origem de qualquer indivíduo pelo simples conhecimento de sua condição de assentado; afinal, nas mesmas condições do trabalho realizado com pequenos produtores, poderemos estar vivenciando práticas conhecidas e reconhecidas como pertencente a uma classe intermediária, na relação patrão-empregado.

A partir de tal consideração, passamos a valorizar em nossas pesquisas as informações prestadas pelos assentados do Grupo IV da Fazenda Reunidas, quase que num "check-up"; onde o viver e o fazer-se dos mesmos vão se interpenetrando. Iniciamos este trabalho com a observância da história de vida manifestada em cada conversa, em cada gesto natural, em cada proposta de planejamento dos assentados. Enfim, em tudo que se pudesse compreender e assimilar como necessidade viva dos mesmos. Com isso nos foi facultado a montagem de um segmento histórico com elementos vivos que colaboraram sobremaneira, na compreensão de uma história ainda mais globalizante. Ou seja, a trajetória de vida deste grupo remeteu-nos a um dos princípios básicos desta luta que é o resgate do comando do trabalho na terra pelos mestres a quem **SHANIM (1990)** atribuiu a capacidade e o talento de desenvolver tal ofício.

Através da história de vida de cada família estudada torna-se possível a criação de uma ponte entre as observações obtidas nesta prática de análise e a interpretação dos resultados obtidos em levantamentos orais. Ou até mesmo na prática da aplicação de questionários, pelas observações das manifestações cotidianas vivenciadas e multiplicadas nos fatos que, se somados e avaliados ao final de cada segmento, com certeza, originará um manual pessoal e intransferível aos agentes envolvidos.

De posse deste manual, passamos a tratar a história de vida como ferramenta indispensável que nos remete ao cerne de questões peculiares da vida dos assentados rurais, estes agricultores, em sua maioria anônimos, porém, "...conformados num tipo

particular da população do nosso país, com uma subcultura própria, a sertaneja, marcada por sua especialização ao pastoreio, ou por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folgedos estacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo, enfim numa religiosidade propensa ao messianismo” (RIBEIRO, 1995).

Graças à história de vida, sobretudo, que algumas particularidades são manifestadas, e através das mesmas poderemos entender a natureza das reivindicações feitas pelos assentados à administração da cooperativa, principalmente no que diz respeito às opções de lazer, religiosidade e educação dos filhos. É graças a este segmento, também, que as discriminações raciais e os preconceitos podem ser avaliados e, em algumas situações, compreendidos, principalmente, porque eles espelham uma situação que é a normalidade no país, embora disfarçada.

Para cada uma destas funções a nota primordial em nosso estudo esteve voltada para a questão da organização, onde nos foi possível avaliar também, dentro do histórico obtido em cada levantamento familiar, como esta família tem organizado o seu dia a dia, independentemente da vida coletiva à qual alguns pertencem, bem como a maneira como cada uma delas vem se envolvendo em trabalhos grupais e associativos durante a trajetória da luta, e, por fim, qual a disposição ou facilidade que as mesmas apresentam em acatar ordens de outrem, como sujeitos agregados, nos momentos em que as práticas da sociabilidade são exigidas.

Afinal, não só os assentados trazem as marcas de sua situação passada, como os pequenos produtores antigos estão sofrendo a influência das experiências feitas nos assentamentos, e essas experiências estão lhes abrindo possibilidades novas quanto ao futuro.

Após alguns anos de pesquisa, segundo D'AQUINO (1994), “vamos assumindo a posse de um ramallete de narrativas orais que constituem a memória dos acontecimentos que amarram as histórias pessoais de luta por terra e construção de uma nova vida, num ‘lugar’ novo”. Onde a nossa memória parece ser alimentada pelas nuances e particularidades das riquezas que compõem a vida de um povo, e cujo somatório resultará no verdadeiro histórico do momento único, e por nós considerado sagrado, da união dos ideais que nos tornaram importantes reciprocamente, porque nos fizemos aliados.

Assim, parece-nos que, cada ser é, ou cada um procura ser em nossa sociedade, um pouco do muito que a nossa história de vida nos mostrou durante todas as lutas até agora empreendidas.

Necessário também será, efetuarmos uma análise de como está sendo organizado a vida dos assentados, no confronto às necessidades mínimas de conforto requeridas para as atividades que os mesmos estejam desenvolvendo.

Neste estado de compreensão e entendimento podemos adentrar no espaço dos lares simples e amigos ou até mesmo em alguns mais sofisticados, porém em todos eles a presença da sinceridade é a ferramenta fundamental. E, a partir de então, conseqüentemente, haveremos de saber:

Quem é o senhor(a)? Onde nasceu? Quem o(a) acompanha? Qual a sua esperança de vida? Ainda restam esperanças?

Estas informações todas tenderão ao confrontamento de uma verdade evidenciada nos inúmeros trabalhos de extensão rural, onde as inovações tecnológicas tendencialmente permanecerão existindo no campo rural de acordo com a permanência dos técnicos que a criaram, enquanto as trocas dos saberes entre os afins são bens patrimoniais. Ou seja, são informações que aos poucos vão contribuindo para a formação

dos compêndios da história de um povo que acredita na força da união, no ressurgimento de bases novas para um cooperativismo que até mesmo poderá ser o bálsamo cicatrizante da enorme ferida existente na alma dos que lutam contra a violência e a mentira da distribuição dos bens da nação.

Embora não se possa afirmar que os assentados envolvidos na proposta cooperativista estejam vivendo realmente a melhor opção para suas vidas neste momento, pelo menos, o que foi notado em seus relatos é que as práticas básicas sobre o associativismo, foram adquiridas durante a fase de acampamento que antecedeu a entrada em seus lotes, para alguns, enquanto outros já trouxeram em suas próprias vivências o sentido macro da vida em cooperação.

A história de vida de um assentado não deveria mesmo ser tão diferente da vida de tantas outras pessoas que estão na batalha para encontrar um teto. Afinal os destinos poderão estar sendo reavaliados neste momento pela própria natureza que os criou, e inexplicavelmente os fez tão parecidos.

Cada participante desta história deve ter bem claro quais são os seus deveres e obrigações em cada um dos sub-grupos no qual se encontre, e, conseqüentemente estar atento quanto aos seus atos e manifestações. Isto é, a origem, a evolução dos mesmos e em que poderão ser transformados, exatamente por que os seus destinos, como o de todos nós, está sendo traçado em todos os instantes em que venhamos permitir o nascimento das amizades ou das intrigas tanto no campo político, como no social. E, no trabalho coletivizado há uma maior oportunidade que tais relações se estabeleçam.

É uma história de vida, cujos esclarecimentos estarão atrelados às mudanças que irão ocorrendo. Uma vez que tais mudanças poderão fazer parte dos novos valores desenvolvidos no grupo ou até mesmo em participações retardatárias as quais somente tendem a se fazer presentes após um processo de adaptação dos indivíduos no grupo ou

quando estes sentirem-se confortavelmente seguros na situação real de seus lotes. Situação esta identificada em muitos dos levantamentos feitos sobre a possibilidade de um assentado vir a se associar à COPAJOTA.

A história de vida poderá ser contada também através de simples perguntas que permeiam o vasto mundo das interpretações sócio-econômicas.

Em verdade há muito mais a ser dito e neste buscar incessante do que realmente aconteceu na história de vida de cada família e, por consequência, na do grupo em estudo, onde é possibilitado descobrirmos alguns elementos importantes que extrapolam os limites da participação, da competição, da desunião.

V. RESULTADOS

1. Unidade/Diversidade

A organização dos assentamentos está vinculada a fatores outros que extrapolam a simples questão de produzir e sobreviver dos frutos da terra. Ou seja, principalmente, o de atingir um nível organizacional, onde não haja descuido para com nenhum dos segmentos que compõe a estrutura operacional da proposta de ocupar, produzir e resistir, consolidando a luta pela Reforma Agrária. E que, os já assentados continuem com o mesmo empenho e eficiência de outrora, afim de que outras famílias possam também ser contempladas com igual benefício. Assim, para cada atividade há uma comissão formada, dirigindo os trabalhos e criando alternativas que variam desde a solução de problemas de saúde até os sociais, embora a fase de organização atualmente vivida seja bastante embrionária, necessitando, portanto, de algumas experimentações.

Porém, graças a esta organização o alimento tem estado sempre à disposição, a professora que não comungava com os ideais dos assentados fora afastada e que os próprios assentados oportunistas foram evidenciados.

"No início aparecia algumas pessoas que até falavam muito bem em nome do movimento e diziam que participariam de tudo em união. Mas bastou aparecer o primeiro problema para que estes mostrassem o individualismo e a vontade de viver só para si" (Mulher, casada, 33 anos, associada da COPAJOTA).

Quando pensamos no desenvolvimento de um grupo com demonstrada capacidade de administração, e, com um nível de participação suficiente para que as questões ligadas à educação, saúde, produção ou lazer sejam tratadas por todos, independentemente do interesse que possa ter para alguns, estaremos focalizando nossa atenção nas verdadeiras famílias que, necessariamente, não terão parentesco, mas que interagem com o propósito de obter conquistas grupais, como reforço ao propósito básico de estar juntas. Em assim sendo, procuramos manter a atenção para as iniciativas pertinentes ao desenvolvimento da produção familiar rural. E este processo de desenvolvimento é entendido por nós como uma configuração historicamente concreta da transformação das sociedades humanas, onde o mesmo não é tão diretamente um organismo de transformação das relações familiares e de classes, **BAZZANELLA (1969)**, mas, sobretudo, “...um auxílio adicional nas mudanças, que já vem ocorrendo no campo, devido, principalmente, a certas forças que a ele não se acham ligadas”.

As conquistas são inúmeras. Afinal, desenvolvemos idiomas, criamos instituições sociais reguladoras da vida familiar e grupal, acumulamos patrimônios de saber e de crenças que explicam nossas experiências, além de nos orientar sobre as ações a seguir diante do conjunto de alternativas que a produção e reprodução compreendem.

A própria visão dos assentados de que “**Nós não invadimos, apenas ocupamos espaços mal planejados**”, já nos mostra que os valores sociais e econômicos perpassam horizontes divergentes, onde a lei da sobrevivência muitas vezes fala tão forte que os interessados numa produção condigna para sua família, acabam seguindo por caminhos não tão coerentes com a proposta inicial de trabalho.

Considerando a divergência de horizontes, em um grupo, já mencionado como tendo sua formação “às pressas”, o que será capitalizado em matéria de criatividade no aspecto organizacional, dependerá muito mais do comprometimento dos agentes institucionais envolvidos, do que da participação dos assentados, normalmente

vulneráveis à parafernália de idéias apresentadas pelo M.S.T., DAF, Igreja, Centrais Cooperativas, etc.

A descrição dos dados obtidos nos levantamentos realizados junto às famílias dos assentados, em termos de produção agropecuária, muito mais confirmou hipóteses isoladas da falta de compreensão comum aos agentes envolvidos¹ do que falha na organização ou até mesmo no planejamento da produção, por parte daqueles diretamente ligados à mesma. Ou seja, no caso da COPAJOTA estes agentes são representados pela equipe do M.S.T. e DAF, para uma produção coletivizada e evidentemente contando com a organização do próprio titular do lote e sua família.

A importância que representa na vida dos assentados rurais o fazer-se produtor diante da economia brasileira que sempre privilegiou pequenos grupos detentores dos meios de produção e com acesso fácil às fontes de crédito, foi o que motivou-nos a iniciar as discussões exatamente pela análise dos elementos que compõem a organização da produção agropecuária.

Especificamente, buscamos coletar e sistematizar informações que nos possibilitou elucidar algumas causas que direta ou indiretamente interferiram no processo produtivo por razões de ordem organizativa.

Porém, ressaltamos que, a partir dos avanços dos trabalhos na área técnica ou mesmo nos outros segmentos da luta junto a integrantes do movimento dos Sem Terra, foi possibilitado completar a História de Vida de cada assentado, à medida que os fatos ocorriam e demonstravam através de seus resultados não apenas informações positivas e negativas sobre o cooperativismo, e sim a maneira como a organização do trabalho e produção se configurava naquela comunidade. De forma que, estas informações

¹ O principal agente tem sido o financeiro, através de uma rede de dificuldades na liberação do crédito para custeio.

serviram, principalmente, para que as conclusões deste trabalho passassem a ter um caráter mais qualitativo.

O processo histórico porque passaram estes assentados, foi avaliado através das entrevistas realizadas e mesmo das conversas informais durante o período de análise, quando cada um dos núcleos familiares demonstrava a sua participação e o empenho com que foram crescendo dentro do movimento, desde a fase em que se abrigavam em barracos de lonas nos acampamentos até situações como as que se encontram na atualidade, sendo que, nesta fase da análise, permitiu-nos uma melhor compreensão dos porquês de algumas famílias terem optado pelo cooperativismo e outras não, conforme depoimentos como os abaixo descritos:

“Hoje nós temos o leite vindo da cooperativa para as crianças, meus pais têm criação de galinhas e porcos, plantam algodão, feijão, arroz e milho e vivemos numa casa muito boa”.(Rapaz, solteiro, 22 anos, associado da COPAJOTA, filho de um titular do lote).

“Durante o tempo que a gente vivia nos barracos de lona a gente teve boa produção, mas deu para a gente notar que nem todos gostam de botar a mão na massa. E por isso quando nós recebemos o nosso lote eu não quis saber de história de cooperativa, já que os descansados iam ter que viver do meu trabalho”.(Homem, casado, 36 anos, não associado da COPAJOTA).

São evidências de que a organização existente entre os mesmos faculta a criatividade e isto será um ponto de diferenciação no momento de suas reivindicações junto à administração da cooperativa, porém, a compreensão de todo o percurso somente poderá se dar ao unirmos estas fases nas quais o aprendizado foi ocorrendo, e onde cada assentado teve oportunidades inúmeras de exercer tais criatividadees.

A história de vida deste grupo permitiu-nos observar também que a experiência na terra tem facultado aos que ali se encontram, um exercício constante das criatividades que cada um possui através da criação e aperfeiçoamento de modelos desenvolvimentistas próprios, para que possam atingir seus planos, e, conseqüentemente, atingirem o caminho evolutivo a que todos desejamos. Esta evolução é refletida em várias circunstâncias, como por exemplo, a atuação das crianças em momentos de tomadas de decisões que outrora cabiam apenas aos adultos. E hoje, são elas que apresentam soluções para resolverem questões básicas geradas naquela comunidade, tais como a existência de professores com ideais contrários à proposta da Reforma Agrária e que, naturalmente, precisarão ser substituídos, ou até mesmo no encaminhamento de propostas ao transporte coletivo até as escolas, modificação na merenda, principalmente, no que diz respeito à qualidade da mesma, enfim na própria adaptação da produção familiar tradicional ao modelo agora coletivizado. Até porque, esta adaptação faz parte de um processo natural, uma vez que no caso do trabalho coletivo a família de cada um, no tocante ao patrimônio adquirido, passa a ter suas dimensões ampliadas. E, para que suas histórias de vida permaneçam com os mesmos resultados até agora alcançados, ou seja, em sintonia com uma prioridade de todo núcleo familiar, que é assegurar a educação infantil, as crianças desde a primeira idade recebem boa assistência, tanto na alimentação como na higiene. Haja vista que, embora em condições razoáveis de conforto, a creche para os filhos dos associados da COPAJOTA tem funcionado satisfatoriamente, com duas moças respondendo pela alimentação e cuidados que as crianças necessitam, conforme pode ser visto na Figura 1.



Figura 1 . Mostrando a creche da COPAJOTA.

Se os cuidados com a saúde e educação têm sido priorizados pela direção da COPAJOTA, o mesmo não se pode dizer com respeito à produção na Fazenda Reunidas. Isto porque, os dados fornecidos pela Coordenadoria Regional do DAF em Promissão mostram que na última safra (94/95) a produção em toda a Fazenda Reunidas poderia ser avaliada como o plano que não deu certo. Ou seja, dos 4000 ha de área plantada com milho, aproximadamente 2000 ha plantada com algodão e 1550 ha com outras culturas de menor expressão, traz como resultado uma produção insuficiente para cobrir os financiamentos² realizados junto aos bancos. Este fato tem servido de base para que uma reavaliação seja feita no tocante a uma possível mudança do tipo de cultura que os assentados ainda possam estar explorando, mas que já não condiz com a realidade local. Evidentemente, que alguma parcela do produzido deverá ser armazenada para o consumo da própria família, enquanto a venda, representando a última operação que compõe a complicada rede da produção agropecuária acaba por não ocorrer, dificultando sobremaneira a reprodução do próprio capital investido, assim como a ampliação dos negócios do assentado. Tal quadro se confirma no levantamento realizado entre os associados da COPAJOTA e também entre alguns ex-associados, os quais efetuaram plantio de algodão, feijão e milho em sua maioria, sendo que todos, sem exceção, apresentaram uma safra insuficiente para cobrir os gastos realizados nestas culturas.

Ressalvando-se um único ex-associado da COPAJOTA, o qual conseguiu inclusive comprar um veículo financiado, e que, além da produção de milho em seu lote que foi lucrativa, conseguiu também financiar uma casa de vegetação, que lhe tem proporcionado uma renda condizente com a venda de olerícolas na cidade de Promissão.

No entanto, segundo o DAF de Promissão há registros de produções da ordem de 73000 covas de abacaxi, 23000 covas de bananas, 26500 de mamão, 20150 covas de café e 270000 covas de eucalipto. Destaca-se a produção de tabaco onde alguns

² A inadimplência dos assentados de toda a área da Fazenda Reunidas para com a rede bancária local, a respeito do financiamento da última safra, atinge hoje o teto de 80%.

assentados têm obtido produtos com qualidade acima dos tradicionalmente encontrados na região. A Figura 2 apresenta um panorama dessa atividade. Além dessa, encontramos outras atividades tais como a avicultura semi-confinada e laticínios, que não foram computados, mas que têm apresentado um padrão suficiente para atender às indústrias, frigoríficos e empresas do ramo.



Figura 2. Lote de uma família não associada a COPAJOTA, mostrando uma das melhores produções de fumo (tabaco) da região.

Embora tendo ocorrido uma grande frustração na última safra, é importante apontarmos para o que diz a imprensa local³, sobre os reflexos da produção dos assentados na elevação da arrecadação do ICMS e da promoção do comércio de Promissão. Isto é, o I.C.M.S. praticamente dobrou e o comércio tem apresentado uma nova dinâmica, embora admitam ser muito cedo para falar em desenvolvimento.

Segundo informações técnicas do DAF até mesmo a questão da produtividade tem sido observada como atendendo e algumas vezes ultrapassando as expectativas, porém são raros os casos em que se possa fazer tais afirmativas

Neste momento, é preciso evidenciar que nos levantamentos realizados em toda a área da Fazenda Reunidas o que mais se percebe, desde famílias bem instaladas com produção de bicho da seda, até aquelas que têm na produção do leite a única fonte de ganho, todos estão em débito com a rede bancária local, ou estão em condições bastante difícil por terem produzido insuficientemente para a manutenção e ampliação do patrimônio.

Os assentados passam a ser também, alvo das instituições e grupos religiosos que, em não raras vezes, os percebem como sujeitos integrados ao sistema vigente e até possuidores dos meios que lhe asseguram o enriquecimento, porém, sem o gerenciamento econômico necessário ao êxito do empreendimento. É preciso não esquecermos que, embora a atuação dos agentes religiosos tenha sofrido modificações, foram eles que no princípio da organização do trabalhos com os Sem Terra no Rio Grande do Sul, participaram da estruturação dos acampamentos, com um conteúdo religioso permeando os ideais políticos, o que lhes garante a fama de pioneiros.

³ O jornal da comarca de Penópolis publicou uma matéria em 19-06-93, apontando para o crescimento do comércio de insumos e maquinários agrícolas no município.

Um aspecto importante que tem ocorrido na história de vida dos assentados, associados a cooperativas ou produtores independentes em seus lotes, caracterizado pelo momento em que algum destes eternos alunos não sabe viver a lição ou dela ainda não participarameste vai atrás de “Quem Sabe” e consegue sucesso, como pode ser visto na Figura 3, onde a casa ainda se completa com um pedaço de lona e o meio de transporte é uma bicicleta, mas neste lote encontramos experiências alternativas desde a manutenção de essências nativas numa visão bastante equilibrada de silvicultura até manejo integrado de pragas nas pastagens.



Figura nº 3- Assentado não associado à COPAJOTA, em um lote cuja prioridade é a exploração da pecuária leiteira..

Exemplos como o anteriormente mostrado, reforçam o princípio da análise da história de vida de cada núcleo familiar, como um dos eixos principais que poderá nos levar à compreensão da importância da diversidade de origens ao enriquecimento dos valores culturais e sociais de um grupo, desde que seja observado como estes núcleos continuarão a desempenhar suas atividades em cada novo espaço conquistado.

Um outro aspecto do significado da união do grupo em torno da história de vida de cada família e que extensivamente passa a ser representativo da história dos sem terra, está no seguinte depoimento:

“O prejuízo sobre os que abandonam uma história grupal como a nossa e passam a viver sozinhos, só leva ao enfraquecimento do movimento como um todo, pois para a nossa organização é melhor trabalhar com 15 pessoas que realmente entendem o que é o trabalho em cooperativa, do que estar com 20 indecisos.” (Mulher, casada, 31 anos Associada da COPAJOTA).

O cooperativismo, e especificamente o cooperativismo coletivizado dos associados da COPAJOTA, tem permitido, graças a união de todos os envolvidos, a oportunidade de cada assentado manter o potencial existente bem como ampliar suas fronteiras, a partir do instante em que na vivência grupal participativa, lhe seja facultado o esclarecimento de suas limitações diante de um sistema de competições, onde até mesmo a comercialização dos seus produtos deverá ficar sob a dependência de complexos sistemas financeiros e fiscais que normalmente os exploram.

“A comercialização dos produtos dos assentados tem ficado na dependência de preços deste mesmo produto em outras regiões. Muitas vezes é preferível entregar a produção aos atravessadores do que aguardar soluções provenientes dos agentes do Estado, principalmente quando se trata dos produtos perecíveis, como os horti-fruti-granjeiros” (Agente de Extensão do D.A.F.)

E, realmente é o que tem acontecido com algumas culturas cujos produtos não alcançam o preço desejado pelos agricultores, como o exemplo da cultura do mamão. Isto é, enquanto no mercado o preço por quilo destes frutos atinge a cifra de 80 centavos, aos agricultores somente é oferecido 20 centavos, e tal como se percebe na Figura 4, a opção tem sido deixar a produção de mamões apodrecendo no próprio local da cultura.



Figura nº4 - Mamões apodrecendo sob os pés. Produtor não associado da COPAJOTA.

Diante da constatada incapacidade de modificação deste quadro, pelo menos momentaneamente, os limites para os assentados ficaram muito mais vinculados às injustiças sociais do que à questão de baixa produtividade.

2. A COPAJOTA e os assentados associados.

Considerando que a iniciativa de fundação da COPAJOTA partiu da influência que a direção do M.S.T. tem sobre os assentados, e que foi após a realização do laboratório sobre cooperativismo que a mesma se efetuou, percebe-se dúvidas por parte dos associados com respeito ao patrimônio que os mesmos vão conquistando e cada vez vai ficando mais distanciado de seus controles, principalmente porque o discurso básico da administração baseia-se no princípio de que, inicialmente, devem operar dando prioridade aos investimentos.

A diferença essencial poderá estar entre se produzir dispendo dos instrumentos de trabalho e os meios que possam viabilizar o escoamento da produção e, uma outra situação como a do cooperativismo coletivizado, cuja sistemática é compreendida por dois momentos, que se definem como limites. Primeiramente, o momento do assentado e sua família sobreviverem de acordo com a concepção que aquela família tenha do que seja produção agropecuária em uma gleba e, em seguida, onde, motivados por idéias socialistas, acabam assumindo um compromisso grupal, e, por não terem totalmente esclarecido até onde estão seus limites, e ainda motivados pela noção de que a permanência neste grupo possa lhes garantir conquistas importantes tal qual já tenha ocorrido, aquele núcleo familiar acaba negando o seu próprio bem estar. Nas duas situações, foi possível identificar casos de grande aceitação e de indignação. Entre as famílias que se mostraram mais estruturadas,⁴ localizamos atitudes que demonstravam maior interesse em ter o lote coletivo cada vez menor, e em contra-partida estariam

⁴ Quanto a este aspecto, é preciso estar bem atento às comparações, uma vez que algumas famílias consideradas mais estruturadas financeiramente, contam com apoio de filhos residindo até mesmo em países do 1º mundo.

produzindo individualmente no que lhes restasse. Porém, para aquelas famílias que realmente se dizem satisfeitas com a proposta, em alguns situações criticavam os companheiros chamados de gananciosos e em outras permaneciam omissos, alegando não ser necessário qualquer modificação na proposta até agora vivida.

Exatamente neste ponto, percebemos a importância da atuação de uma administração como a da COPAJOTA, que até o momento vem se utilizando de métodos os mais democráticos possíveis para atender às demandas que não são poucas, e, que, geralmente compreendem interesses não apenas dos associados, mas também dos agentes religiosos e dos próprios extensionistas que lhes assistem.

Isto é, há uma dificuldade bastante grande em se optar por qualquer que seja o tipo de exploração agropecuária, em função das prioridades e vícios assumidos por todos e, principalmente, em se considerando o grande número de necessidades localizadas naquele universo. De forma que, a história de vida dos mesmos nos demonstrou que, este ponto de harmonia terá que ocorrer entre todos os componentes do grupo, aqui constituídos de ex-metalúrgicos, ex-professores, ex-bóias-frias, etc., fator este que tem contribuído para existência de frases como esta:

“A coisa que mais temos aqui no assentamento são os ‘ex’, e cada vez vai ficando mais difícil ser alguém, de forma que já nos acostumamos em ser ex-alguma coisa. E assim nossa organização vai tentando prosperar até apagarmos todos os velhos costumes do mundo onde vivíamos.” (Homem, casado, 34 anos, associado da COPAJOTA).

Poderíamos dizer também que, na atual conjuntura econômica do país, o que se percebe entre os assentados que estão participando de associações e cooperativas, mas também entre os que produzem isoladamente, há dificuldades em se pertencer a

complexos sócio-econômicos inteiramente diferentes do mundo de produção agropecuária de subsistência ao qual os mesmos se originaram.

Assim sendo, e motivados pelo entusiasmo de algum agente de extensão rural, na maioria das vezes, eles acabam iniciando algum tipo de exploração, tal como a cultura do algodão, por exemplo. Porém, a frustração de safra, por ataque de alguma praga os leva novamente ao mundo da subsistência.

No entanto, o cooperativismo como alternativa às organizações do trabalho e da produção pode ser visto sob a ótica desenvolvimentista mais preocupada com a satisfação evidenciada das famílias e com o resgate da felicidade das mesmas.

As palavras de dois assentados em momentos diferentes confirmam tal proposição:

“Se tem uma coisa de que gostamos é levar esta vida de assentado, o nosso mundo só tem razão de ser se estamos vivendo na batalha do dia a dia para conquistar com fé e orgulho o nosso pedaço de chão e um pedaço para os nossos decedentes também.” (Homem, casado, 35 anos, não associado).

“Para nós o que sustenta toda a nossa luta é o fato de vermos a alegria nos olhos dos que estão juntos, o importante prá toda nossa gente é estar feliz.” (Rapaz, solteiro, 19 anos, Associado da COPAJOTA filho do titular de um lote).

Outro fator importante a evidenciar foi que, em momento algum, ficou caracterizada a manipulação dos dirigentes do M.S.T., ou mesmo dos técnicos do D.A.F. ou de qualquer outra instituição pertencente ao Estado ou não, sobre as decisões do grupo. Pelo contrário, o que se pode constatar foram críticas substanciais de assentados ao M.S.T. até mesmo pelo desamparo ideológico que sentem estar passando neste

momento, bem como pela quase inexistência da participação dos técnicos do D.A.F. e de outras secretarias estaduais no momento em que vão executar seus projetos.

Ressalta-se ainda um aspecto dos mais importantes a serem questionados com relação à produção, que diz respeito aos incentivos financeiros. Ou seja, foi possível levantar que, aproximadamente 80% entre os não cooperados, são coparticipes da idéia de que o crédito rural que hoje está sendo concedido aos assentados acabou por produzir maior número de malefícios do que ajuda àqueles que têm procurado os agentes financeiros na intenção de assegurar suas safras.

A organização que tem sido vivenciada no Grupo IV tanto entre os cooperados da COPAJOTA como entre os demais assentados é que a reprodução sócio-econômica em nível familiar não apresenta modificações a serem consideradas, uma vez que, diante da história de vida dos mesmos, se alguma coisa mudou foram apenas as dificuldades.

Portanto, denota-se a necessidade de uma ordem uniforme. Embora em determinados instantes da vida de uma família que nem mesmo tem a certeza de ainda estar “na sua” terra no próximo ano, a ordem passa então a ter um caráter maleável. No entanto, esta maleabilidade tem uma razão clara de existência, uma vez que a experiência do tempo de acampamento sob barracos de lona e as dificuldades iniciais em ter de produzir em 14,4 hectares sem as ferramentas básicas, fizeram com que os assentados, dos mais velhos aos mais jovens assumissem uma consciência bem própria do movimento dos sem terra, e, evidentemente, bem pouco correlacionada com as ordens pré-estabelecidas.

Um fenômeno interessante observado em algumas famílias associadas à COPAJOTA, é que o propósito de produção coletivizada tem sofrido restrições por alguns membros da mesma. Principalmente, em função da pressão exercida pelos jovens sobre os pais, no sentido de o titular do lote requerer uma parcela cada vez maior de suas

terras para a produção individualizada. Tal fato levou a administração da COPAJOTA a uma posição definitiva a este respeito, isto é, o limite passa a ser de 12,0 hectares no mínimo para que o associado continue produzindo coletivamente. E, aos insatisfeitos somente resta deixar a COPAJOTA.

Assim sendo, a organização no assentamento, bem como o trabalho de formação da consciência, que representa um segmento dos mais importantes dentro da proposta ideológica do M.S.T., esbarra em não poucas vezes, neste corpo organizacional próprio assumido por homens que estão aprendendo a dominar a própria natureza, ao mesmo tempo em que efetuam um salto dos mais significativos em suas vidas quando participam intensivamente de outros segmentos além da produção agrícola.

Porém, a organização que está sendo efetivada nos assentamentos, com o passar de um tempo não muito longo, reflete a complexidade que a organização do M.S.T. está assumindo. Hoje o sistema organizativo é compreendido de comissões de assentados ao nível local, estadual e regional. E estas comissões objetivam principalmente a instrumentalização econômica, política e social, afim de que um dos principais objetivos do movimento que se caracteriza no resistir e permanecer na terra possa ser realizado, com produção agropecuária e com qualidade.

As Cooperativas de Produção Agropecuária (C.P.As.) têm sido modelos de estruturas organizativas básicas para atingir o propósito do M.S.T. quanto à obtenção de maior quantidade de mão de obra, melhoria na divisão social do trabalho e concentração unificada de grande quantidade de terra, o que possibilitará a implantação de lavouras extensivas, com o aumento do crédito. Porém, a própria organização do M.S.T. não conseguiu tal façanha. No caso da Fazenda Reunidas, pelas inúmeras dificuldades apontadas, sendo algumas provenientes das falhas da administração do M.S.T., e, em todo o país, possivelmente em decorrência do caráter de empresas coletivas que as CPAs

possuem, contribui para que as pessoas envolvidas no processo não se mostrem satisfeitas com esta forma socializada eram de produção e modo de vida.

“Nossa prática de luta já nos mostrou que somos seres humanos agregados, mas ainda não conseguimos entender o socialismo na prática diária do mesmo, ou melhor, não conseguimos viver segundo seus princípios”. (Mulher, casada, 33 anos, ex-associada)

Portanto, a própria trajetória de luta pela terra poderá caracterizar o mundo de cada família, onde a busca de posição melhor para os seus membros, estará vinculada, principalmente, às conquistas alcançadas. E, embora bastante magoados com relação a administração da COPAJOTA, em algumas situações, e conformados noutras, o que pudemos constatar através dos depoimentos de alguns ex-associados, foram desabafos desta ordem:

“No início do trabalho com esta cooperativa, nós até estivemos muito entusiasmados e ficamos sócios. Mas logo deu para perceber que a vida da gente ia ficar sempre do mesmo jeito e só as vacas e os porcos é que iriam melhorar. Sabe como é, o patrimônio da COPAJOTA aumentando e para nós... nada. Ai então saímos fora.”, (Homem, casado, 38 anos, ex-associado).

A organização atribuída à COPAJOTA no tocante à reprodução sócio-econômica de seus membros, apresenta caracteres fortalecidos muito mais em função da prática do trabalho grupal e da própria história de vida dos cooperados que hoje vivem a realidade de se desdobrarem para produzir em um solo praticamente exaurido de fertilidade, do que às ações do comando do M.S.T. ou mesmo do DAF, o qual apresenta atuação constante, porém, insuficiente para as necessidades da cooperativa. Haja vista que, entre os cooperados que participaram da administração da Copajota, localizamos famílias que

ainda não conseguiram concluir a construção de suas casas, nem mobiliá-las e tão pouco pensam em saneamento básico.

A Figura 5 dá um panorama geral do estágio em que se encontram as construções das moradias na área da COPAJOTA, assim como do grau de insuficiência no que diz respeito às melhorias da agrovila, onde até mesmo o galpão de máquinas agrícolas é limitado para abrigar todos os equipamentos que possuem.



Figura 5 Vista Geral da Agrovila Pe. Josimo.

Quanto à relação entre os associados e a administração da Copajota, não apenas no tocante a distribuição de tarefas e divisão da safra, mas sobretudo nos encaminhamentos do dia a dia, podemos dizer que, embora esteja bastante presente os limites pessoais, atribuídos, às vezes, à não capacitação dos mesmos, ainda assim, a cordialidade e a confiança existente são fatores importantíssimos e têm contribuído para que, mesmo aqueles que abandonaram a idéia do cooperativismo mantenham a estima pelos que ficaram, alegando, principalmente, que a cooperativa em si é um bom negócio, mas que ainda não possuem estrutura para viver dentro de um esquema coletivizado. No entanto, em se considerando que das 40 famílias que iniciaram o trabalho cooperativo, restaram apenas 16, a validade deste bom relacionamento passa a ser questionada.

Questionamentos estes que propiciaram adentrar no aspecto administrativo da COPAJOTA e onde foi possível identificar alguns conflitos. Ou seja, enquanto os agentes ligados ao aparelho de Estado, em sua maioria, procuram trabalhar norteando suas ações pró-organização, visando respostas imediatas que resultem em propaganda das mesmas, o M.S.T. se preocupa muito mais com a organização produtiva dos assentamentos, alegando, principalmente, a dificuldade na obtenção de recursos.

A administração da COPAJOTA, apesar de estar alicerçada no modelo criado pelo M.S.T., conforme estatuto e, sendo pressionada por todos os agentes envolvidos, tanto em nível nacional como internacional, sobrevive principalmente, às custas de estruturas de relações familiares e de compadrismos, normalmente produzidas em função da maneira como eles trabalham a terra e também em função do momento histórico em que vivem.

A fidelidade dos associados para com a proposta de um cooperativismo coletivizado foi identificada, em alguns momentos, porém, desguarnecida de uma estrutura que pudesse fortalecer o caráter empresarial da cooperativa e isto nos pareceu motivo de choque, diante das intenções da cúpula do M.S.T.

O que se discute hoje em nível da organização de um grupo como o da Comunidade Padre Josimo possibilita admitirmos, que o maior desafio da organização cooperativa está em sua capacidade de manter o dinamismo dos setores operacionais do assentamento gerando renda suficiente para a expansão dos mesmos e se fortalecendo no sentido de atingir a condição de autofinanciadores, condição esta que, através da capacitação humana está sendo alcançada na produção familiar ali desenvolvida.

Neste sentido, a cooperativa pode ser vista como organização, uma vez que, tanto no setor produtivo, como na educação e nos demais segmentos, o elemento organizacional é presenciado como resultado da eficiência do somatório dos esforços dos associados, na busca de encontrarem meios ou saídas para a preservação dos seus próprios valores e crescimento. E, diante deste modelo vivido pela administração da COPAJOTA, é possível caracterizá-la como fruto do trabalho organizacional iniciado durante a fase dos barracos de lona nos acampamentos e mantido com a responsabilidade de atingirem o mesmo ideal de liberdade de ação com o qual convivem não apenas nas atividades vinculadas à cooperativa, mas também nas outras relações existenciais. Porém, estes aspectos organizacionais foram severamente criticados por alguns assentados, que não se associaram à cooperativa desde a sua fundação.

“A vida de um assentado é fruto do trabalho da União que temos entre nós sempre. Mas a gente não precisa de uma cooperativa para fazer mutirões ou para dar ajuda a um companheiro que esteja mais necessitado. Porque isto já está no nosso sangue. Basta ver que o camarada trabalha com seriedade, para que na hora do apuro todos os outros lhe ajude.” (Homem, casado, não associado, 44 anos).

Assim, uma vez mais ressaltamos que esta experiência sobre cooperativismo ainda se encontra na fase embrionária, e que insucessos poderão aparecer, principalmente, em se tratando da autogestão e do autocontrole, caso o padrão de fidelidade de seus associados não seja reavaliados e quiçá até mesmo alterados. Tal observação está ligada à

questão dos descontentamentos por nós identificados, uma vez que, embora o modelo de cooperativismo vivido pelos mesmos apresentem como tônica básica a liberdade existente para com todos, ainda assim registramos críticas violentas sobre protecionismo e descuido para com os bens do patrimônio geral, não somente dos que abandonaram a idéia de cooperativismo,mas também de alguns que permanecem associados por comodismo ou por insegurança de deixar a cooperativa e acabar ficando em situação muito pior.

A organização interna da COPAJOTA é compreendida de 8 setores:

-Produção Agrícola, Pecuária, Horta, Creche, Cozinha Comunitária, Estrutura, Administrativo e Maquinários.

Cada um destes setores possui um coordenador que, juntamente com a diretoria formam o Conselho Deliberativo. As atividades a serem executadas, bem como os planos de expansão ou modificação são analisados por setor, sendo as propostas encaminhadas para a aprovação em assembléia. Desnecessário será demonstrarmos que a organização tem primado pelo equilíbrio entre as exigências de cada setor e os recursos existentes na cooperativa.

Acrescentamos, no entanto, algumas particularidades que evidenciam a precariedade ainda presente nesta organização, isto é, embora o setor produtivo tenha se ampliado, grandes reclamações do tipo "*nesta empresa a gente ganha mal e quando sai ainda fica devendo a comida*", são manifestadas.

Assim, percebemos que grande parte dos assentados têm utilizado a organização da cooperativa como extensão das relações da vida familiar, sendo o trabalho grupal reconhecido como vivência prática que caracteriza o amadurecimento dos ideais cooperativos dentro do movimento de Reforma Agrária.. Porém, os obstáculos pertinentes a uma prática nem sempre condizente com o ideal de liberdade de cada núcleo familiar

tem despertado descontentamentos os quais resultam em polêmicas ligadas à distribuição da renda ao final das safras ou até mesmo algumas indignações quando um associado tem que pagar um preço mais alto pelo quilo extra da carne que o mesmo necessite além da cota anteriormente estipulada.

“Já no começo da cooperativa nós não associamos a ela porque achei tudo bem complicado. E depois que soubemos que parece que até as folhas dos pés de alface são contadas e quando um parente da gente chega prá nos visitar não se pode hospedar sem autorização dos chefões e se apanhamos uma espiga de milho que são plantadas para os porcos, tem de se pagar, então eu desisti de vez.”(Homem, casado, 44 anos, não associado da COPAJOTA).

São várias as situações em que os “mais compreensíveis” admitem estar melhorando à medida que cada associado vai entendendo que a cooperativa está começando e não se trata de um banco com recursos intermináveis. Porém, tais dificuldades são sempre esperadas, uma vez que são elas mesmas que definirão a coesão ou não do grupo, numa demonstração clara de que a organização é antes uma operação do grupo sobre si mesmo, cuja estrutura básica dependerá muito mais do compromisso com a causa. (WEIL, 1967). Isto é, evidencia-se uma ligação entre todos, a qual se torna responsável pela fusão do grupo e sua permanência. É onde os associados se comprometem a viver num clima de respeito diante dos talentos e limites dos demais, de sorte que ambas liberdades sejam garantidas e ao mesmo tempo controladas.

Diante dos contentamentos e dissabores, percebemos que a posição dos agentes envolvidos também é contraditória, haja vista que enquanto um técnico do DAF considera utópica a idéia do cooperativismo coletivizado, um outro pertencente a mesma instituição, apresentou o seguinte depoimento:

“Embora todo mundo critique a administração da COPAJOTA, ninguém tem a coragem de levar o trabalho que eles estão levando, principalmente com a insuficiência de recursos com a qual normalmente se convive nas áreas de assentamentos rurais” (Técnico do DAF de Promissão).

Dentre as insatisfações, de um modo geral, registramos uma modificação bastante acentuada quanto à posição de alguns associados do início de nossas avaliações até agora. Trata-se, principalmente, da visão outrora existente a respeito da cozinha geral em virtude da alteração ocorrida no ritmo tradicional. Isto é, em princípio pareciam estar insatisfeitos, porém, com o passar do tempo a normalidade é ouvirmos as pessoas comentando que com tal prática se liberou mais mão-de-obra para o trabalho de campo e se iniciou também a emancipação da mulher junto às atividades domésticas.

“A cozinha comunitária faz a gente conseguir a nossa sonhada liberdade da beira do fogão. E ainda tem mulher que reclama de uma conquista como esta. Isto eu não entendo.”, (Mulher, casada, 28 anos, associada da COPAJOTA).

“No começo a gente estranhou um pouco, como eu já disse em outras ocasiões, afinal eu estava acostumado com a comida da minha velha. Mas hoje, já nem lembro mais disto e até porque nos finais de semana a comida lá em casa é igual”. (Homem, casado, 33 anos, associado da COPAJOTA).

Um outro fato a registrar, diz respeito ao envolvimento das Universidades com os modelos desenvolvimentistas criados com a finalidade de facultar a vida no meio rural. Ou seja, muitos assentados se mostraram desconfiados da pesquisa que efetuávamos. Alguns foram até mesmo taxativos em não contribuir com qualquer depoimento, alegando, principalmente, que não estavam interessados em promover os trabalhos de outrem, enquanto a luta realmente efetivada por eles, era subestimada.

Com o avanço das nossas investigações, ou mesmo, através da confrontação dos dados agora obtidos, com outros por nós analisados em diferentes fases de nossa vida profissional, foi possível evidenciar, tal qual já ocorrera com **D'INCAO (1995)**, um peso relativamente maior, da moral social dominante sobre os dominados. Onde a fragilidade das mulheres, homens e crianças é interpretada como uma baixa auto-estima na vida dos assentamentos. Possivelmente, esta baixa auto-estima deva-se a uma espécie de ressentimento original, em função da incorporação pelos mesmos, de valores através dos quais eles foram historicamente discriminados. E isto é a morte, nos parece, de qualquer pessoa que acredita na liberdade de ação, no sentido de se poder viver a democracia que nos levará a um nível de conforto suficiente para sermos tratados como verdadeiros cidadãos.

Porém, embora alguns mecanismos de invalidação sejam utilizados por militantes extremados na vivência de um socialismo utópico às nossas condições de brasilidade, ainda assim, o que foi possível identificar na questão da organização própria dos assentados para com a administração da COPAJOTA, foi o amadurecimento com senso de responsabilidade. De forma que, a intervenção neste processo, tanto pelos agentes do Estado como pelos demais envolvidos, deverá se fazer em continuidade com um trabalho de base organizativa que este grupo já vem executando. Trabalho este, cujo objetivo se consolidará ao atingirem, cada vez mais, um diálogo crítico que possa lhes sustentar e proporcionar segurança com autonomia. Isto é, para se auto-avaliarem e a partir de então, assegurarem os seus valores e aspirações básicas.

Enfim, podemos dizer que, o trabalho executado pelos associados da COPAJOTA merece uma atenção cuidadosa de análise a partir de então, não apenas em função da estrutura de uma cooperativa que sobrevive às custas da produção agropecuária coletiva, mas, principalmente, em virtude da motivação reinante entre os mesmos, que proporciona a funcionalidade regular das estruturas existentes e onde a alegria e a

satisfação dos associados pode ser evidenciada nos diversos segmentos de suas vidas. Alegria esta que, até mesmo alguns dos ex-associados fazem questão de demonstrar através de seus depoimentos, como o de ter sido uma perda com a saída da COPAJOTA. Porém, são depoimentos saudosos que vêm acompanhados sempre da alegação de ainda não estarem preparados para uma vida coletivizada, ou para assumirem a real história da socialização de suas vidas.

3. O trabalho da mulher na COPAJOTA

A relação entre o trabalho da mulher em um assentamento e o dinamismo com que o mesmo tem sido desempenhado nas tarefas executadas, assim como as propostas e projetos encaminhados pelas mesmas, no intuito de viabilizar o segmento organizacional do trabalho e da produção, quando analisados dentro de um movimento em prol da Reforma Agrária, provocavam uma certa indignação. Principalmente porque, na maioria das vezes, as iniciativas femininas eram tratadas com muito pouco respeito e atenção e ainda diante do lema ‘vencer é a lei’, a elas eram entregues tarefas que pareciam ter sido oferecidas somente para comprovar a superioridade masculina.

Tal estado de indignação ocorria, exatamente, no momento em que algumas pessoas envolvidas com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra demonstravam suas prioridades ao trabalho masculino, chegando mesmo a privilegiá-lo.

Nos momentos em que o trabalho executado pelas mulheres nos mais diversos segmentos da agricultura é defrontado com o dos homens, há evidências deste desvio principalmente, quando especificam funções que somente são desenvolvidas pelas pessoas do sexo masculino, e onde nem tudo é dizível, possivelmente, em função desta soberania atribuída aos homens. Algumas mulheres apresentam estigmas desta discriminação muito mais evidenciados que alguns homens.

Segundo GAWAIN (1986), se considerarmos a proposta de alguns pensadores sobre a possibilidade de estar na corrente holística, à qual pertencem, uma das saídas para a resolução ou cura⁵ dos problemas que assolam o planeta, seria encarar o trabalho da mulher, bem como as idéias apresentadas pelas mesmas, como partícula essencial para este propósito, uma vez que na própria metáfora de seus atos encontramos a força e a sabedoria pertinentes ao feminino e que, inexplicavelmente, são os elementos básicos para que a harmonia se estabeleça em um determinado local. Já estamos presenciando um novo masculino intimamente associado ao nascimento da nova era, onde às mulheres tem sido destinado espaços de importância, no momento em que se organizam em cooperativas de taxis⁶ e participam de um movimento social dos mais significantes, ou até mesmo quando se envolvem em iniciativas como a da COPAJOTA e passam a liderar alguns setores com o vigor necessário e sob a responsabilidade de quem está trabalhando com profissionalismo. Profissionalismo este, suficiente para que assumam posições da seguinte natureza:

“O que mais nos incomodava quando a gente vivia na cidade era ver os filhos sendo maltratados e cada vez mais explorados. Aí, estivemos analisando e vimos que na cidade não dava para criar os filhos. Porém, ao comparar a vida daqui e de lá de fora, a vida de cada um pode ser analisada e compreendemos que antes a gente nem conseguia pensar. Os 6 anos que eu morei na cidade parecia que eram 100, pois as dificuldades são mais fáceis de contornar aqui na vida em grupo, que além de termos exemplos de pessoas que estão trabalhando com o mesmo objetivo e sempre prontas a nos ajudar, estamos protegidos dos problemas da cidade.”(Mulher, casada, 48 anos, associada da COPAJOTA).

⁵É atribuído ao holismo uma das saídas para as curas que o nosso planeta terra requer, não apenas em termos dos males que atingem o físico, mas, sobretudo os de origem emocional e mental.

⁶Em São Paulo foi criado o Lady Taxis, onde mães de família exercitam o talento materno, quando dirigem veículos transportadores de crianças e velhos, os quais, normalmente são violentados no trânsito.

Quando dos levantamentos efetuados em nossa pesquisa, onde participavam os maridos e suas esposas, tivemos o cuidado de não confrontar os saberes adquiridos ou mesmo os natos, entre os cônjuges. No entanto, admitindo os fatores do acaso, numa análise que primou pela constatação de fatos, deparamos com um elemento novo durante uma entrevista com a esposa de um assentado:

“Minha indignação diante do constatado desprezo que nossos companheiros de luta têm demonstrado, em algumas situações, a esta importante parcela que engrossa o movimento dos Sem Terra, e que são as mulheres, caracteriza a desconsideração absurda, e de um machismo ainda mais absurdo. O público feminino precisava ser melhor assistido pelos companheiros do comando geral do M.S.T.. Ou seja, a desconsideração às companheiras de trabalho ocorre, no momento em que situações como a de três garotas que ficaram grávidas de um companheiro pertencente à diretoria nacional do M.S.T., que, em seguida ao tal incidente desapareceu sem assumir a gravidade dos seus atos.”, (Mulher, casada, 35 anos, ex-associada).

Um outro aspecto que merece ser avaliado, diz respeito às próprias formas de produção que poderíamos chamar de empresa familiar em um assentamento rural. Isto porque a massa humana organizada (praticamente às pressas) com intuito de estabelecer um vínculo produtivo com aquele espaço e com as instituições envolvidas no processo, acabam se estruturando em uma formação econômico-social atípica com respeito às demais famílias que tradicionalmente produzem em outras regiões do país. Esta forma de existir, bem como a organização da família e a estruturação do poder passam a ser vistas como criações históricas oriundas não somente das tradições mas, principalmente, de adaptações ao novo sistema ao qual estejam atrelados. Adaptações estas que têm contribuído para que algumas pessoas se destaquem em funções que outrora eram desconhecidas pelas mesmas. Tal como pode ser visto na Figura 6, onde duas adolescentes estão sendo treinadas para secretariar os trabalhos da COPAJOTA, sendo uma delas filha de uma associada que tem desempenhado o papel de consultora técnica

do M.S.T. com respeito a organização dos assentamentos. Porém, ressalta-se que a cooperativa reproduz, na prática, as posições existentes no interior das famílias que as compõem. E, segundo **GIACOBBO (1994)**, “apesar das idéias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), de estar criando condições para a emancipação das mulheres, dentro e fora da estrutura familiar, o que realmente será produzido ou reproduzido será a própria organização já vivenciada em suas famílias de origem.”

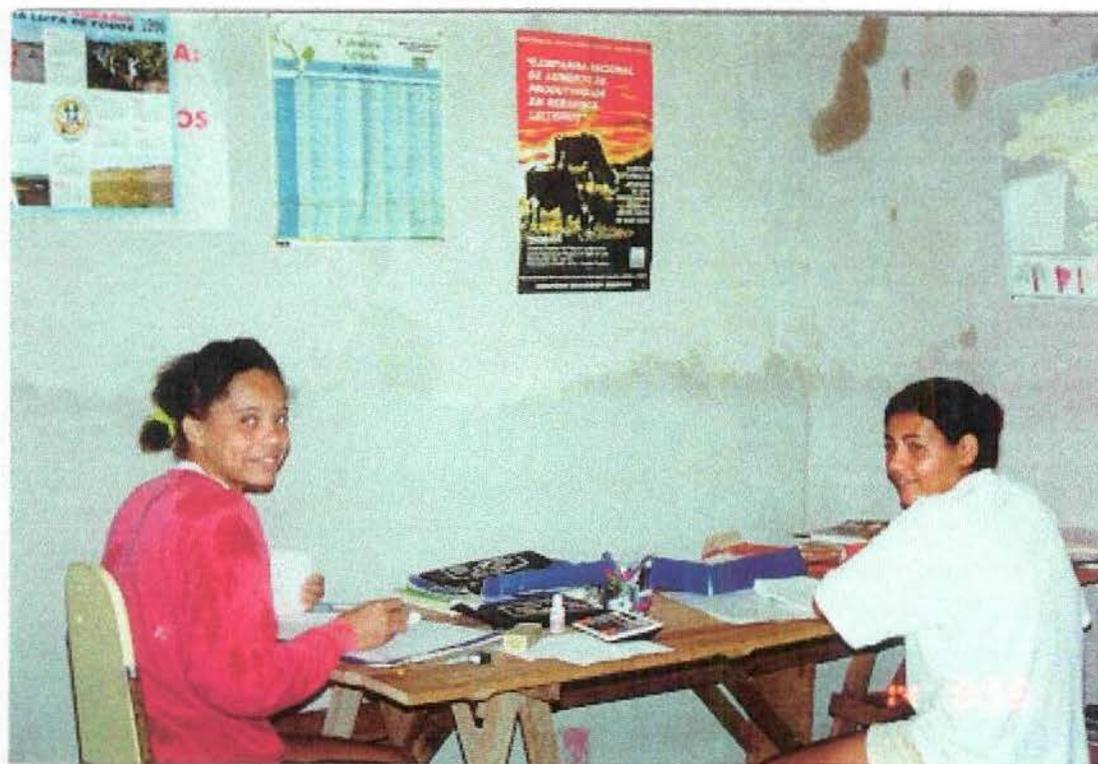


Figura 6. Adolescentes que assumem a secretaria da COPAJOTA.

A participação das mulheres foi presenciada em todos os setores da COPAJOTA, com exceção do preparo do solo e plantio com implementos pesados. Nos dias de chuva, quando não podiam estar no campo, encontradas no interior da cozinha comunitária confeccionando saquinhos de jornal para proteção dos frutos na plantação de abacaxi, como mostra a Figura 7, ou desempenhando alguma outra atividade.

Um outro elemento a ser lembrado é que todos ganham por horas trabalhadas, e, o fato estar participando de alguma atividade, por si só já demonstra o quanto as mulheres envolvidas com o trabalho da COPAJOTA estão atentas para o padrão na nova empresa rural, para a qual se preconiza o rompimento com o velho lema do dia de chuva ser destinado para descanso.



Figura 7 -Mulheres trabalhando na cozinha comunitária, nos dias de chuva.

Diante da constatada imposição da rede bancária em financiar apenas projetos específicos, normalmente são os homens quem se rebelam, enquanto as mulheres têm desempenhado o papel de apaziguadoras, encontrando sempre, uma maneira de utilizar os recursos oferecidos. O que foi possível perceber é que, nestas situações, os homens tendem a radicalizar enquanto as mulheres os apoiam, em virtude do companheirismo, e ainda contribuem com propostas que geralmente promovem um novo ânimo em seus companheiros.

Em se tratando de novas propostas, é possível afirmar que o trabalho da mulher dentro da cooperativa, e mais especificamente na COPAJOTA, com seu caráter coletivizado de produção, tem alcançado um nível de qualidade asseguradamente elevado.

Ressaltamos, no entanto, que alguns assentados apresentam críticas ao trabalho feminino, principalmente com alegações de que as mesmas estão ocupando espaços que poderiam ser melhor desempenhados pelos homens. Porém, foram defendidas por argumento como este:

“Alguns companheiros nossos chegam a dizer que a cooperativa não está dando lucro porque as famílias são muito grande e as mulheres trabalham pouco. Mas eu não concordo com isto, porque minha mulher trabalha por dois homens e as mulheres dos outros também nunca estão de bobeira. Até parece, quando vejo as pessoas falando isto que estes camaradas estão querendo mais moleza do que já têm.” (Homem, casado, 29 anos, Associado da COPAJOTA).

Um fator importante na atuação do trabalho das mulheres está em sua capacidade de apoiar os pontos fracos do grupo, principalmente, nos momentos em que os opositores à proposta cooperativa tentam valer-se das dúvidas e das fraquezas existentes no grupo para promoverem suas invasões ideológicas. Nestes instantes, normalmente, a posição

das mulheres tem sido bastante clara e com uma munição de coragem que surpreende muitos líderes sindicais, os quais valem-se do apoio de uma categoria, como escudo para protegê-los de incoerências e tomadas de decisões parciais. O envolvimento feminino foi efetivamente comprovado em várias instâncias de decisões e encaminhamentos de planos voltados para a Reforma Agrária, principalmente, em momentos delicados da luta pela posse da terra, quando a harmonia do movimento tivera seu diapasão baseado no companheirismo e no reconhecimento das fraquezas e mazelas que, periodicamente, atacam quaisquer que sejam os grupos.

A desarmonia, normalmente, está ligada à moral e aos costumes do grupo, o que será evidenciado pela disciplina e o acatamento de decisões em assembleias, mas que podem também manifestarem-se em situações intrinsecamente ligadas à natureza biológica dos seres através da violência consciente, ou não, nos momentos em que os fatos assim o exigem. E, exatamente nestes momentos, a atuação das mulheres tem sido importante, uma vez que suas ações têm sido fundamentadas no dinamismo e na clareza de propósito.

No apoio ao companheiro de luta, missão que as mulheres desempenham com garra e vontade, acrescentamos o depoimento da esposa de um assentado do Grupo IV. Trata-se de uma mulher que esteve participando das frentes pela posse da terra, tendo ainda o mérito reconhecido por ter vindo para o acampamento antes do marido e ao engajar-se, ter participado das inovações do movimento⁷.

“O papel da mulher numa cooperativa como a COPAJOTA, é fundamental na luta pela Reforma Agrária.” (Mulher, casada, 54 anos, associada da COPAJOTA).

Evidentemente que tal citação, em princípio, poderia ser considerada desnecessária e até mesmo de pouca consistência no que diz respeito a importância da

participação feminina na COPAJOTA e, extensivamente, no movimento de Reforma Agrária.

Porém, os relacionamentos efetuados com os núcleos familiares do Grupo IV, que foram marcados por seu caráter cada vez mais amistosos, tornaram-se valiosíssimos, sobretudo, para realizarmos a reconstituição do movimento migratório empreendido por alguns núcleos familiares, inclusive na própria família de onde o termo **fundamental** se originou. Esta família, ao deixar a região da Zona das Secas em Minas Gerais, partiu para o Paraguai, na esperança de conseguir no país estranho o pedaço de terra que por aqui não estava sendo possível. Após um breve estágio naquele país, e, em seguida no Estado do Paraná, onde conheceram a dinâmica do processo de obtenção de terras através de alguns trabalhadores ligados ao Movimento dos Sem Terra, vieram para o Estado de São Paulo, exatamente para a cidade de Campinas, de onde partiram através da marcha dos **Sem Terra** até a cidade de Promissão.

Enfim, todas estas informações são preciosas no que diz respeito ao segmento da história de vida, principalmente, por ter facultado o trabalho de avaliação da proposta de organização do trabalho e da produção, que então passou a ser realizado sob a aura da confiabilidade desfrutada mutuamente.

São sentimentos deste nível, que nos levam a estruturar as pesquisas no campo social com muito mais profundidade e verdade, através do detalhamento e sinceridade que encontramos nas conversas nos momentos em que o arrancar matos na horta com uma senhora se constituía na oportunidade para aprender com a mesma, o significado da luta interna que os assentados precisam travar entre o ideal verdadeiro da experiência socializada e o contraste vivido pelas irreverências de alguns atos cometidos pela administração da COPAJOTA ou até mesmo nos encontros de “pé de fogão”. O mesmo fogão que algumas mulheres se mostram com necessidade em alcançarem a independência junto aos mesmos, porém, sempre contra argumentando, estar nesta

⁷ Chamamos de inovações os cursos de extensão e o laboratório sobre

atividade um dos recursos utilizados para a diminuição dos gastos mensais de uma família, conforme pode ser visto na Figura 8, onde a panela de cozinhar feijão evidentemente estará no fogão a lenha.

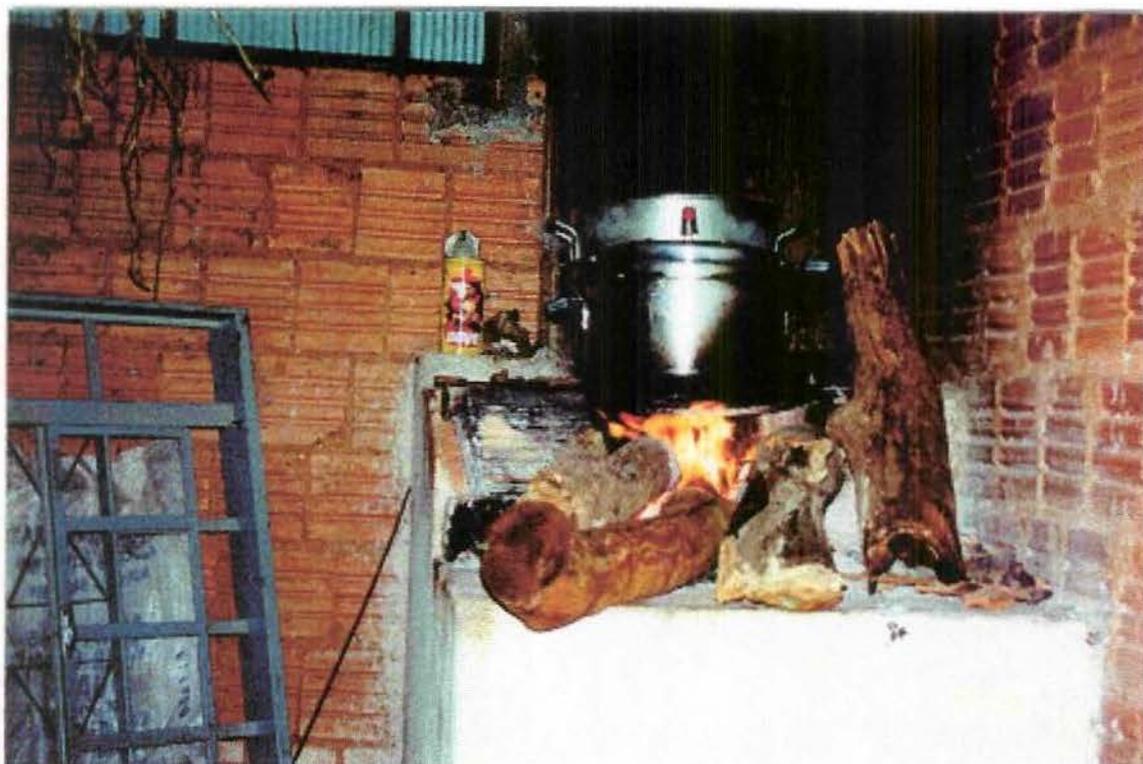


Figura 8 - Fogão a lenha, utilizado na Cozinha Comunitária da COPAJOTA, como opção para os cozimentos prolongados.

É muito interessante também, percebermos que, um número muito grande de famílias apresentam quadro bem parecido, onde as esposas assumem responsabilidades no roçado, na criação do bicho da seda ou na lida com o gado de leite do lote conquistado, que estão muito além das tarefas masculinas.

Em se considerando o trabalho desenvolvido nos assentamentos, quase que exclusivamente voltado para o sustento familiar do assentado e com pouca margem destinada ao comércio, às mulheres tem sido atribuído as cansativas tarefas rotineiras do lar e, ainda, a participação efetiva nos plantios, nas colheitas e na manutenção dos roçados, além da lavagem de roupas e do transporte de cargas. Enquanto aos homens os trabalhos exigem grande dispêndio de energia, mas estes são refeitos com os períodos de repouso e lazer. No entanto, identificamos o reconhecimento atribuído ao desempenho da mulheres na cooperativa, quando do depoimento deste associado:

“A minha mulher um dia descobriu que ela poderia ser muito mais útil ao movimento e à nossa família, desenvolvendo um trabalho de orientação a outros companheiros e companheiras nos outros assentamentos. E é o que ela está fazendo. Embora a maior parte do tempo a gente não possa contar com a presença dela ao nosso lado, mas estamos satisfeitos.” (Homem, 35 anos, casado, Associado da COPAJOTA).

O dinamismo que o público feminino tem apresentado nas tarefas cotidianas e mesmo no encaminhamento de alternativas para a suavização da luta enfrentada pelos assentados, tem contribuído em muito para que os exemplos de garra e comprometimento como o desta senhora possam ser evidenciados e seguidos. A situação real é da esposa cujo marido e filhos se encontram no assentamento, enquanto ela está prestando serviços numa espécie de consultoria ao M.S.T. através de laboratórios e palestras em outros assentamentos.

Na COPAJOTA, além do estudo que efetuaram quanto à melhor distribuição das tarefas por opção de cada assentado, tiveram também o cuidado de observar a questão do cansaço pertinente às fatigantes horas de trabalho no campo e o lazer necessário à recomposição das energias dispendidas. Neste estudo, houve a participação de pessoas provenientes de outras instituições que não o D.A.F. e M.S.T. (como alunos da Universidade de Marília e jornalistas do Diário do Comércio), sendo que a participação das mulheres foi de grande significância, inclusive com a apresentação de uma proposta sobre o rodízio de pessoas por todos os setores. Este possibilitou um maior entrosamento entre os cooperados, além de ter facilitado a opção que cada um poderá ter quanto ao setor onde possam desempenhar melhor os seus talentos.

Houve um momento na história da COPAJOTA, mais especificamente no segundo semestre de 1994, que o desmembramento total da cooperativa parecia inevitável, e, nem mesmo as reuniões para se decidir como conviver com a crise se tornavam possíveis. Foi quando as alternativas apresentadas pelas mulheres se consagraram na resolução do impasse, e as 17 famílias que mantiveram o propósito de continuar com o cooperativismo coletivizado passaram a falar uma mesma linguagem.

“A gente sofreu muito quando estava junto, e chegamos em um ponto de não ter mais unidade e não ter mais disciplina. E isto estava fora do que aprendemos sobre o que significa CPAs. E depois de tudo o que aconteceu nós pudemos levantar a cabeça e com unidade e disciplina passamos à organização e o ritmo que sentíamos ser necessário. Por outro lado, se a gente não se organiza nem sei como vai ficar, porque estamos sofrendo na pele as pressões dos companheiros que nos abandonaram nesta caminhada. Mas isso não será motivo para desânimo, pois foi sob pressão que sempre estivemos.” (Mulher, Casada, 29 anos, Associada da COPAJOTA).

As mulheres na COPAJOTA hoje, ocupam um lugar conquistado por sua coragem e envolvimento com as atividades rurais, tanto em nível dos tratos culturais e colheita,

como na produção propriamente dita, que torna-se impossível sem que esteja contemplada a participação das mesmas, normalmente disponíveis e destituídas da vontade de abandonar o campo de luta, ainda que, em não raras situações, tenham de realizar trabalhos, que em virtude da natureza grosseira dos mesmos, deveriam ser executados pelas mãos masculinas. É possível até, que aos homens seja necessário uma reavaliação em seus propósitos diante da COPAJOTA. Quando entrevistamos um assentado que não é associado da cooperativa e perguntamos sobre o significado da mesma dentro do movimento reformista na Fazenda Reunidas, este nos respondeu: *“Para mim, quem trabalha ali são as mulheres.”*

No entanto, é preciso ressaltarmos um aspecto que normalmente gera desentendimentos na cooperativa e que está ligado a distribuição das atividades ou tarefas como são chamadas pelos assentados. Alguns homens têm questionado uma certa proteção às mulheres, que segundo os mesmos ocorrem em função da existência de suas companheiras na administração. Passa a existir, portanto, um aspecto conflituoso e que irá interferir, principalmente, nos investimentos a serem feitos. E o público masculino estará muito atento afim de que esta proteção não se transforme em facção feminina dentro da cooperativa, que tem como base de participação a igualdade de ação.

É como se agora, após reflexões de todas as ordens em relação ao trabalho desenvolvido pelo público feminino na COPAJOTA, pudéssemos dizer: “Todo poder às mulheres.” Até porque, entre os progressos identificados na área da COPAJOTA, tem se evidenciado a presença das mulheres em todos os setores.

4. O Momento Atual Requer Atenção

Quando pensamos num capítulo sobre o momento vivido pelos associados da COPAJOTA, análoga à história de outros assentados da Fazenda Reunidas e paralela a de milhares de assentados em todo solo brasileiro, imaginávamos encontrar uma sintonia ideológica acentuada em todos segmentos. Porém, mais que uma proposta ideológica, o que se evidenciou foi um sentimento de brasilidade mesclado a um resgate constante de valores pouco apreciado pela maioria dos atores envolvidos na proposta de Reforma Agrária. Para este sentimento de brasilidade, utilizamos conceitos de **RIBEIRO (1995)** vinculados aos aspectos étnicos que deram origem a esta antropologia negra, branca e índia, da formação de nosso povo.

Em se considerando o aspecto, esperança média de vida em um lote ou um sítio existente num espaço conquistado na luta pela terra, percebe-se dois extremos, que se inicia no momento alegre e festivo da entrada na terra e termina no momento da desilusão. Momento em que, por aumento do tamanho da família ou pela insuficiente produção de um lote frente às necessidades familiares, algumas vezes o assentado tem que se desfazer do seu lote.

Ou seja, esta opção de vida apresenta todos os arquétipos necessários à consolidação de um projeto que extrapola a qualquer entendimento alheio ao referencial principal, aqui denominado, uso e posse da terra com liberdade de ação e dentro de um aparato social que lhes faculte a realização do reconhecimento da cidadania. Este ponto de vista, qual seja a permanência em um status social por parte dos assentados que os

satisfaça, apesar da pouca compreensão dos agentes envolvidos, será identificado em vários momentos de nossa análise.

A análise da experiência de uma família assentada que durante um ano teve o nosso acompanhamento foi um dos principais fatores que contribuiu para a existência deste capítulo. Principalmente, porque este acompanhamento, variou desde o momento de pertencer à intimidade da mesma com explicações sobre futuros projetos de vida até o momento de trocas de experiências consubstanciais, onde nos permitíamos críticas e desabafos.

E esta família apresentou um perfil muito interessante, uma vez que, em outubro de 1994 o proprietário do lote aclamava as virtudes do cooperativismo e, principalmente, do cooperativismo coletivizado e noutra momento, em novembro de 95, deparamos com um assentado desestimulado, sofrido e possuidor de uma grande mágoa a respeito de pessoas que há pouco eram enaltecidas pelo mesmo.

A principal insatisfação do referido assentado está no rompimento dos laços de amizade com todo o grupo, que o com mesmo possuía, ao se associar à COPAJOTA, e também porque nesta decisão implicava o bem estar de sua família, razão principal do seu trabalho no assentamento. No entanto, hoje ele se sente uma pessoa desprezada, humilhada e o seu principal patrimônio, atribuído aos filhos, está sendo desestruturado uma vez que, na impossibilidade de permanecerem no assentamento, estão voltando para a cidade.

Além da humilhação que o assentado demonstra, há também uma indignação em relação a dificuldade de entendimento de uma proposta de trabalho associativo, onde a base de apoio está voltada para o investimento agropecuário, com esquecimento do bem estar humano.

Esta família em 1994 era constituída de 7 membros, tendo ficado desguarnecida de 3 deles¹ em virtude do avassalador desequilíbrio financeiro em que se encontravam. Um dos filhos saiu chorando do assentamento, tendo em vista que após três anos trabalhados na COPAJOTA, no momento de assinar o término do contrato de serviço com a cooperativa, não lhe foi possível receber algum dinheiro que lhe possibilitasse, ao menos a compra de um sapato. Quanto a este aspecto, o depoimento de uma assentada é esclarecedor:

“A maior parte dos nossos companheiros entrou na cooperativa já com o objetivo de ficar apenas o suficiente para fazer o seu pé de meia e depois se mandar. Como o processo cooperativo é diferente do que eles estavam acostumados e nem sabem o que é uma CPA, quando começam a perceber que não terão a moleza que esperavam, todos querem sair. Alguns chegam a se embrutecer de tal maneira que já querem o seu lote de volta, alegando que vão trabalhar no mesmo, ou arrendar e alguns dizem até que vão vendê-lo, e não querem esperar a colheita que o grupo coletivo ainda vai fazer.”
(Mulher, casada, 33 anos, Associada da COPAJOTA).

Possivelmente, muitos estarão repensando suas atuações junto às famílias de produtores que no momento convivem com a realidade dos assentamentos rurais, principalmente, no que diz respeito a uma nova configuração do espaço habitado **GIACOBBO (1994)**, espaço este compreendido por pessoas com os mais diferentes anseios, mesclados às propostas de um movimento criado em bases socialistas embora tenha de estabelecer-se em um país capitalista como o nosso.

Um ato de covardia atribuído à direção da COPAJOTA restringe-se, principalmente, ao caráter escravista que a média dos ex-cooperados concordam existir naquela administração, afetando pessoas e as vezes toda uma família que trabalha coletivamente em uma cooperativa, e que ao deixar o corpo de associados da mesma não

¹ Dois rapazes e uma moça, todos maiores de idade, tiveram que ir morar na

têm direito a nada. E um outro agravante da situação é a lembrança de que durante o tempo em que trabalharam juntos também não possuíam remuneração alguma², apenas tiveram direito a um “feijão com arroz”.

Ressaltamos que, entre os mais descontentes com a atual fase por que passa a COPAJOTA, o desabafo comum é de que a administração da cooperativa tem valorizado muito mais a exploração agropecuária do que o bem estar dos associados.

Ou seja, entre a diversidade de casos encontrados, podemos referenciar a questão dos assentados que já ultrapassaram a casa dos 50 anos de vida e cujo futuro não está tão distante. Este fato se confirma pela posição de alguns cooperados em reestruturarem a proposta cooperativa, alegando que em no máximo 10 anos já terão problemas com pessoas improdutivas por invalidez ou por idade avançada. Entre os assentados que já se encontram com idade avançada, alguns alegam que contarão com a ajuda dos filhos, e outros, que já atingiram o conforto necessário.

“Eu já cheguei meio equilibrado no assentamento e foi por isso que nem pensei em me associar a cooperativa. Isto porque com a venda de uma casinha que eu tinha na cidade eu iniciei a criação de vacas de leite. Acho também que se os assentados da COPAJOTA não tratarem de melhorar as colheitas deles, em breve terão que deixar os lotes, pois a terra daqui é fraca mesmo.” (Homem, casado, 57 anos, não associado).

Há uma permanência de valores entre os assentados, e na maioria das vezes pouco questionados, porém, quando assim acontece, compreensivelmente são aceitos. E, apenas em nível dos pesquisadores, jornalistas e mesmos dos técnicos da assistência técnica se constata a necessidade das interrogações. Exemplo característico temos o da questão da

cidade de Campinas, em virtude da precária situação vivida no assentamento.

² A existência de um pagamento mensal já está sendo estudada nesta cooperativa, com base no trabalho existente em cooperativas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

casa construída na área da agrovila³ onde o ex-associado da COPAJOTA e ainda morador alega tê-la construído com recursos e materiais já existentes em seu lote e se recusa a entregar para a cooperativa.

Constatamos também considerável indignação, por parte dos que saem da cooperativa, quanto aos débitos para com a mesma, pois a visão geral entre os assentados é de se trabalhar para garantir pelo menos o sustento de cada um e de suas famílias.

Um outro aspecto bastante questionável relaciona-se aos recursos do PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), onde cada associado tem liberado o fundo recebido para a administração da COPAJOTA. Isto porque, um dos propósitos da cooperativa, segundo sua diretoria, assim como da direção do M.S.T. para o segmento cooperativo, é de se incorporar bens duráveis ao patrimônio da empresa. A partir desta incorporação, espera-se o fortalecimento das cooperativas em um tempo que varia de região para região e também entre grupos, porém, que deverá alcançar a solidez necessária para que seus associados atinjam uma situação o mais próximo possível do ideal em termos de auto-suficiência.

“Quando eu tomei emprestado 3000 reais em nome do coletivo, através do PROCERA, do qual eu tinha direito em 7000 reais, eu acabei de novo sendo prejudicado, porque estes 3000 reais morreram. Mas isto é assim mesmo, está no regimento se saiu não leva nada, não leva nem uma galinha”. (Homem, casado, 54 anos, ex-associado)”.

Acontece que, na maioria das vezes, estes recursos liberados pelos associados, são utilizados para a compra de maquinários ou aquisição de animais e não há como ser devolvido quando da saída de algum associado, em função do próprio estatuto da

³ As casas construídas na área de jurisdição da COPAJOTA fazem parte do patrimônio da COPAJOTA..

cooperativa. A diretoria da COPAJOTA defende-se de tais acusações com a seguinte posição:

“As pessoas que saíram foram precipitadas, afinal o retorno na agricultura é muito demorado. Mas quando eles viram que no segundo ano de luta ainda não estavam ricos, tal como era o pensamento da maioria, então desistiram.”

Essas contradições, segundo **D’AQUINO (1994)**, talvez resultem da falta de homogeneidade entre as expectativas e projetos da liderança ligada ao M.S.T. e o conjunto de cooperados. “Parece bastante razoável afirmar que o desenvolvimento coletivizado da produção, por ser uma forma mais eficiente de organização do trabalho, é mais rentável. Porém, ocorre que também existe um caráter de desestruturação dos conhecimentos preservados pela wazzu memória coletiva enquanto definidora de práticas. Pode-se dizer que a necessidade rege, em certos casos, tais rupturas no modo de pensar e refletir o trabalho na terra” (**D’AQUINO op cit.**).

É, em função destas necessidades pertinentes a cada núcleo familiar, que algumas delas parecem ter na COPAJOTA a única opção para continuarem em seu lote.

“A gente sozinha no lote não tem força para aprovar um projeto, ainda mais eu que sou viúva e com muitos filhos. Mas, pelo tanto que já lutei até hoje, acho que onde estamos é mais firme que antes.” (Mulher, viúva, 60 anos, Associada da COPAJOTA).

São situações como estas que reforçam a posição assumida pela maioria dos ex-associados da COPAJOTA, e também, por alguns que permanecem associados, porém, em um nível de descontentamento suficiente para caracterizarem o atual momento da organização da cooperativa como a experiência de famílias deslumbradas com as idéias dos líderes do M.S.T., os quais, segundo eles, não usaram do respeito devido aos

assentados, desde a época em que lhes apresentaram o laboratório de campo com o objetivo de auxiliá-los na formação da consciência organizativa.

Sobre tais aspectos, é possível se confrontar com o problema da interdependência em um grupo (WEIL, 1967), “cuja dinâmica lhe permite trabalhar um sentimento de coesão e euforia, durante uma fase de encantamento até chegar a maturidade quando as responsabilidades são divididas”. Porém, os associados da COPAJOTA, após o período eufórico inicial, estão chegando a uma segunda fase de conhecimento da situação real, para em seguida atingir o que poderíamos caracterizar de fase de identidade, onde as relações humanas, principalmente, lhes permitirão avaliar até que ponto podem chegar e como resolverão seus problemas.

No entanto, os descontentes com a forma de administração da cooperativa têm alegado ser o modelo da COPAJOTA tão fragilizado que os próprios idealizadores do mesmo foram os primeiros a deixar de ser sócios. Referindo-se, evidentemente, aos ex-associados que criaram o estatuto da mesma e, atualmente, se dizem desestimulados para continuarem trabalhando em um sistema coletivizado.

Percebe-se que tal posição não se alicerça em reacionarismos, tanto é que o desligamento destes assentados tem ocorrido somente com relação ao segmento cooperativo.

É evidente que a opção deste modelo de organização para o trabalho, de uma forma geral, e para a produção de víveres, exige muita participação e lucidez, principalmente, na manutenção das relações sociais. Evidente também que o grupo está vivendo num esquema de vida e de evolução do mesmo, onde a realidade dos outros grupos dirão bem pouco na resolução dos problemas inerentes àquela comunidade, até porque, inconscientemente os grupos são organizados em função de um tempo dado.

A Figura 9 é uma demonstração de que neste grupo há espaço para todos, uma vez que aí se encontra o atual presidente da COPAJOTA e dois ex-cooperados, cada um trabalhando com um segmento agropecuário. Isto é, podemos apreciar um quadro onde fica demonstrado que no tocante aos relacionamentos não há muita diferença em ser associado à COPAJOTA ou não, uma vez que as bases de sustentação deste grupo está alicerçada na luta pela Reforma Agrária.



Figura 9 - Atual presidente da COPAJOTA, Sr.João, de boné e dois ex-associados, com seus filhos.

“Quanto mais estudamos o mundo vivo, mais nos apercebemos de que a tendência para a associação, para o estabelecimento de vínculos, para viver uns dentro de outros e cooperar, é uma característica essencial dos organismos vivos.” CAPRA (1989). Assim é que os vínculos, normalmente extrapolam à simples observância de alguns fatos que a vida em um assentamento possa transparecer.

Considerando as possíveis contradições que assolam um sistema de produção coletivo, algumas delas responsáveis por indignações da parte de quem assumiu a proposta inicialmente, e depois identificou falhas e dúvidas no bojo dos princípios que o constitui, ainda assim identificamos uma necessidade de maior observância sobre a metodologia utilizada no laboratório de formação das cooperativas, pois em termos dos documentos existentes a tal respeito, há uma clareza de propósito por parte dos dirigentes do M.S.T. Isto quer dizer que as regras do jogo estavam definidas *a priori* o que, no entanto, pode vir a ser percebida somente na *praxis*.

A responsabilidade sobre a assistência técnica aos assentados tem ficado restrita aos técnicos do DAF, que não defendem, mas também não atacam a organização da COPAJOTA, a qual teve sua base de realização no modelo das CPAs do M.S.T.. Quanto ao dinamismo empreendido pelos assentados que se estruturaram em torno da idéia de se acertarem pelo cooperativismo coletivizado, segundo os técnicos do DAF, é uma coisa indiscutível e elogios são feitos aos mesmos.

Outras opções de um cooperativismo não coletivizado são apontadas, tal como já está acontecendo com os associados da APRONOR(Associação dos Produtores Nova Reunidas) ou da associação que está sendo fundada pelo Grupo dos 44, ex-associados da COPAJOTA.

“A não-satisfação de uma necessidade interpessoal, gera no organismo o mesmo sentimento de ansiedade, de frustração ou de stress que a não-satisfação de uma necessidade biológica -alimentação, sono, calor, etc.” (WEIL, 1967).

Quando isto é evidenciado, o choque, normalmente, provoca um novo estado de luta interna. Porém, nesta luta, apenas restarão aqueles com um nível de conscientização que, possam enquadrar-se perfeitamente na mensagem feita por GANS (1996), sobre os que vivem hoje uma realidade que segundo os meios de comunicação, parte da literatura e até em trabalhos acadêmicos são estigmatizados como preguiçosos, arredios às novas tecnologias e até mesmo como bandidos e criminosos. Há uma visão geral em todo o país de que assentado é sinônimo de baderneiro, desordeiro e criminoso, e no início do assentamento da Fazenda Reunidas também ocorreu o mesmo na cidade de Promissão. E, com isso, sobra muito pouco em termos de caráter e outros valores àqueles que precisam viver apenas como pessoas simples e honradamente pobres, conforme palavras de alguns assentados, quando indagados sobre o futuro que esperam alcançar vivendo naquele assentamento.

É um estado de alerta o tempo todo, afim de prevenir-se contra os inimigos, os desleais⁴ de uma forma geral. Principalmente, os não sintonizados com a energia principal que mantem o trabalho grupal, que é a união de esforços. Porém, quanto a este aspecto o presidente da COPAJOTA apresentou uma contra argumentação bastante interessante ou seja, em se seguindo o estatuto, tudo que aparecer de novidade, encaminha-se ao comando central. E é nesta instância que tudo é resolvido. Sem precisar de outros esclarecimentos, afinal, a maior clareza da organização é atestada por esta transparência nos atos do grupo, onde a transposição do que possa estar acontecendo nos

⁴O conceito de lealdade tem uma importância muito grande dentro da visão cooperativista, uma vez que, atrelado ao mesmo está a visão de união, fidelidade, companheirismo e, em algumas situações, não raras, o sujeito leal passa a ser um membro daquele núcleo familiar. Tal como os primos e compadres de fogueira, os tios e os avós

trâmites normais de uma administração fique evidenciada em todas as relações efetuadas por aquele grupo, quer seja em nível nacional ou internacional⁵.

“Eu gosto de trabalhar na cooperativa porque aqui se neguinho comer um ovo e não apresentar as contas de que comeu ele passa por mentiroso. Aqui tem que ser tudo com verdade. Se vai passear, vai passear, se está doente está doente e tem apoio da cooperativa, mas se quer só ficar aqui no bem bom e não quer trabalhar e ainda falar mal de quem trabalha, então vai ter que ficar sozinho no seu lote porque ninguém aqui quer conviver com chupinho destas marcas não.” (Rapaz, 20 anos, solteiro, associado da COPAJOTA, filho de um titular do lote).

E é neste campo minado onde encontraremos os cooperados, os ex-cooperados e, principalmente, aqueles que jamais arriscaram sua pele por uma causa, considerada pelos mesmos até bastante nobre, como o cooperativismo, porém, sem as devidas confiabilidades que uma mudança do individualismo para o cooperativismo necessitaria. O tempo todo se vive a prerrogativa da necessidade da participação, inclusive com atestados de incompetência dos membros da diretoria anterior, acusada que fora de não prestar contas dos gastos e nem dar satisfação de seus atos. Esta omissão é também considerada irresponsabilidade pelos atuais cooperados. O cuidado com as conceituações também se evidencia aqui, e foi necessário ficarmos bastante atentos, afim de não incorrerem no efeito ancoragem⁶, normalmente manifestado em situações cuja relação entre pesquisador e público acabam sendo no nível da afetividade.

Sobretudo, acreditamos poder ser possível caracterizar este momento como aquele da interrogação que o **Assentado** passa a fazer sobre a sociedade a qual pertence, no sentido de avaliar qual o envolvimento real da mesma com a sua luta.

⁵A COPAJOTA tem mantido alguns contatos com ONGs e foi também através de um contato internacional com a Fundação Canadá, da Embaixada Canadense que lhes foi possível obter os recursos para construção da Cozinha Comunitária.

É fato constatado que, em não raras vezes, os problemas cruciais não são de ordem técnica. No entanto, ao depararmos com um quadro como o dos restos de culturas de algodão que deveriam ter sido arrancados em virtude do ataque de pragas como o “Bicudo”, ou mesmo da produção de mamões apodrecendo nos pés, passamos a questionar novamente a independência dos culpados.

O depoimento de 70% dos assentados confirma-nos a importância que alguns valores supérfluos representam na vida dos mesmos. Afinal, a cooperativa reflete a intenção geral de seus associados, principalmente, diante da satisfação de necessidades cada vez mais concretas, normalmente geradas em função da proximidade do assentamento aos centros comerciais de grande movimento existentes na região. Entre estes valores, destaca-se os relacionados com benfeitorias sofisticadas para exploração da pecuária ou compra de maquinário agrícola.

O setor de educação deixa a desejar embora tenham se empenhado nesta batalha. Atualmente apenas uma associada da COPAJOTA está cursando o nível superior e o número de pessoas adultas que não estudam na área da cooperativa chega a ser da ordem de 60%.

Nesse sentido, a organização dos setores da cooperativa deverá atinar para a realidade do mundo que a circunda, sob pena de a engrenagem vir a estacionar ou ter de encerrar a experiência tal como aconteceu com outros grupos onde os resultados eram satisfatórios em termos de produção, mas que deixavam muito a desejar na completitude do bem estar das famílias envolvidas. Afinal, a cooperativa, neste momento, enquanto instituição, ou em sendo classificada como uma experiência social de um grupo de assentados rurais, representa mais uma razão do existir na vida dos mesmos, onde diante

⁶Efeito Ancoragem significa que uma pessoa obteve uma impressão inicial sobre alguma coisa, e, mesmo após confirmação de sua falsidade, ainda continua com o mesmo julgamento do princípio.

desta bandeira, cada um demonstra o seu talento e dons específicos. Ou seja, cada um apresentando suas criatividade, enquanto seres humanos que estão batalhando para demonstrar a união do grupo, até mesmo em momentos como este, onde os rendimentos oferecidos pelo solo ainda não lhes permite seguir o caminho adremente planejado.

É no espaço destinado à cozinha comunitária que também ocorrem as reuniões da COPAJOTA, e onde os associados têm a oportunidade de trocarem as experiências diárias, além de ser o momento para que as mães que se encontram no campo possam ver os filhos que até então estavam na creche. A figura 10 mostra a cozinha comunitária da COPAJOTA, equipada com forno industrial, adquirido através de recursos fornecidos pelo Fundo Canadá, da Embaixada Canadense no Brasil.



Figura 10 - Cozinha Comunitária, equipada com forno industrial.

O ideal de vida em uma comunidade, quer esta esteja sob um regime coletivizado, como o do grupo da Comunidade Padre Josimo, ou não, tende para um ideal de organização onde as virtudes e defeitos de todos sejam postos à mesa. É da capacidade de todos conviver em paz, com a harmonia, a verdade, a justiça e o amor consigo e com os seus companheiros de jornada, que resultará no modelo de trabalho e de produção daquele grupo. Ou seja, a identidade própria que uma comunidade deverá ter neste momento, afim de corporificar um grupo e este poder se apresentar como modelo de organização dentro de uma proposta cooperativista, evidentemente deverá se dar a partir da aceitação neste grupo, de elementos outros que não aqueles aprovados individualmente.

Por isso, as comunidades hoje não podem ser apenas escolas de perfeição estáticas, elas têm que ser oficinas vivas, com um padrão de organização material, moral e espiritual suficiente para que laboratórios do viver, do comer, do pensar, do amar, do sobreviver e, principalmente, do educar possam fazer frente aos desafios de um país como o nosso. Do que foi dito, constatamos que o momento requer atenção dobrada, pois embora as inferências efetuadas sobre os contatos com os assentados associados ou não à COPAJOTA, possam transparecer a idéia de **“os outros também não estão bem”**, torna-se claro que ainda faltam muitos elementos para alcançarem seus propósitos básicos.

VI-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste trabalho analisar a questão da organização do trabalho e da produção, numa situação onde o cooperativismo coletivizado foi a opção escolhida por algumas famílias de assentados do Grupo IV da Fazenda Reunidas em Promissão -SP.

Em se considerando as condições disponíveis para empreendermos as análises que nos levariam à posição desejável ou não, quanto aos aspectos desenvolvimentistas que estariam se efetivando junto àquelas famílias, deparamos, principalmente, com alguns problemas de ordem conceitual e também com uma certa dúvida a respeito do que priorizar neste tipo de pesquisa. Isto porque, os contextos são os mais diversificados possíveis quando a nossa parcela experimental está situada no meio rural e ainda quando o material a ser analisado compreende comportamentos e atitudes humanas nas quais nos basearemos para efetuar o histórico de uma situação que ainda está sendo vivida num tempo e espaço, razoavelmente, curto e definido.

Nossa interpretação variou entre estes questionamentos e alguns problemas de pesquisa que nos ocorreram em função de reflexões sobre a viabilidade da reprodução sócio-econômica das famílias de produtores rurais assentadas e a organização dos mesmos.

Fundamentado nestas reflexões, iniciamos nossa pesquisa estruturando-a com base na História de Vida dos atores envolvidos.

A história de vida das pessoas, escolhida por nós como o método de avaliação da “*performance*” alcançada pelos assentados até o momento, evidenciou-nos que, enquanto o estado de satisfação pessoal estiver fazendo parte da relação entre pessoas, normalmente, estas partem para um desafio que supera a quaisquer expectativas. De forma que, os problemas intrínsecos à causa da união são solucionados com alternativas originadas de fontes inimagináveis. Não raras vezes, as pessoas assumem posturas bastante diferente dos padrões outrora vividos, quando normalmente as contradições vêm a público. Contradições estas evidenciadas, principalmente, em função do convívio diário que permite localizar, por exemplo, no discurso de um ex-associado da COPAJOTA, que proclama conquistas diversas, obtidas individualmente, e até mesmo que está vencendo com os próprios esforços, enquanto os antigos companheiros declaram que todas as melhorias que o mesmo conseguiu para o seu lote e para sua família, se deu em função do prestígio que o mesmo desfrutou quando ocupava um cargo de destaque na cooperativa.

O primeiro contato com este grupo, em março de 1994 através de entrevistas e, principalmente, nas avaliações efetuadas após alguma atividade com os mesmos, deixou-nos a sensação clara de que precisaríamos conhecer muito mais da história de vida de cada família se quiséssemos entender o que realmente estaria sendo modificado, melhorado ou o que permanecia inalterável.

Estas avaliações variaram desde as condições econômicas de cada assentado para participar de um movimento de invasão da Secretaria da Fazenda em São Paulo quando do não cumprimento de algumas obrigações daquele órgão para com os **Sem Terra**, estendendo-se até mesmo à disposição de alguns assentados de participarem de um seminário sobre a fundação do Cooperativa Estadual dos Assentados Rurais.

Portanto, a necessidade de um aprofundamento dos problemas buscando características básicas que, historicamente, fossem peculiares à vida destas pessoas,

contribuiu para que nossa investigação se estendesse até os trabalhos desenvolvidos por outros pesquisadores⁷, o que nos facultou a análise de alguns elementos que facilitaram o norteamento de nossas pesquisas e os rumos que pudéssemos dar à mesma.

E, num momento de extrema tomada de consciência, nos foi possível analisar a experiência coletivizada vivida por 16 famílias de assentados rurais do Grupo IV da Fazenda Reunidas.

Foi assim, que percebermos a ingratidão de alguns que hoje começam a ter suas vidas melhoradas, numa proposta de trabalho individualizado, e negam a ajuda que lhes fora prestada por outros companheiros no início das atividades naquele assentamento, tal como já mencionamos. E também, por poder entender que, na maioria das vezes, no próprio aprendizado que a vida em grupo proporciona, está o descobrimento de valores e talentos por parte dos envolvidos a ponto de os mesmos passarem a conviver com outras verdades. Verdades estas que, embora provoquem dissabores, são resultantes do aprendizado que a própria luta dos **Sem Terra** prima por desenvolver entre os assentados. Isto é, os questionamentos são feitos em todos os momentos e, por quaisquer que sejam os participantes envolvidos no processo, sendo que, a partir dos mesmos ocorre o surgimento dos novos valores que são incorporados à proposta de ocupar, produzir e resistir.

Portanto, são estes assentados que têm a coragem de imporem-se como donos de seu próprio viver que nos leva a que a relação com os mesmos passa a vigorar numa situação de muito mais respeito e companheirismo do que na linha de “salvador da pátria”, tal como, normalmente é vista a participação de técnicos e extensionistas em projetos desta natureza.

⁷ Entre estes destacamos o sociólogo Florestan Fernandes e Antônio Cândido, cujas leituras nos ensinou, principalmente, que os sociólogos não devem estar trancafiados em gabinetes, e sim integrados nos processos de mudanças sociais, como pessoas participantes, que possuem o que dizer e que, eventualmente poderão ser ouvidos.

Quando uma sociedade vai se formando com a quebra dos falsos laços sendo substituídos por alianças verdadeiras com pessoas que assumem a luta e o seu espaço de trabalho, passamos a enxergar o mundo dos assentados não apenas como fruto dos discursos pouco inteligíveis aos técnicos de gabinete e sim como pontos de luz numa escuridão insustentável e que por assim ser, necessita de aparatos reais em termos de sustentação.

E a palavra de ordem é União com os que estejam sintonizados em propósitos comuns. Isto faz com que venhamos a deparar com posições semelhantes à apresentada por um assentado que, ao lembrar-se da importância das mudanças em sua vida referenciou uma frase de Charles Darwin, “Só sobrevivem os mais adaptados ao meio e às mudanças.”

A vida em comunidade, representa o território de fronteira entre o macro e o micro em termos de organização humana, possibilita em muito, tal como é possível perceber no caso da comunidade Padre Josimo que as experiências de todos os planos e níveis possam ser vividas, desde a permissividade para se experimentar o criatório de uma avicultura extensiva, até a realização de projetos sofisticados com o uso de computadores, desde que tal aventura se encontre nos desígnios daquela administração.

E a organização realizada pelos associados da COPAJOTA demonstra que estes espaços estão sendo ocupados segundo os limites impostos à mesma, onde o fator adaptação é imprescindível em todos os segmentos. Isto é, enquanto não se obtém recursos suficientes para instalação de um aviário, por exemplo, os associados procuram iniciar o criatório de galinhas para corte e postura com os recursos disponíveis da comunidade.

Estas experiências vão muito além do que possa ser pensado sobre a vida comunitária numa comunidade rural, isto é, há espaço para todos, até mesmo para as reuniões onde antigos líderes comunitários e ex-associados da COPAJOTA, hoje representando a oposição ao movimento cooperativo, se encontram, com o intuito de avaliar a força que sua facção política continua tendo dentro do movimento.

O cooperativismo vivido neste momento na COPAJOTA, demonstra com muita nitidez que a idéia do trabalho deve ser valorizada pelas ações de cada membro daquela comunidade e também ser demonstrado, principalmente, em função de todos receberem por horas trabalhadas, e, por um outro fator de extrema significância que se caracteriza no próprio controle do Estado sobre os bens que estão sendo distribuídos. Afinal, a lógica exercida pelo poder tem se dado assim: “Como é que o senhor está zelando por aquilo que de nós recebeste?”

Hoje, cada assentado tem bastante presente que o Estado permite a existência do assentamento, porém terão que conviver com os organismos de controle ligados ao mesmo, controle esse que, em alguns casos, é exercido por agentes com posições politicamente contrárias ao movimento da Reforma Agrária. Tanto é que, uma das maiores derrotas identificadas entre os assentados, consiste exatamente na existência de companheiros do movimento que, embora estando trabalhando sob o mesmo teto e ainda manifestarem seus ideais cooperativistas, em verdade, são os primeiros a tentarem derrubar as iniciativas que estejam contribuindo para efetivação da Reforma Agrária.

A ordem é estabelecida em pequenos gestos que contribuem, por exemplo, para que o gás de cozinha possa ser economizado através da utilização dos restos de lenha que se encontra em alguns lotes. As paredes do prédio futuramente receberão reboco e a janela do cômodo que será construído em complementação ao prédio da cozinha comunitária já se encontra no depósito provisório. Este mesmo depósito também recebe

os grãos a serem utilizados na alimentação dos animais, evidentemente com a proteção sobre a saúde humana.

Esta percepção de valoração das pessoas que trabalham, no cooperativismo desenvolvido pelos associados da COPAJOTA, está bastante coerente com a própria dinâmica operacional do grupo, onde se vive algo bem próximo da situação de “as roupas sujas deverão ser lavadas, realmente, em público.” De sorte que, raros são os casos identificados como injustiças por parte da administração da cooperativa, com relação a algum associado, que em público pudesse dizer que estava cumprindo com suas obrigações e sendo leal com seus companheiros de luta.

A opinião unânime dos que trabalham com o cooperativismo na área da COPAJOTA é de que cada membro da cooperativa embora recebendo os bônus igualitários distribuídos pela mesma, receba também o reconhecimento e o pagamento por suas qualificações.

A idéia do cooperativismo coletivizado hoje é, realmente, a história de não existir ações veladas. Tudo tem que vir a público mesmo. Uma história que não pode ter objeções à liberdade, ao prazer e sobretudo à alegria no viver.

Tal fato pode ser comprovado ao considerarmos que aos membros da COPAJOTA tem sido facilitado a participação em eventos como as Olimpíadas dos Sem Terra ou cursos em outros estados e até mesmo excursões, desde que seja aprovado pelas comissões específicas. Ou seja, a experiência que está sendo vivida pelos associados da COPAJOTA apresenta muita maturidade. Maturidade esta demonstrada com posições bastante claras a respeito da importância de estarem alertas ao fato de que, na pequena produção rural (estágio no qual se encontram e que segundo depoimentos dos mesmos é o que lhes satisfaz), sob a direção do grupo doméstico, há algo mais do que as constatações de uma incapacidade do Estado e das classes dominantes, em lhes

proporcionarem alternativas de superação dessa forma de produção. Este “algo mais”, ainda está para ser explicado. Nem mesmo em uma experiência de cooperativismo, tal qual a praticada pelos associados da COPAJOTA, indiscutivelmente criada à base de critérios justos e honestos, acima de tudo, coerente ao momento histórico da vida dos **Sem-Terra** neste país, possa dizer que se tenha atingido tal conquista.

Assim, embora os assentados envolvidos nesta pesquisa tenham demonstrado seus talentos e capacidade administrativa, abertura para incorporação de novas tecnologias tanto na área agropecuária como na social e um potencial elevado para acompanharem o ritmo acelerado das transformações do atual período em que vivem, suas vidas continuam praticamente no estágio de dependência, e, conseqüentemente, bastante longe da sonhada auto-suficiência que todos os cidadãos almejam.

Foi nos possibilitado descobrir também que, entre as diversas relações de dominação que ocorre em um assentamento rural, com relação a organização das suas associações, uma das mais peculiares consiste na apropriação de um discurso por um líder, afim de exercer, sobre o grupo, o seu poder. No entanto, quando se constatou transparência nos propósitos dos envolvidos, tais atitudes foram desmascaradas.

É possível se dizer hoje que, coletivamente, está tudo bem na esfera de atuação da Administração da COPAJOTA, tanto em nível local quanto na extensão de suas ações junto aos poderes públicos, embora o rachamento que houve entre os associados caindo o número de 40 para 16 associados seja um fato preocupante.

Um outro aspecto importante diz respeito à coragem dos associados da COPAJOTA os quais têm contribuído para que o trabalho coletivo assuma nova roupagem, novos horizontes e com novas dimensões, ao mesmo tempo em que oportuniza o nascimento de uma era de respeito ao trabalho dos companheiros de luta. E com isso é possibilitado evidenciar-se a presença daqueles que têm a bandeira do movimento como

escudo e como cobertura aos seus medos e suas omissões. E tal mérito se situa em instâncias onde a prática do “lavar roupas sujas” deixou de ocorrer apenas no interior de cada núcleo familiar. Isto é, aqueles que no exercício do trabalho coletivo empenham-se com lealdade, normalmente, são os mesmos que na vida privada apresentam o perfil da clareza de suas ações. E, por estarem habituados à persistência em seus atos, são eles os responsáveis pela quebra dos principais tabus existentes neste meio.

O viver coletivo oportuniza, sobretudo, a estruturação que as famílias de assentados necessitam atingir, em função da vivência diária com iniciativas e planos que pertencem a outrem e pela prática diária das trocas de saberes. E não é somente as trocas dos saberes, mas principalmente, o exercício prático da união, aqui vivido sob a égide da cooperação coletivizada.

Portanto, tudo que ocorrer na história da COPAJOTA, evidentemente, terá que ter sintonia com a história de vida dos associados. Afinal, os segredos ali existentes, normalmente são mantidos pelo menos entre 16 famílias, mesmo que o associado esteja em um curso no Rio Grande do Sul, em Havana ou em um encontro dos líderes dos **Sem Terra** realizado numa praia do estado de São Paulo, por exemplo.

Percebemos que o momento não comporta mais qualquer tipo de apelação sejam em nível dos administradores ou dos associados, quanto a clareza que o sistema exige, para que se possa vivenciar um trabalho com a natureza coletiva.

Foi por estas e por mais algumas experiências não evidenciadas neste trabalho, mas que com certeza fazem parte do rol de injustiças cometidas contra grupos de assentados rurais, que resolvemos abrir este trabalho com a poesia em homenagem ao padre Josimo, o qual teve a coragem e a dignidade de lutar contra todas as cercas da opressão para que hoje, famílias como estas, possam vivenciar experiências em cooperativismo ou não, mas sobretudo, possam criar seus patrimônios no momento em

que exercem o papel de cidadãos. Patrimônios estes somente viabilizados aos que possuem no sangue o amor à causa maior abraçada, ou seja, os próprios assentados.

Acreditamos que, seria perfeitamente possível ter optado por inúmeros modelos de pesquisa, na tentativa de avaliarmos a qualidade de vida daqueles assentados que trabalharam num modelo cooperativista ou não. Chegamos a questionar o nosso modo de intervenção junto aos mesmos, em função do curto período de convivência, o que poderia ter provocado a omissão de dados importantes. No entanto, nos permitimos uma posição o mais imparcial possível, afim de caracterizarmos este momento como uma situação que, sem dúvidas, ainda se encontra bastante distanciada daquela condição por todos almejada, com “cabras e carneiros pastando” e cada um podendo viver dignamente de acordo com suas próprias opções. No entanto, em se tratando do aspecto organizacional o que se percebe são práticas sensatas e, comprovadamente, eficazes para a atual fase do assentamento como um todo.

Ao término deste trabalho sentimo-nos agradecidos pela oportunidade que tivemos em poder repensar os caminhos vividos até agora pelo cooperativismo coletivizado de Promissão-SP que, por suas características basicamente familiares, está sendo desenvolvido no interior dos assentamentos rurais, e, ao mesmo tempo tornou-se possível uma reflexão conjunta sobre a estrutura real assumida em cada uma das unidades ou grupo de trabalho. Principalmente, em se considerando a conjuntura econômica do país, quando a responsabilidade é recrudescida ao se encarar uma organização do porte da COPAJOTA, envolvendo 16 famílias, que fundamentalmente pretendem levantar fundos suficientes para sua manutenção e ampliação do patrimônio da cooperativa sem, no entanto, terem de viver em um regime escravista, no qual não lhes seja possibilitado o livre arbítrio para encaminhar propostas de mudanças quando estas se fizerem necessárias. Até mesmo porque, em uma experiência como esta, vivida no interior de um assentamento rural, do porte da Fazenda Reunidas, onde o senso de maior ou menor organização pode ser defrontado com as expectativas com as quais vinha-se convivendo,

assim como com as demais iniciativas ali desenvolvidas, certamente ter-se-á oportunidade de vivenciar tal propósito na íntegra.

Além disto, resta analisarmos como está sendo organizada a vida dos assentados, no confronto às necessidades mínimas requeridas para as atividades que os mesmos estejam desenvolvendo. E temos certeza que além deste ponto o que também seria de importância não apenas para nós pesquisadores, mas sobretudo aos próprios assentados, seria percorrer caminhos que propiciem informações específicas do cooperativismo coletivizado, afim de que de posse das mesmas se possa confrontar o modelo de vida do grupo, versus expectativas criadas na sociedade local, principalmente pelos assentados, que estão construindo suas histórias de vida com base na produção individualizada.

Contrariando a frase final de um documentário realizado sobre o Massacre dos Sem Terra em Corumbiara, podemos acrescentar ainda que: Não é só o que tínhamos para contar, neste momento. Afinal, se a história de vida pudesse ser contada na íntegra, certamente depararíamos com a existência de outra semelhante à eterna luta dos que não possuem versus possuidores dos elementos que propiciem a produção na agricultura. Porém, por certo, quaisquer que sejam os seres humanos e os acontecimentos, eles aparecem até aqui, num quadro de raridades. Isto é, os assentados são hoje elementos atuantes em uma sociedade ainda incapaz de libertar-se de suas carências. Evidentemente, da própria natureza, e que se define por isso mesmo segundo suas técnicas e seus instrumentos; o dilaceramento de uma sociedade esmagada por tão grande número de necessidades e dominada por um modo de produção, suscita antagonismos entre os indivíduos que a compõem; as relações abstratas das coisas entre si, das safras e entre-safras e do dinheiro, considerado a mola mestra no sistema capitalista no qual nos encontramos.

Entendemos também que, sem homens vivos não haverá história. De forma que, as ações e a vida destes personagens, que devemos estudar, não poderiam reduzir-se a

significações abstratas. Ou seja, em verdade serão estes assentados que darão força e vida às tais significações, através das projeções realizadas pelos mesmos em seu dia a dia.

VII- BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O mundo desencantado dos Assentamentos. In. Assentamentos Rurais, uma visão multidisciplinar.** Org. Leonilde Medeiros et al. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista. 1994 (Prismas) 244-52p..
- ALMEIDA, Joaquim A. **Pesquisa em Extensão Rural - Um manual de Metodologia.** Assoc. Bras. de Educação Agrícola Superior. Brasília-DF, MEC/ABEAS. 1989. 182p.
- ANDRADE, Márcia Regina de Oliveira. **O Destino Incerto da Educação entre Assentados no Estado de São Paulo.** Campinas: UNICAMP. 1993. 267p. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas.
- ASSUMPÇÃO, Roberto de; MAZZEI, Antônio Roger. A Gleba XV de Novembro do Pontal do Paranapanema: Diagnóstico Sócio-Econômico e Proposta de Ação para o Assentamento, 1985-86. **Agricultura em São Paulo, SP, 40(2):95-112, 1993.**
- BAZZANELLA, Waldemiro, **Processos e Implicações do Desenvolvimento.** Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1969. 247p.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira et al. **O Cooperativismo Rural no Brasil** (Esboço para uma discussão) Faculdade de Ciências Agrônômicas de Botucatu. Departamento de Economia Rural. UNESP. 1984, 61p.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; FERRANTE, Vera Lúcia S.Botta e D'Aquino, Terezinha. **Assentamentos de Trabalhadores Rurais em São Paulo: A Roda-Viva de seu Passado/Presente.** in Ciências Sociais Hoje, 1990. São Paulo: Vértice, ANPOCS. P.253-80.

BERGAMASCO, Sonia Maria P.Pereira. Assentamentos Rurais:Reorganização do Espaço Produtivo e Processos de Socialização.in:**Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar**/Organizadores Leonilde Medeiros et al. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1994 (Prismas) p.225-36.

BORDENAVE, Juan E.Diaz. **O que é Participação.** Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Diário de campo. A antropologia como alegoria.** Editora Brasiliense. 1982. 154p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participativa.** Editora Brasiliense. 1984.168p.

BRASIL, Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário. Proposta para a Elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República - PNRA. Brasília-DF, 1985.

BRASIL, Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República - PNRA(1985-1989) Brasília-DF, 1985.

BRASIL, Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de Assentamentos. Política de Assentamento. Brasília-DF., 1987.

CAMARGO, Aspásia. & LIMA, Valentina de R. "O Método de História de Vida na América Latina". **Cadernos Ceru**. nº19, 1ª série, junho de 1984, 148p.

CAMARGO, Aspásia. Os Usos da História Oral e da História de Vida. Trabalhando com Elites Políticas. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. 27(01) 1984, p.5-28.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação - A ciência, a sociedade e cultura emergente**. Editora Cultrix. São Paulo. 5a. Edição. 1989. 445p.

CARVALHO, Yara Maria Chagas e Dulley Richard Domingues. A Ação do Estado no Assentamento da Fazenda Pirituba II área 1, em São Paulo, **Agricultura em São Paulo**, 40(2): 157-66, 1993.

CASTRO, Ana Célia et al. **Evolução Recente e Situação atual da Agricultura Brasileira**. Biblioteca Nacional da Agricultura- BINAGRI, Brasília, 1979. 270p.

CHAULOULT, Yves. **Uma política de legitimação do Estado e a rearticulação da pequena produção rural: O Projeto Nordeste**, ANPOCS, S.Paulo. 1983, 187p. mimeo

D'AQUINO, Terezinha et al. **Nas terras de Promissão: Da luta à construção do lugar**". in: Caderno de Pesquisa. Ano I nº 1. 1994. (Org.) Vera Lúcia Botta Ferrante. NUPEDOR. FCL/UNESP/ARARAQUARA-SP. 1994 p.183-247.

D'INCAO, Maria Ângela (Org.), **O saber militante** - Ensaio sobre Florestan Fernandes. Editora Paz e Terra-Unesp. 1986. Marília-SP. 324p.

D'INCAO, Maria Conceição e ROY, Gérard. **Nós cidadãos: Aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1995. 277p.

DUARTE, Laura Maria Goulart. **Capitalismo e Cooperativismo Empresarial no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1986.

DUARTE, Laura Maria Goulart. **Desafios do Cooperativismo Agrícola no Brasil Contemporâneo: Autogestão e Eficiência Empresarial**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 1989.

DUARTE, Laura Maria Goulart. **Organização da Produção Rural Cooperativa no Brasil e sua inserção no Sistema Agroalimentar. Perspectiva Econômica**, 25(70), Série Cooperativismo 28.jul/set. Brasília-DF, 1990 p.27-62.

DUARTE, Laura Maria Goulart. **Investigação das Causas do Processo de Redução do Número de Associados das Cooperativas Agropecuárias Brasileiras. Final da década de 80. Perspectiva Econômica**. 26(74). Série Cooperativismo 31 abr/jun. Brasília-DF, 1991 p.17-36.

- DUARTE, Laura Maria Goulart. **Desafios do Cooperativismo Brasileiro enquanto Movimento Social**. Série Sociologia 87. Brasília-DF, julho 1992. 19p. (Mimeo.)
- DUARTE, Laura Maria Goulart. **Da Utopia à Realidade: As primeiras experiências do cooperativismo ambiental no Brasil**. Depto. de Sociologia da Universidade de Brasília. 1994. 20p.(Mimeo.)
- ESTERCI, Neide. **Roças Comunitárias: Projetos de transformação e formas de luta**. In: ESTERCI, Neide (Org.) **Cooperativismo e coletivização no campo-questões sobre a prática da igreja popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1984,34-63pp.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: A formação do M.S.T.-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo** . São Paulo. 218p. Dissertação de Mestrado. Fac.Fil. Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1994.
- FERNANDES, Florestan. **A aplicação dos conhecimentos sociológicos às relações internacionais**. In: **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada**. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. 1971. São Paulo.
- FERRAZ, Silvio. **Essa brava gente brasileira**. **Revista Veja** nº325, 21/09/1994.
- FERREIRA, Maria de Lourdes. **Estado e Cooperativismo Agrícola no Brasil. Contribuição ao estudo da atuação governamental no desenvolvimento de uma modalidade associativa**. São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia e Administração- FEA. 1988.

- FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ed.Global, 1983. 152 p.
- FRANCO, Mariana Pantoja. Seringueiros e cooperativismo: o fetichismo das “mercadorias” nos seringais do Alto Juruá. in: **Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar**. Organizadores Leonilde Medeiros et al. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994 (Prismas) 187-204p.
- GANS, Herbert Pobreza tem solução. **Revista Veja**. n°1427. Ano 29 n°03 17 de janeiro de 1996. Editora Abril.
- GAWAIN, Shakti, Vivendo na Luz, **Um guia para a transformação Pessoal e Planetária**. Editora Pensamento. São Paulo. 1986. 216p.
- GIACOBBO, Elisa Olivia. **A construção e reconstrução das relações familiares em um assentamento de Reforma Agrária**. Tese de Mestrado. IFCH. Univ.Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1994. 269p.
- GONZALEZ, Horácio. **O que é Subdesenvolvimento**. Coleção Primeiros Passos. N°14. Editora Brasiliense. 1982. 124p.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no campo**. Editora Vozes./FASE. Petrópolis. 1987. 90p.
- GUANZIROLLI, Carlos. Reforma Agrária: Viabilidade econômica no contexto de uma política agrícola em transformação. In: **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. Org. Leonilde Medeiros et al. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994 (Prismas). 155-77p.

KAUTSKY, KARL. **A questão agrária**. Rio de Janeiro. Ed. Laemmert. 1968.

KLEBA, John B. **A cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária em Santa Catarina - estudo de caso de um grupo coletivo do assentamento Tracutinga** Dionísio Cerqueira. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis, abril 1992.

KLEBA, John B. **Cooperação Agrícola e Coletivismo em Assentamentos de Reforma Agrária**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1992. Mimeo.

LAIDLAW, A.F. **As cooperativas no ano 2000**. Relatório da Aliança Cooperativa Internacional. XXVII Congresso de Moscou. 1980. Coleção Ato Cooperativo nº 01. OCB/BNCC. 79p.

LEITE, Sérgio Pereira. **A face econômica da Reforma Agrária: Estado e assentamentos rurais em São Paulo na década de 80**. 1992. Tese de Mestrado apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 310p.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. (org.) **Cooperativismo e Reprodução Camponesa**. in. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1981. p.133-55.

MANINI, Miriam Paula. **O verbal e o visual no caso da foto-romance**. 1992. Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Multimeios do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas. 262p.

- MARTINS, Mônica Dias. **Os desafios da cooperação nos assentamentos da Reforma Agrária do Ceará**. CCA-CE. Coop. Central de Áreas da Reforma Agrária. Banco do Nordeste do Brasil S/A. Fortaleza-CE. 1994. 112p
- MARTINS, José de Souza. In. **Cooperativismo e coletivização no Campo: Questões sobre a prática da igreja popular no Brasil**. (Org.) Neide Esterci. Cadernos do ISER. n° 16. Rio de Janeiro. Marco zero. 1984. 159p.
- MEIRELLES, Plínio Augusto de. **Ações administrativas e participação social em cooperativa agropecuária**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de Adm. Rural e Economia da Escola Sup. Agric. Lavras. Lavras-MG. 1981.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Boletim do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas. n° 12. 1960. 624p.
- MORAIS, Clodomiro Santos de. **Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo**. In. Caderno de Formação n° 11 do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Agosto 1986. 58 p.
- M.S.T. - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **A cooperação Agrícola nos Assentamentos**. Cadernos de Formação. Número 20. São Paulo. Abril 1993.
- NOVAES, José Roberto P. **Cooperativismo: Acumulação e Mudança Social**.
Depto. de Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba. Campus de Campina Grande. Mimeo. s/d.
- PANZUTTI, Nilce da Penha Migueles. A política fundiária do Governo do Estado de São Paulo, 1983-87. in. **Agricultura em São Paulo (SP)**, 37(3):99-118, 1990.

PAULILO, Maria Ignêz S. O “Ser” e o “Deveria Ser” no conceito de pequena produção. **Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.** Brasília-DF, SOBER. 1990.P.77-107

PAULILO, Maria Ignêz S. **Assentamentos de Reforma Agrária como objeto de Estudo.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1992. 15p.Mimeo.

PINHO, Diva Benevides. Cooperativas de Trabalho. In: **IV Seminário Estadual de Cooperativismo.** OCESP. Barra Bonita-SP. Abril de 1977. Mimeo.

PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo Brasileiro.** Manual de Cooperativismo. Vol.1. CNPq., BNCC, BRASCOOP, COOPERCULTURA. Brasília-DF. 1982.

PINHO, Diva Benevides. **Economia Informal, tecnologia apropriada e associativismo.** São Paulo: Coopercultura, 1986.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos Oraís: do indizível ao dizível. in: SIMSON, Olga de Moraes Von (Org.). **Experimentos com histórias de vida** (Itália/Brasil). Ed. Vértice. S. Paulo, 1988.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório-Estudos de Antropologia da Civilização.** 4^a edição. 1978. Editora Vozes Ltda. 257p.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro.** Companhia das Letras. Rio de Janeiro. 1995. 480p.

RIOS, Gilvando. **Cooperativas Agrícolas no Nordeste Brasileiro e Mudança Social.** Dissertação de Mestrado. Escola Sup. de Agric. Luiz de Queiróz. Piracicaba. 1976.

SHANIM, Teodor. Coletivização na União Soviética. **Revista da ABRA-Assoc.Bras.da Reforma Agrária**. Março 1990. p-27-36.

SILVA, José Graziano da. **O que é a Questão Agrária**. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense, 1984. 115p.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. 1996. 217p.

SIMSON, Olga de Moraes Von. (Org.) **Experimentos com História de Vida. Itália-Brasil**, São Paulo: Vértice. Editora Revista dos Tribunais. 1988.

VIEIRA, Sônia. **Como escrever uma tese**. São Paulo. Ed.Pioneira, 1991.

VILLAR, Valdenice Maria Alves. **O cooperativismo camponês e o Estado em um contexto de conflito social: o caso da cooperativa agrícola de Tiriri-Pernambuco**. Dissertação de Mestrado em Sociologia.Depto. de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. 1986.

WEIL, Pierre et al, **Dinâmica de grupo e desenvolvimento em relações humanas**.Editora Itatiaia.Belo Horizonte.1967. 230p.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. **Depois da Terra, a conquista da cooperação**. Dissertação de Mestrado. Depto de Sociologia da Univ.de Brasília. 1989.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. **Os desafios da Organização Interna de um Assentamento Rural**. In:**Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar**. (Org.) Leonilde Medeiros et al.São Paulo. Editora da Univ.Paulista, 1994(Prismas). P.205-24.

ZURITA, Benedito Roberto. **O cooperativismo Agrícola no Estado de São Paulo.**
ICA/SAA. 1994.Mimeo.